



ANAIS do VI Fórum Científico FEMA

<http://www.fema.edu.br/index.php/forumcientifico.html>



Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA

Outubro/2013

Dirigentes

Presidente do Conselho Curador

Ulysses Telles Guariba Netto

Diretor Executivo

Prof. Me. Eduardo Augusto Vella Gonçalves

Diretor do IMESA

Prof. Me. Eduardo Augusto Vella Gonçalves

Vice Diretora do IMESA

Profa. Dra. Elizete Mello da Silva

Coordenadores de Curso

Ciências Gerenciais

Prof. Me. João Carlos da Silva

Comunicação Social

Profa. Me. Ana Luisa Antunes Dias

Direito

Prof. Me. Gerson José Beneli

Enfermagem

Profa. Esp. Rosângela Gonçalves da Silva

Informática

Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de Souza Poletto

Química

Profa. Me. Gilcelene Bruzon

FICHA CATALOGRÁFICA

F745a Fórum Científico Fema (VI.: 2013: Assis, SP)
Anais [recurso eletrônico] / VI Fórum Científico Fema, 21,
22, 23 out em Assis, SP. – Assis, Fema, 2013.

141 p.

Evento participante da Semana Nacional de Ciência e
Tecnologia: ciência, saúde e esporte, 2013. Realização:
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Disponível em:

<http://www.fema.edu.br/index.php/forumcientificocat.html>

1. Iniciação científica. 2. Pesquisa científica. 3. PIC. I. Título

CDD 001.4

Comissão Organizadora

Presidente

Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de Souza Poletto

Coordenação Geral

Profa. Dra. Elizete Mello da Silva

Setor de Eventos

Elisângela Aparecida Congiu

Cepein

Centro de Pesquisas em Informática

Artes Gráficas

Agência Geração Propaganda/FEMA
Ministério da Ciência e Tecnologia

Revisão Textual e Diagramação

Prof. Dr. Alex Sandro Romeo de Souza Poletto

Profa. Dra. Márcia Valéria Seródio Carbone

Prof. Me. Sidney de Paulo

FEMA - Fundação Educacional do Município de Assis
Av. Getúlio Vargas, 1200 - VI. Nova Santana - Assis/SP - 19807-634
Fone: (18) 3302-1055 - www.fema.edu.br

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

A inovação tecnológica a partir de Joseph Schumpeter
e sua evolução enquanto variável do processo de gestão..... 12

Samuel Rodrigues Soares

Reynaldo Campanatti

Inovação tecnológica nas empresas: a importância da
liderança na implementação dos processos de inovação 14

Clara Sampaio Boga

Reynaldo Campanatti

Marketing de relacionamento: solução para fidelização
dos clientes, colaboradores e fornecedores..... 16

Eduardo Pereira

Prof^{ra}. Márcia Veléria Seródio Carbone

COMUNICAÇÃO

A função social da literatura: uma pesquisa acerca da
contação de histórias 19

Marcela Rulfini Barbosa

Dra. Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira

O papel da publicidade no consumo de moda 20

Dayane Natsumi Correia Kawamura

Me. Maria Lúcia de Maio Bignotto

Dom Apetite: o fortalecimento de uma marca 22

Danilo Marmo Luciano

Fernanda Cappellessio Bello de Paula

Me. Maria Lúcia de Maio Bignotto

Comunicação através da representação teatral:
um estudo acerca do papel do clown 24

Dayane Fernandes de Oliveira

Dra. Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira

Estratégias de comunicação da Igreja Católica junto ao público jovem:
um paralelo com ações adotadas pelo *Rock in Rio* 25

Bruna Silveira Crispim

Me. Gisele Maria Silveira Constantino

Imagem feminina e publicidade: consumo, mídia e estereótipos 27

Jéssica Laura Chacon Belotti

DIREITO

Elementos da indústria cultural e a exteriorização da fantasia do indivíduo psicopata	30
<i>Laura Conde Morales</i>	
A contação de histórias como ferramenta humanizadora	32
<i>Aurora de Lima</i>	
<i>Dra. Eliane Ap. Galvão Ribeiro Ferreira</i>	
Direito e literatura: uma análise da denúncia social presente nas obras de Jorge Amado e Lygia Bojunga Nunes	33
<i>Érica Carvalho Pires</i>	
<i>Dra. Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira</i>	
O município de Assis atuando na formação de leitores	36
<i>Cecília Barchi Domingues</i>	
<i>Eliane Ap. Galvão Ribeiro Ferreira</i>	
A teoria geral da prova na ação penal 470 e seus impactos no poder judiciário brasileiro – uma análise baseada nos jornais <i>Folha de São Paulo</i> e <i>O Estado de São Paulo</i>	38
<i>Nicolle Bolfarini Guiotti Campanatti Pereira</i>	
<i>Prof. Me. Maria Angélica Lacerda Marin Dassi</i>	
As mudanças no sistema previdenciário no Estado de São Paulo: do IPESP ao SPPrev	41
<i>Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi</i>	
<i>Me. Eduardo Augusto Vella Gonçalves</i>	
O papel do Conselho Tutelar na efetivação dos direitos da criança e do adolescente: uma análise sobre o município de Platina – SP	45
<i>Maria Rosana Terra Bernini</i>	
<i>Dra. Elizete Mello da Silva</i>	
As relações entre a criminologia e as políticas criminais	47
<i>Caio Augusto Baptistella Maia</i>	
O dilema da eutanásia no ordenamento jurídico brasileiro	48
<i>Anna Gabriela de Arruda Felix Cerqueira Leite</i>	
<i>Maria Angélica Lacerda Marin Dassi</i>	
Violência, menor infrator e política de ressocialização	50
<i>Amanda Cristine de Souza</i>	
<i>Maria Angélica Lacerda Marin Dassi</i>	
O direito penal do inimigo e o ordenamento jurídico brasileiro	52
<i>Isabela Ferreira Barbosa</i>	
O inquérito policial e o júri no universo da <i>Idade das Trevas</i> : um estudo filosófico, jurídico, histórico, literário e midiático, da obra <i>O nome da rosa</i> , de Umberto Eco	54
<i>Regina Lúcia Campana</i>	
Drogas: temática social e criminal	57
<i>Marcela Monteiro Bevilaqua</i>	

Releitura do Estado pós-moderno: a possível relativização da soberania em face a proteção dos direitos humanos no âmbito internacional	59
--	----

Karoline de Fátima Ferreira

Prostituição e abuso infantil - a relação entre direito e literatura.....	60
---	----

Amanda Alice Franco de Arruda

Eliane Ap. Galvão Ribeiro Ferreira

A figura da mulher na história do direito no Brasil, na educação e na literatura nacional	61
---	----

Cleide Aparecida Vilarinho Takaasi

Eliane Ap. Galvão Ribeiro Ferreira

A psiquiatria no banco dos réus: um estudo sobre a psicopatologia e sua relação com o Direito Penal	62
---	----

Fernando Antônio Soares de Sá Júnior

Kerlly Barbara Mariano dos Santos

Mariana Carolina Vastag R. de Oliveira

Estado e Economia: uma análise principiológica constitucional da intervenção estatal a partir da Constituição Federal de 1988	65
---	----

Nayara Moraes Oliveira

Reynaldo Campanatti

Miseráveis, de Victor Hugo, no cenário da construção da ordem jurídica	67
--	----

Daniela Spera Galli

Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira

ENFERMAGEM

Perfil epidemiológico dos acidentes por animais peçonhentos no município de Assis – SP no período de 2008 – 2013.....	70
---	----

Luciana Pereira Silva

Grazieli Casado Landiosi

Triagem neonatal: avaliação do programa no município de Assis	72
---	----

Caroline Lourenço de Almeida

Ana Carolina Antunes Ferreira Pinto

Saúde ambiental na prevenção de doenças infecciosas.....	74
--	----

Luciana Pereira Silva

Ana Paula Carvalho Cassiano

Tecnologia e inovação na clínica de enfermagem escolar: software para o planejamento da assistência de enfermagem	76
---	----

Luciana Pereira Silva

Isabela Palma Tomilheiro

Avaliação da atuação e credenciamento do profissional da enfermagem na genética clínica no Brasil.....	78
--	----

Luciana Pereira Silva

Julio Cesar Lopes

Investigação da cobertura vacinal de mulheres imunizadas
com a tríplice viral no período fértil, pré-natal e puerperal 80

Luciana Pereira Silva

Joseane Maria Romancini de Oliveira

Doença hemolítica: a atuação do enfermeiro enquanto
cuidador e orientador 82

Vanessa Ramos da Silva Lopes

Luciano Lobo Gatti

INFORMÁTICA

O uso da plataforma *Android* para o desenvolvimento de aplicativo
de domínio público para a área de Assistência Social 85

Marcio Alexandre da Silva Junior

Luiz Ricardo Begosso

Ferramenta para automatizar o uso do *Personal Software Process* 87

Rodolfo Camarotto Santos

Luiz Ricardo Begosso

Tecnologia adaptativa na computação..... 89

Diego Augusto Passareli

Diomara Martins Reigato Barros

Programação e arquiteturas paralelas 91

Jefferson dos Santos Correa

Douglas Sanches da Cunha

Projeto computacional pervasivo em *Google Android*
para aprendizagem e comunicação visual em Libras 92

Daniel Herbert Hoch

Guilherme de Cleva Farto

Abordagem teórica e aplicabilidade de detecção facial em aplicativos
móveis com *Opencv* e *Google Android* 94

Patrick Francis Gomes Rocha

Guilherme de Cleva Farto

Implementação de solução estratégica para *Student Relationship*
Management (SRM) baseada em *Java EE* e *Social Media*..... 96

Priscila Rodrigues da Silva

Guilherme de Cleva Farto

Desenvolvimento de um ambiente computacional para auxiliar
na aprendizagem de deficientes auditivos 98

Joel Rodrigues Alvares Leal

Marisa Atsuko Nitto

Desbravando o novo mundo do *Big Data*..... 101

José Maria de Oliveira Filho

Alex Sandro Romeo de Souza Poletto

Um suporte educativo para o ensino de programação de computadores	103
<i>Gustavo Lázaro Amêndola</i>	
<i>Luiz Carlos Begosso</i>	
Um estudo investigatório sobre banco de dados <i>in-memory</i>	105
<i>Roger Pereira dos Santos</i>	
<i>Alex Sandro Romeo de Souza Poletto</i>	
Implementação de um <i>framework</i> para simulação de aplicações adaptativas.....	108
<i>Frederico Manoel Bertoluci Reis</i>	
<i>Almir Rogerio Camolesi</i>	
Mineração de dados na base do sistema <i>Redeca</i>	110
<i>Gleice Ebili Juste</i>	
<i>Almir Rogério Camolesi</i>	
Desenvolvimento de <i>Data Warehouse</i> com aplicação gerencial e comercial	113
<i>Paulo Roberto Sabino Nagaye</i>	
<i>Marisa Atsuko Nitto</i>	
Computação de alto desempenho utilizando <i>cluster</i> de computadores	116
<i>Werner Anobile Schwarz</i>	
<i>Fábio Eder Cardoso</i>	
Sistema <i>Portal do Cliente</i> com JAAS	118
<i>José Gustavo Costa Scarabelo</i>	
As tecnologias de informação e comunicação aplicadas ao ensino de inglês técnico	119
<i>Gustavo José dos Santos</i>	
<i>Elaine Carneiro Domingues Sant'Anna</i>	
Gera-Java: uma ferramenta para geração automática de código	121
<i>Luiz Carlos Begosso</i>	
<i>Lucas Pompeo Pontes Spinelli</i>	
Projeto domótico para ambientes inteligentes baseado nas tecnologias <i>Arduino</i> e <i>Google Android</i>	123
<i>Pedro Vicente Prata Fazano Jr.</i>	
<i>Guilherme de Cleva Farto</i>	
Desenvolvimento de aplicações <i>Sticker</i> para TV digital.....	125
<i>Rafael Sebatião Bernini</i>	

QUÍMICA

Verificação de adulteração, no leite pasteurizado tipo A, B e C comercializado na cidade de Assis-sp	127
<i>Gabriel Bedinotte e Silva</i>	
Determinação do teor de nitrogênio, fósforo e potássio em amostras de água de rio submetidas à lixiviação	

de fertilizantes de áreas agrícolas.....	129
<i>Mayara Cardoso Alves</i>	
<i>Ms. Patrícia Cavani Marrtins de Mello</i>	
Produção de biodiesel utilizando óleo de fritura e aplicação do glicerol residual na produção de biofertilizante para cultura da soja	131
<i>Filipe Alves de Oliveira</i>	
<i>Gilcelene Bruzon</i>	
Efeito do herbicida <i>Metsulfurom Methil</i> em cultivares de feijão do grupo comercial preto e cor	134
<i>Aleicho Agnaldo Sachete</i>	
<i>Cássio Egidio Cavenaghi Prete</i>	
Extração apolar da <i>Bidens Pilosa L.</i> usada em dermocosméticos.....	136
<i>Rafaela Campos Negreli</i>	
<i>Idécio Nogueira da Silva</i>	
Utilização do bagaço de cana-de-açúcar para tratamento de efluentes industriais	138
<i>Camila Maschio Nunes da Silva</i>	
<i>Ms. Patrícia Cavani Marrtins de Mello</i>	
Estudo da efetividade no controle de fungos do gênero <i>Aspergillus sp</i> em camas de frango utilizadas em granjas no Vale do Paranapanema – região de Cândido Mota/SP	140
<i>Aleicho Agnaldo Sachete</i>	
<i>Sergio Augusto Moreira Cortez</i>	



ADMINISTRAÇÃO

A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA A PARTIR DE JOSEPH SCHUMPETER E SUA EVOLUÇÃO ENQUANTO VARIÁVEL DO PROCESSO DE GESTÃO

Samuel Rodrigues SOARES¹, Reynaldo CAMPANATTI²

¹Aluno Bolsista. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA

²Professor da Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA

samuka.soares@hotmail.com, campanatti@femanet.com.br

As organizações têm percebido que aperfeiçoar seus processos de produção e de gestão deve ser uma preocupação contínua, que exige constante realização dos processos de inovação tecnológica e pressupõe estratégias que foram evoluindo conceitual e operacionalmente.

A adoção de constantes inovações tecnológicas requer iniciativas e pró-atividade dos gestores independentemente do nível hierárquico que ocupam dentro das empresas.

Nesse sentido, percebe-se que o ambiente empresarial inovador é caracterizado por gestores que possuem características que determinam comportamentos favoráveis à inovação tecnológica.

A questão é até que ponto as características de um gestor podem influenciar a adoção e/ou a implementação de processos de inovação tecnológica? Como isso evoluiu ao longo do tempo?

Portanto, o problema é quando se busca estudar a evolução histórica econômica da intersecção entre a importância da adoção de inovação tecnológica e a visão dos gestores das organizações. Nesse sentido é fundamental analisar a evolução do conceito de inovação tecnológica, tendo como referência e ponto de partida os trabalhos de Joseph Schumpeter, identificando as correlações entre a importância das ações de gestores e o significado econômico do processo de inovação tecnológica para as organizações.

Referências

MANUAL de Oslo. **Proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica**. Editora OECD, FINEP, 2004.

RIBEIRO, Antonio L. de. **Teorias da administração**. 2 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Editora Abril S.A. Cultural e Industrial, 1982.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS EMPRESAS: A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROCESSOS DE INOVAÇÃO

Clara Sampaio BOGA¹, Reynaldo CAMPANATTI²

¹Aluna bolsista. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA

²Professor Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA

Itsclarasb@hotmail.com, campanatti@femanet.com.br

As necessidades humanas são subjetivas, diversificadas e não mensuráveis. Essas características por si só garantem a necessidade e/ou a importância do funcionamento contínuo do sistema econômico.

Todavia o atendimento a essas necessidades passa, necessariamente, pelo uso de recursos produtivos que devem ser utilizados a partir da adoção de uma determinada tecnologia.

A tecnologia, por sua vez, não é imutável e, do ponto de vista econômico, ela deve ser pensada sempre sob a perspectiva de constante inovação.

Atualmente, o cenário econômico é caracterizado pelo grande fluxo de informações e a competitividade, fatos que favorecem a cultura da inovação, pois, além da competição, os clientes estão sempre em busca daquele produto que lhes ofereça melhor relação custo/benefício. Portanto, os investimentos em tecnologia realizados pelas empresas têm aumentado significativamente.

A inovação tecnológica é também conhecida como gestão da tecnologia, pois abrange muitos aspectos tais como: planejamento, organização, controle de atividades e disciplinas técnicas que também incluem técnicas de gestão. Além disso, a inovação tecnológica pressupõe disposição em correr riscos e, portanto, características empreendedoras que, por sua vez, remetem à necessidade de desenvolver lideranças no ambiente empresarial.

Assim, a organização deve ter um ambiente preparado para a implantação dos processos de inovação tecnológica, desde todas as ferramentas e os materiais necessários até pessoas qualificadas que, além de saberem utilizar a tecnologia de forma eficiente e adequada, devem apresentar características de liderança positiva dentro das organizações.

Daí a importância de se analisar ações e procedimentos de liderança das pessoas que contribuem efetivamente para a criação e/ou manutenção de uma cultura organizacional para a inovação tecnológica. Importa identificar a evolução histórica do conceito de inovação tecnológica, bem como as diferentes características de liderança empresarial. Desenvolver questionário e/ou formulário para avaliar a existência (ou não) de cultura organizacional satisfatória para inovação tecnológica.

A partir da constatação da importância dos processos de inovação tecnológica para um melhor desempenho das organizações, a questão é até que ponto as características de liderança positiva podem influenciar a adoção e/ou a implementação desses processos.

É importante que os sistemas de liderança apresentem um grande nível de participação entre todos os funcionários e gerentes da organização, pois promovem um clima mais satisfatório, já que permitem uma maior exposição de ideias e opiniões, mais discussão e análise e conseqüentemente melhor qualidade de decisão. Além disso, é importante que haja boa comunicação e que os colaboradores sejam motivados, pois, dessa forma, buscarão sempre as melhores alternativas, visando ao melhor para a empresa, levando-a ao aumento de produtividade e eficiência e possibilitando a eventual adoção de inovações tecnológicas.

Esta pesquisa está em andamento, mas já oferece algumas conclusões satisfatórias. É possível inferir, por exemplo, que lideranças podem ser positivas ou negativas e que, entre as primeiras, algumas favorecem, em maior grau, o ambiente organizacional para a implantação de processos de inovação tecnológica. Conclui-se ainda que as variáveis para a prospecção dos níveis de inovação tecnológica de uma organização e do seu clima organizacional, são universais em sua maioria, o que permite parâmetros de comparação com dados internacionais.

Percebe-se uma intersecção positiva entre colaboradores que possuem capacidade de liderança e a maior facilidade para que se tenha um clima organizacional favorável à implementação de processos de inovação tecnológica.

Referências

ABREU, A. F. de; CORAL, E.; OGLIARI, A. **Gestão integrada da inovação**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2008.

GUIMARÃES, L. S. dos; MATTOS, J. R. L. de. **Gestão da tecnologia e inovação**. São Paulo: Editora Saraiva. 2005.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Editora Abril S.A. Cultural e Industrial, 1982.

MARKETING DE RELACIONAMENTO: SOLUÇÃO PARA FIDELIZAÇÃO DOS CLIENTES, COLABORADORES E FORNECEDORES

Eduardo PEREIRA¹, Profa. Márcia Valéria Seródio CARBONE²

¹Assis –SP, FEMA/IMESA

²Assis –SP, FEMA/IMESA

eduardoadm1984@hotmail.com, marciacarbone20@gmail.com

Este trabalho tem como enfoque o atendimento ao cliente, ao colaborador e ao fornecedor, a partir da utilização do Marketing de Relacionamento. Procura-se indicar os setores em que a empresa pode adquirir informações para executar e planejar ações de vendas e pós-vendas, almejando a satisfação e a superação das expectativas de seus clientes. Parte-se da hipótese de que o faturamento da empresa aumentará, favorecendo o posicionamento da marca perante o público. Do ponto de vista dos fornecedores, o Marketing de Relacionamento auxilia nas negociações e parcerias. O colaborador se sente mais motivado e feliz, percebendo que a empresa se preocupa com o seu bem-estar, com o seu desenvolvimento e o de todos os funcionários.

Referências

COBRA, Marcos. **Marketing básico**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

GORDON, Ian. **Marketing de relacionamento, estratégias, técnicas e tecnologias para conquistar clientes e mantê-los para sempre**. 4. ed. São Paulo: Editora Futura, 1999.

MADRUGA, Roberto. **Guia de implementação de marketing de relacionamento e CRM: o que todas as empresas brasileiras devem fazer para conquistar, reter e encantar seus clientes**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MCKENNA, Regis. **Marketing de relacionamento: estratégias bem sucedidas para a era do cliente**. São Paulo: Editora Campus, 1992.

¹ Este resumo faz parte do TCC deste autor, graduando em Administração, pela FEMA, sob a orientação da Professora Doutora Márcia Valéria Seródio Carbone (FEMA/IMESA).

SWIFT, Ronald. **CRM, o revolucionário marketing de relacionamento com o cliente**. 11. ed. São Paulo: Editora Campus, 2001.

VAVRA, Terry G. **Marketing de relacionamento**: como manter a fidelidade de clientes através do marketing de relacionamento. São Paulo: Editora Atlas, 1993.



COMUNICAÇÃO

A FUNÇÃO SOCIAL DA LITERATURA: UMA PESQUISA ACERCA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Marcela Rulfini BARBOSA¹, Dra. Eliane Aparecida Galvão Ribeiro FERREIRA²

¹IMESA/Graduação

²IMESA/CRELIT

Este texto tem por objetivo apresentar os resultados da contação de histórias para crianças. Para tanto, realizamos leituras teóricas sobre a formação do leitor e a função social da literatura. Também rastreamos a história da literatura infantil como gênero, bem como sua formação no Brasil. Elegemos como objeto de estudo o acervo disponibilizado pelo Itaú Cultural, em sua segunda edição, constituído pelas seguintes obras: Lino, de André Neves; O ratinho, o morango vermelho maduro e o grande urso esfomeado, de Don e Audrey Wood; e Poesia na Varanda, de Sonia Junqueira. Pretendemos, nos meses de setembro, outubro e novembro, investigar a recepção desses textos junto a crianças de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, etapa I, da escola EMEF “Lucas Thomas Menk”. A partir da recepção dessas obras que conciliam texto verbal e não-verbal, faremos um estudo teórico sobre as ilustrações, focando: cores, molduras, perspectivas, luz e enquadramento. Além disso, buscaremos compreender como se instauram seus efeitos de sentido quando associadas a um texto verbal. Durante as contações de história, verificaremos se as crianças apreciam essas obras disponibilizadas pela empresa e, ainda, se, pela leitura, ampliam seus horizontes de expectativas. Voltando-nos para os princípios da Publicidade, faremos uma pesquisa sobre o Itaú Cultural e sua política de leitura e distribuição de obras infantis.

Palavras-chave: Itaú Cultural. Literatura. Formação do Leitor. Contação de histórias.

O PAPEL DA PUBLICIDADE NO CONSUMO DE MODA

Dayane Natsumi Correia KAWAMURA¹, Me. Maria Lúcia de Maio BIGNOTTO²

¹ Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

² Professora Me. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

daykawamura@gmail.com, dantibig@femanet.com.br

É certo de que estamos vivendo em um período de compras desenfreadas, proporcionado pela alta demanda da indústria de consumo. A sociedade adquire produtos diversos não por necessidade ou funcionalidade, mas sim pelo poder que pode representar diante do outro indivíduo aquela aquisição. Além do status, existe ainda a satisfação química, como afirma Lindstrom (2009): “Quando tomamos a decisão de comprar algo, as células cerebrais que liberam dopamina secretam uma explosão de bem-estar e esse fluxo de dopamina alimenta o instinto de continuar comprando mesmo quando nossa mente racional diz que já chega”.

Um dos maiores produtos consumidos é com certeza a moda. Por esta razão, voltamos nossa pesquisa para o referido tema, a fim de ver como o desejo pelo novo se sobressai e como as vitrines seduzem as consumidoras, satisfazendo desejos, mas sempre oferecendo a mais do que o necessário.

Para tanto, foi essencial elaborar dois tipos de pesquisa na cidade de Assis-SP: uma focada nos lojistas e outra nas consumidoras. Assim, podemos observar a grande significância da moda, a relevância dos meios de comunicação e principalmente a importância da Publicidade para ambos os segmentos mencionados. As consumidoras têm suas atitudes geralmente influenciadas pela propaganda, com seu forte poder de persuasão. Logo, a moda deixa de ser simplesmente sinônima de *glamour* e futilidade, transformando-se em um esplêndido potencial econômico.

Se antes as mulheres não eram tão ligadas à questão, atualmente, elas ganharam bastante notoriedade sobre o assunto. Dentre os diversos fatores que contribuíram para tal abertura, podemos citar, com certeza, a independência conquistada durante esses últimos anos. Foi esse fator histórico-social que aumentou o poder de compra e gerou um dos mercados mais rentáveis do mundo.

De fato, a moda é importante na vida de quase todas as pessoas e já faz parte do nosso dia a dia. Ela está presente desde quando acordamos até a hora de dormirmos. Diariamente, somos pegos na dúvida de qual roupa ficaria melhor para nos apresentarmos na vida pública.

Porém, mesmo com tantos meios influenciando a vida cotidiana, a consumidora contemporânea deve buscar assumir uma postura mais consciente face ao mercado. Ela

deve adquirir hábitos sustentáveis, levando em consideração tanto a sociedade em que vive quanto à preservação do meio ambiente.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. São Paulo: Jorge Zahar, 2004.

BRAGA, João. **Reflexões sobre Moda**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2005.

CARVALHO, Nelly. **Publicidade: a linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 2009.

FEGHALI, Marta e DWYER, Daniela. **As Engrenagens da Moda**. Rio de Janeiro: Senac, 2001.

HAUNG, Wolfgang Fritz; tradução Erlon José Paschoal. **Crítica da Estética da Mercadoria**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

LAVER, James. **A Roupas e a Moda: uma história concisa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LINDSTROM, Martin; tradução Marcello Lino. **A lógica do Consumo: verdades e mentiras sobre por que compramos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PALOMINO, Erika. **A moda**. São Paulo: Publifolha, 2003.

RANDAZZO, Sal. **A criação de mitos na publicidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ROCHA, Everardo. **A sociedade do sonho**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

DOM APETITE: O FORTALECIMENTO DE UMA MARCA

Danilo Marmo LUCIANO¹, Fernanda Cappellesso Bello DE PAULA², Me. Maria Lídia de Maio BIGNOTTO³

¹ Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

² Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

³ Professora Me. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

dan-luciano@hotmail.com, fernandacappellesso@uol.com.br, dantibig@femanet.com.br

Desde o início, nosso desejo era enfrentar um grande desafio e fomos atrás de algo que nos motivasse a desenvolver um projeto marcante. Assim, surgiu a Dom Apetite Marmitaria, uma empresa do ramo alimentício, cujo foco é a produção de marmitas saudáveis com distribuição em pequena e larga escala, na cidade de Assis - SP. Junto com o proprietário da empresa, Rafael Aguilera, discutimos diversas ideias e, conseqüentemente, encontramos alguns problemas que a empresa enfrentava. Nesse momento, nosso trabalho ganhou força e motivação. De uma forma descontraída, objetiva e criativa propomos desenvolver um plano de comunicação para transformar esses detalhes negativos em positivos, comprovando o imensurável benefício que uma boa comunicação traz a uma empresa.

A Dom Apetite Marmitaria é recente no mercado, com pouco mais de um ano de atividade. Portanto, detectamos que a população assisense ainda não estava totalmente familiarizada com a marca. Esse ponto levantou algumas questões: já que a empresa tem como principal característica prezar pela alimentação saudável e saborosa, então uma boa comunicação poderia mudar o pensamento de uma sociedade que consome cada vez mais alimentos que são prejudiciais à saúde? Haveria a possibilidade dessa comunicação efetiva aumentar os consumidores e a fidelidade dos clientes à marca?

Desse modo, desenvolveremos uma ampla comunicação a fim de propagar os valores da empresa para toda a população assisense. Para isso, utilizaremos vários meios de comunicação, dentre eles o rádio e o jornal, meios mais populares na cidade, para mostrar os benefícios que uma boa alimentação pode proporcionar ao consumidor atual.

Haja vista que uma campanha sempre é sustentada por conceitos concretos, realizaremos uma pesquisa em âmbito municipal. Um dos resultados relevantes que pretendemos obter é a definição do nosso público alvo, pois o nosso principal objetivo é difundir e fortalecer o conceito da empresa, que oferece uma alimentação saudável, prática e barata.

Referências

FEMINA, Jerry Della. **Mad Men**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LENDERMAN, Max. **Admirável Marketing novo**. Rio de Janeiro: Best Business, 2010.

LUPETTI, Marcélia. **Planejamento de Comunicação**. São Paulo: 2010

MARTINS, José. **A Natureza emocional da marca**. São Paulo: Negócio Editora, 1999.

OGILVY, David. **Confissões de um publicitário**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

RIBEIRO, Julio. **Fazer acontecer.com.br: o livro de propaganda mais vendido no Brasil**. São Paulo: Saraiva: Virgília, 2009.

COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DA REPRESENTAÇÃO TEATRAL: UM ESTUDO ACERCA DO PAPEL DO CLOWN

Dayane Fernandes de OLIVEIRA¹, Dra. Eliane Aparecida Galvão Ribeiro FERREIRA²

¹IMESA/Graduação

²IMESA/CRELIT

Este trabalho tem por objetivo, através da arte do clown/palhaço, analisar como se desenvolve a comunicação com os sujeitos em interação. Lembramos que, para sua comunicação, o clown emprega a forma não-verbal, que compreende a comunicação gestual (movimentos e posicionamentos do corpo), os vestuários e as cores deste, bem como as expressões faciais na transmissão de mensagens. Por meio desses recursos, ele se faz entender pelo receptor, mostrando como é possível manter a interação entre os seres humanos para além das palavras.

Diversos estudos apresentam o conceito de comunicar como sendo o de trocar informações por meio de textos verbais orais e/ou escritos, porém a comunicação pertence a uma área de estudo complexa. Diante do exposto, analisaremos como se efetiva a troca de informações por meio não só da utilização da fala e da escrita, mas também dos gestos, das roupas, da entonação, entre outros recursos próprios da representação teatral.

Palavras-chave: Clown. Comunicação não-verbal. Comunicação.

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA JUNTO AO PÚBLICO JOVEM: UM PARALELO COM AÇÕES ADOTADAS PELO ROCK IN RIO

Bruna Silveira CRISPIM¹, Me. Gisele Maria Silveira CONSTANTINO²

¹ Publicidade e Propaganda - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

² Professora Me. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

brunasilveirac@outlook.com, gimaria@femanet.com.br

A juventude é uma construção social conduzida de diversos modos em diferentes momentos das civilizações. Os traços mais marcantes da juventude ocidental poderiam ter sua origem nos Estados Unidos no início da década de 1940, com a massificação da escolaridade, levando-a a sua própria identificação.

A instauração de um pensamento juvenil na indústria cultural, nos modos de comportamento e no consumo, foi um momento decisivo para a economia no mundo, pois o jovem passou a ter grande influência no mercado.

O objetivo deste trabalho é estabelecer um comparativo das formas de comunicação de dois seguimentos em eventos direcionados aos jovens: a JMJ (Jornada Mundial da Juventude) e o Rock In Rio, ambos de 2013.

No livro *Marketing em Administração*, Philip Kotler afirma que “Marketing é um processo social e administrativo pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e o que desejam através da criação e troca de produtos e valor com outras pessoas”. Nessa perspectiva, podemos supor que o *Rock In Rio* baseia-se em estratégias similares à proposta do autor, pois, neste evento, os jovens se reúnem para satisfazer a vontade de assistir ao seu ídolo e a sensação inigualável de estar entre milhões de outras pessoas cantando em uma só voz.

Por outro lado, a JMJ tem um objetivo diferente: evangelizar jovens fiéis. Para tanto, utiliza-se de ferramentas comunicacionais que necessitam alcançar um número maior de pessoas. No mesmo livro, Kotler cita os setores que não visam lucro e comenta: “Essas organizações têm problemas de mercado. Seus administradores estão batalhando para mantê-las vivas em face das mudanças de atitude do cliente e da diminuição dos recursos financeiros”.

De fato, é correto afirmar que, até o ano 2.000, o número de jovens católicos diminuía bastante. Mas, nos últimos anos, esse número vem crescendo graças às novas formas de comunicação e interação que a Igreja Católica adotou. Uma delas é a internet.

Porém, mesmo com a investida no meio digital, nada superou a grande magnitude que é a Jornada da Juventude. A escolha do novo Papa, Francisco, com quem os jovens se

encantaram pela humildade e forma de comunicação, contribuiu ainda mais para que o evento tivesse grande espaço na mídia, principalmente no Brasil – que sedou a Jornada neste ano, na cidade do Rio de Janeiro, reunindo 3,5 milhões de fiéis, em sua maioria jovens.

Referências

DARIVA, N. (Org). **Comunicação Social na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2003.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Centesimusannus**. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1991.

KATER FILHO, A. M. **O marketing aplicado à Igreja Católica**. São Paulo: Loyola, 1994.
<<http://www.amormariano.com.br/artigos/rock-in-rio-exaltacao-a-satanas/>>. Acessado em 18 de setembro de 2013

MACEDO, R. **Rock in Rio: espetáculo de interação**. Disponível em <<http://www.atalhocomunicacao.com.br/rock-in-rio-espetaculo-de-interacao/>>. Acessado em 17 de novembro de 2012.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

IMAGEM FEMININA E PUBLICIDADE: CONSUMO, MÍDIA E ESTEREÓTIPOS

Jéssica Laura Chacon BELOTTI

FEMA/IMESA

je.belotti@hotmail.com

A história se definiu e se sustentou por dois aspectos fundamentais: a divisão sexual das tarefas e o controle da fecundidade da mulher. Trata-se de uma estrutura social nascida do poder do pai, com o domínio sobre a sexualidade feminina. Exemplo disso era a supervalorização da virgindade – caso a mulher não fosse virgem, o casamento poderia ser anulado.

A ideologia patriarcal estabeleceu uma oposição entre sexos. Consequentemente, criou uma estrutura na qual os postos de dominação foram sempre ocupados por homens. Eles exerciam controle sobre a família, empregados ou aspectos políticos de uma organização social. Os dominados tinham o dever de obediência à imagem masculina e as mulheres, especificamente, cabiam cargos/funções de menor prestígio, abrindo mão de sua autonomia e liberdade.

Não obstante, há cerca de 50 anos, no Brasil, o patriarcado começou a perder suas bases. Em 1962, o Estatuto da Mulher Casada permitiu que ela ingressasse no mercado de trabalho, tornando-a economicamente ativa. As mulheres passaram a dividir o poder econômico com os homens e a ter direito sobre os filhos em caso de separação. Viveu-se um processo de transformação após décadas de preconceito.

Atualmente, as mulheres, em vários setores da sociedade, recebem tratamento igual aos homens: votam, opinam, estudam, trabalham em cargos políticos e nas empresas; por conseguinte, são consumidoras. À medida que aumentam seu poder aquisitivo, acabam promovendo transformações sociais ainda mais profundas e exigem padrões de consumo elevados. Logo, essas mudanças criam a necessidade de melhor estudar esse público, uma vez que os desejos femininos são complexos.

Assim, é necessário que o responsável pelo marketing conheça os mais variados perfis, o comportamento, o pensamento e o conjunto de atitudes femininas que influenciam na hora da compra, independentemente de classe social, faixa etária ou nacionalidade.

Pesquisas revelam que as mulheres são consideradas o maior mercado consumidor no Brasil, impulsionando a economia do país. Em cerca de 22 milhões de lares, elas são chefes de família (SOPHIAMIND, 2012). O estudo sobre a mulher como público-alvo permite a analisar de forma mais ampla a publicidade e a propaganda voltada para esse nicho de mercado. Muitas empresas ainda estão presas aos padrões ditados no passado em que a sociedade patriarcal prevalecia.

Claro que essa ideologia não condiz com a contemporaneidade e cabe as empresas entenderem tais mudanças e buscarem novas formas conceituais de se comunicar com o público feminino, desvencilhando-se do ultrapassado pensamento machista, sexista, nitidamente tendencioso e desigual. Notória é a frase da escritora Clarice Lispector, que define bem essa busca: “Liberdade é pouco. O que eu desejo ainda não tem nome”.

Por tais razões, assim como a mulher se libertou das imposições do patriarcado, a publicidade também precisa alforriar-se de determinados parâmetros preconceituosos, de estilo e linguagens que são incompatíveis não apenas com a mulher atual, mas também com a sociedade que se propõe cada vez mais justa, igualitária e consciente.

As empresas precisam modernizar-se e ampliar a visão de atendimento, mobilizando esforços conjuntos e utilizar os meios de comunicação mais eficazes. Agindo assim, certamente a empresa progredirá e alcançará resultados e lucros altos (MENDES, 2013). Não se trata somente de ser politicamente correto ou não, mas de ter uma comunicação eficaz.

Portanto, o presente artigo objetiva, principalmente, realizar um estudo acerca da comunicação e da emancipação feminina, bem como seus reflexos na publicidade, pois estes movimentos transformaram a figura feminina de submissa em trabalhadora e consumidora independente.

Referências

POPCORN, Faith; Lys Marigold. **Público-alvo:** Mulher - 8 verdades do marketing para conquistar a consumidora do futuro. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SOPHIA MIND. **Mulheres aumentam sua participação como chefes de família.** Documento eletrônico. Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://www.sophiamind.com/noticias/mulheres-aumentam-sua-participacao-como-chefes-de-familia-aponta-estudo/>>. Acesso em 12 de agosto de 2013.



DIREITO

ELEMENTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL E A EXTERIORIZAÇÃO DA FANTASIA DO INDIVÍDUO PSICOPATA

Laura Conde MORALES

Fundação Educacional do Município de Assis

laura__182@hotmail.com

No desenvolvimento da pesquisa científica apresentada, pode-se constatar uma série de fatores que levariam o psicopata a cometer delitos, principalmente homicídios, sejam estes em série, no caso dos *serial killers*, ou em massa, como os populares massacres de Realengo no Brasil e Columbine, nos Estados Unidos.

Foram exemplificados e analisados diversos casos no qual se notou a influência de algum elemento da indústria cultural em sua execução. Assim, prova-se que existe, realmente a concreta exposição do indivíduo aos produtos da indústria de massas e, no caso do psicopata, essa exposição é nociva. Combinada ao transtorno que este carrega consigo, origina-se a liberação e exteriorização da fantasia criada pela indústria cultural.

A última etapa da pesquisa consiste em um questionário a ser respondido por profissionais do Direito concernente à punição do indivíduo psicopata e à eficácia da medida de segurança. Além disso, discutir-se-á acerca da pena capital, aplicada a esse tipo de criminoso nos Estados Unidos. Tal questionário, somado ao próprio corpo da pesquisa, será utilizado para a elaboração da conclusão do trabalho.

Referências

ASSIS, Sidnéia Denardo. **A imputabilidade do *Serial Killer***. Fundação Educacional do Município de Assis, São Paulo, 2009

CABRAL, João Francisco P. **Conceito de Indústria Cultural em Adorno e Horkheimer**. <http://www.brasilecola.com/cultura/industria-cultural.htm>. Acessado em 05 de setembro de 2013.

CASOY, Ilana. **Serial Killer: Louco ou Cruel?** 6ª edição. São Paulo: Madras, 2004.

CASOY, Ilana. **Serial Killer: Made in Brazil**. 3ª edição. São Paulo: ARX, 2006.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2ª edição. Campinas: VERSUS, 2005

LEAHY, Vitor Campos Clement, “**Liberdade de Expressão e a Proibição dos Jogos Eletrônicos**”. Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

NÓVOA, Jorge. **Tiros em Columbine ou a decadência do império americano**. Kino Digital – Revista Eletrônica de Cinema e Audiovisual, nº 1, dez. 2006

OLIVEIRA, Mariana V. **Tratamento dispensado ao criminoso psicopata pela legislação brasileira**. <http://jus.uol.com.br/revista/texto/18906/o-tratamento-dispensado-ao-criminoso-psicopata-pela-legislacao-penal-brasileira> : acessado em 22 de novembro de 2012.

Projeto Lei 170 de 2006- <http://www.senado.gov.br> : acessado em 19 de novembro de 2012

REBOUÇAS, Fernando: **Indústria Cultural**. <http://www.infoescola.com/cultura/industria-cultural/>: acessado em 05 de setembro de 2013

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas- O Psicopata mora ao lado**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Fontanar

SILVA, Ellen Fernanda Gomes. **O impacto e a influência da mídia na produção da subjetividade**. Universidade do Vale do Ipojuca- PE, 2012.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO FERRAMENTA HUMANIZADORA

Aurora de LIMA¹, Dra. Eliane Ap. Galvão Ribeiro FERREIRA²

¹FEMA/IMESA – ASSIS – SP

²FEMA/IMESA – ASSIS – SP

O presente trabalho tem por objetivo, a partir de levantamentos bibliográficos, leituras e análises, desenvolver um trabalho de contação de histórias com crianças, no Programa Escola da Família, e com idosos internos na *Santa casa de Misericórdia de Assis*. Pretende-se, com a contação, favorecer o convívio social, ampliar as experiências e resgatar a valoração tanto da criança, quanto do idoso perante a sociedade. Para tanto, realizamos visitas periódicas aos acamados e participamos, nos finais de semana, do Programa Escola da Família. Nestas, trocamos experiências e compartilhamos tanto das histórias de vida das crianças quanto das dos idosos. Por meio da contação de histórias, procuramos contribuir para o bem-estar mental dos acamados e, assim, amenizar sua solidão. Em relação às crianças, buscamos despertar-lhes o gosto pela leitura e, desse modo, ampliar seu imaginário e senso crítico. A intenção é a de propiciar aos jovens alguns momentos de recreação e entretenimento. Nossas visitas estão fundamentadas no respeito e, principalmente, no afeto. Com elas, desejamos que as crianças e os idosos, que se sentem excluídos e postos à margem da sociedade, elevem sua autoestima, ou seja, percebam o quanto são importantes como cidadãos inseridos em nossa realidade social.

Palavras-chave: Contação de histórias. Estatuto do Idoso. Estatuto da Criança e do Adolescente.

DIREITO E LITERATURA: UMA ANÁLISE DA DENÚNCIA SOCIAL PRESENTE NAS OBRAS DE JORGE AMADO E LYGIA BOJUNGA NUNES

Érica Carvalho PIRES¹, Dra. Eliane Aparecida Galvão Ribeiro FERREIRA²

¹FEMA/IMESA – ASSIS – SP

²FEMA/IMESA – ASSIS – SP

Esta pesquisa tem por objetivo refletir sobre a denúncia social presente em obras literárias destinadas à leitura de jovens em formação. Para tanto, tomamos como objeto de estudo, as obras: *Capitães da Areia*, de Jorge Amado e *Tchau*, de Lygia Bojunga Nunes. Com base nestas obras, investigamos as relações que se estabelecem entre Direito e Literatura. A partir do estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente, buscamos observar quais princípios são feridos e denunciados em cada uma das tramas. Em um desdobramento de nossa pesquisa, trabalharemos os dois livros com adolescentes assistidos pela ONG – *Comunidade Braços Abertos*. Na ocasião, verificaremos se eles notam o caráter de denúncia social presente nas obras e, pela leitura, conseguem ampliar seus horizontes de expectativa, bem como sua capacidade de reflexão crítica. Neste trabalho, partimos da hipótese de que as questões sociais, as quais estão relacionadas com o Direito, merecem ser estudadas, pois permitem ao pesquisador refletir acerca da realidade social e da efetividade de direitos em nossa realidade. Além disso, acreditamos que a leitura quando mediada de forma crítica pode emancipar o jovem leitor.

Referências

AGUIAR, Vera Teixeira. **A formação do leitor**. São Paulo: Unesp, 2004.

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. Companhia de Bolso. 16ª reimpressão. São Paulo.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2º Edição. Editora Guanabara. Rio de Janeiro, 1981.

BECKER, F. A propósito da "desconstrução". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 19(1):3-6, jan/jun. 1994.

BOJUNGA, Lygia. **Tchau**. 19ª. ed. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 2012.



BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: _____. *Textos de intervenção*. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2002, p. 77-92.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Metodologia aplicada ao estudo da literatura**. In: Metodologia do trabalho intelectual. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1994

FERREIRA, Vitor Hugo do Amaral. **A transformação do ensino jurídico no Brasil: os caminhos percorridos do Império à contemporaneidade**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 535, 24 dez. 2004. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/6089>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. Cortez Editora. 1997.

KOZICKI, Katya; CHUEIRI, Vera Karam. **Estudos em Direito, Política e Literatura**. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Direito da Criança e do Adolescente e Tutela Jurisdicional Diferenciada**. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 2002.

SCHWARTZ, Germano. **A Constituição, a Literatura e o Direito**. Ed. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2006.

TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães; NETO, Alfredo Copetti. **Direito e Literatura**: Reflexões Teóricas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

VANNUCHI, Paulo de Tarso e OLIVEIRA, Carmen Silveira (apresentação). **Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes** – 20 anos do Estatuto. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Coordenação de Irene Rizzini (PUC-Rio/CIESPI).

O MUNICÍPIO DE ASSIS ATUANDO NA FORMAÇÃO DE LEITORES

Cecília Barchi DOMINGUES¹, Eliane Ap. Galvão Ribeiro FERREIRA²

¹Aluna do curso de Direito da FEMA, com pesquisa no PIBIC.

²Professora Doutora no curso de Direito da FEMA.

A questão da leitura continua a ser um dos maiores entraves à sociedade brasileira, tanto em relação ao desempenho escolar, quanto no que diz respeito ao mercado de trabalho. Vale destacar a distribuição de acervos compostos pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, instituído em 1997, e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC. O PNBE tem por objetivo “[...] democratizar o acesso a obras de literatura infantis e juvenis, nacionais e estrangeiras, bem como o acesso a materiais de pesquisa e de referência a professores e alunos das escolas públicas brasileiras” (MACIEL, 2008, p.11).

O público-alvo da pesquisa foi constituído por jovens de aproximadamente 16, 17 e 18 anos que cursam o terceiro ano do Ensino Médio. Por ser o último ano escolar, é de se esperar que esses alunos tenham recebido, pelo menos, um livro do acervo do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) durante algum ano dessa etapa de escolarização e tenham desenvolvido o gosto pela leitura. A partir disso, imaginava-se que os estudantes estavam preparados para a leitura dos clássicos da literatura e para os exames vestibulares.

O discurso dos entrevistados não revela a prática que realizam. Eles aceitam a leitura como algo positivo, afirmam que leem, mas na prática não frequentam a biblioteca e é natural que guardem os livros do FDE, pois estes são dotados de trabalho estético que requer competência leitora e, justamente pela dificuldade, aproximaram-se da cultura de massa, da cultura midiática que os acostumou aos modismos e às facilidades de consumo.

Mais do que nunca, a leitura de textos emancipatórios justifica-se, sobretudo, de autores nacionais, em geral, esquecidos nas indicações dos alunos, caso não componham listas para exames vestibulares.

A maioria dos alunos afirma que gosta de ler. Poucos têm coragem para dizer que não gostam, há um discurso afirmativo da leitura em âmbito escolar e mesmo na mídia televisiva. Há exceções, sempre. Porém, na maior parte dos casos, os alunos afirmam que gostam de ler e sabem da importância do livro na vida das pessoas, bem como estão cientes de seus benefícios. Mesmo cientes e afirmando que gostam de ler, leem pouco; somente o necessário, falta impulso. Assim, o gostar de ler aparece desvinculado da prática da leitura, do hábito de leitura.

Alguns jovens desconhecem a variedade dos livros, ficam presos ao que o professor indica e o número de frequentadores da biblioteca ainda é muito baixo. Também, verificamos, pela pesquisa de campo, que nossa hipótese sobre a formação do leitor,

sugere que muito ainda precisa ser feito nas escolas. Considerando que Assis possui elevado aproveitamento em leitura nas avaliações oficiais feitas na escola, nós nos surpreendemos, pois notamos que os alunos sabem fazer o discurso sobre a “importância” da leitura, mas na prática, elegem textos filiados aos modismos.

Coordenadores e professores acreditam na importância da leitura e veem o PNBE, tanto do aluno, quanto do professor como positivo. Porém, quanto à entrega do acervo nas escolas, verificamos que estas não sabem como o PNBE funciona por completo, nem quando os acervos chegam e, aliás, se chegam. Há, então, necessidade de maior clareza nos termos que se estabelecem entre Estado e escolas.

Mesmo diante dos melhores números, muito precisa ser trabalhado. Falta hábito, falta curiosidade, falta qualidade de leitura. Só entregar os livros não basta.

Referências

MACIEL, Francisca Isabel Pereira. O PNBE e o Ceale: de como semear leituras. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (orgs.). **Literatura infantil**: políticas e concepções. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

PORTAL DO FNDE. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao> > Acesso em: 15 julh. 2013

A TEORIA GERAL DA PROVA NA AÇÃO PENAL 470 E SEUS IMPACTOS NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO – UMA ANÁLISE BASEADA NOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO E O ESTADO DE SÃO PAULO

Nicolle Bolfarini Guiotti Campanatti PEREIRA¹, Prof. Me. Maria Angélica Lacerda Marin DASSI²

¹Fema/Imesa – Assis/SP

²Fema/Imesa – Assis/SP

nicolle.bgcp@hotmail.com, adoromeusalunos@hotmail.com

O trabalho tem o objetivo de analisar todos os aspectos basilares e fundamentais da Teoria Geral da Prova no âmbito do Direito Processual Penal, verificando as diversas classificações das provas, os princípios relacionados a elas, os sistemas que existem para sua apreciação, a maneira como elas podem ser usadas em um processo. Também visa a aplicação desses dados teóricos ao caso concreto da Ação Penal 470.

Vulgo mensalão, essa ação penal apresenta grande relevância no cenário nacional, já que é julgada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e é transmitida a toda a população pela mídia. O trabalho busca exatamente pesquisar como a Teoria Geral da Prova foi utilizada pelos advogados, pelo Procurador-Geral da República e pelos ministros do Supremo nesse caso concreto, bem como verificar se ocorreram mudanças no entendimento de como aplicá-la. Parte do objetivo é tentar constatar também se, na existência dessas alterações, isso pode vir a influenciar as instâncias jurídicas inferiores do país.

Para o alcance de tal objetivo, foi utilizado o método de pesquisa qualitativa. Realizou-se uma coleta de dados nos jornais “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, a fim de recolher notícias, reportagens, artigos de opinião, editoriais, que veiculassem informações sobre a Ação Penal 470, nas datas correspondentes à ocorrência do julgamento. Posteriormente, fez-se uma leitura crítica de obras doutrinárias acerca da Teoria Geral da Prova no Processo Penal, comparando o ponto de vista de vários autores renomados na área jurídica. Aplicou-se a teoria revisada ao caso concreto e foram obtidas conclusões ainda parciais.

O trabalho encontra-se em andamento, mas alguns resultados já foram possíveis. Constata-se que vários réus foram condenados apenas com a presença de provas circunstanciais de suas condutas. Foi muito utilizada pelo Supremo a Teoria do Domínio do Fato, a qual está associada ao uso dessas provas indiretas, e que atribui responsabilidade penal a um sujeito que apenas tenha sido o mentor da ação criminosa, ou seja, ele é o autor intelectual.

Observou-se ainda, que a defesa sustentava que a condenação sem provas concretas não era possível, que isso feria as garantias constitucionais que existiam a favor dos réus. Alegava que muitas das provas produzidas na fase investigativa não foram repetidas na

fase judicial e que isso implicava na ineficácia comprobatória delas. Já o Ministério Público argumentava que para os crimes de corrupção e os outros dos quais os réus foram acusados, bastava a simples comprovação de que o sujeito tinha – em razão da função ocupada – domínio de todas as ações criminosas e que havia vasto material probatório da culpabilidade dos réus nos autos.

Apesar da pesquisa ainda não estar findada, pode-se afirmar algumas conclusões parciais, as quais são satisfatórias, visto que foram condizentes com os objetivos e a problematização inicial do projeto. O Supremo Tribunal Federal adotou uma postura diferenciada ao analisar as provas em casos de crime organizado. Por serem escassas as provas materiais nesse tipo de ilícito, como documentos, perícias, fotos, em razão dos principais réus não atuarem diretamente no esquema (Teoria do Domínio do Fato), atribuiu-se grande valor probatório aos indícios, presunções, provas circunstanciais e provas testemunhais.

Assim, a tese mais aceita (tal decisão agora sujeita a modificações devido à aceitação dos Embargos Infringentes) foi a do Procurador-Geral da República, que representava o interesse da sociedade em geral. Mesmo com a imparcialidade dos ministros, houve uma influência midiática que pressionou a Corte, de certa forma (e continua a pressionar), a condenar os réus a fim de afirmar o senso de justiça existente no país. Isso tornou a Ação Penal 470 um julgamento com um viés político.

Tais mudanças trarão impactos ao Poder Judiciário brasileiro como um todo, repercutindo nas instâncias inferiores, porém apenas para crimes organizados e relacionados à corrupção, já que para crimes como o homicídio, por exemplo, ainda é essencial que constem provas materiais. Tal trabalho enseja também a possibilidade de uma análise futura da relação do processo do mensalão e a condenação sem prisão, ainda, dos réus e o aceite dos Embargos Infringentes, com as manifestações populares que ocorreram e ainda estão a ocorrer no país.

Referências

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 20ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COELHO, Walter. **Prova Indiciária em Matéria Criminal**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1996).

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Nau editora, 2005.

MALATESTA, Nicola Flamarino dei. **A lógica das provas em matéria criminal**. São Paulo: Editora Bookseller, 2005.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Processo Penal**. 13ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

AS MUDANÇAS NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO: DO IPESP AO SPPREV

Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho ROSSI¹, Me. Eduardo Augusto Vella GONÇALVES²

¹FEMA/IMESA – ASSIS – SP

²FEMA/IMESA – ASSIS – SP

A presente pesquisa tem como proposta analisar, à luz dos ensinamentos e dos princípios do Direito Previdenciário, as mudanças ocorridas no sistema previdenciário do Estado de São Paulo nas décadas de 1990 e de 2000.

O IPESP – Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – foi criado pela Constituição Estadual Paulista em 9 de julho de 1935 como forma de garantir um sistema previdenciário próprio de seus servidores públicos às reivindicações separatistas do Estado de São Paulo. Sua característica era de entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, com sede e foro na Capital do Estado de São Paulo. Vinculada à Secretaria da Administração, gozava dos privilégios, regalias e isenções próprias da fazenda Pública Estadual como qualquer ente público. Várias alterações em sua constituição e regimentos foram realizadas no decorrer de sua existência. Algumas delas de fundamental importância, como as ocorridas nos anos de 1989, instituição de seu Regimento no Decreto 30.550/1989 e de 1998 com sua alteração conforme o Decreto 43.514/98.

Estas alterações nas funções e atribuições do IPESP foram decorrentes das mudanças constitucionais ocorridas nos anos de 1988, com a Constituição Federal e com as reformas previdenciárias decorrentes das Emendas Constitucionais 20/98, além da complementação exercida logo pelas 41/2003 e 47/2005.

Como reflexo destas alterações, podemos verificar a extinção do IPESP - Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – que foi estabelecida pela Lei Complementar Estadual 1.010/2007, promulgada em 1º de junho de 2007. Esta lei criou uma nova autarquia previdenciária chamada São Paulo Previdência — SPPrev.

Com as reformas previdenciárias decorrentes das Emendas Constitucionais, estabeleceu-se uma exigência constitucional e legal de se criar em cada Estado e município um único sistema de previdência para os servidores públicos. Em São Paulo havia diversos sistemas o que gerou a necessidade de uma unificação previdenciária e no projeto que criou a São Paulo Previdência.

Com as mudanças legislativas, o IPESP foi incorporado pela São Paulo Previdência - SPPrev, sob a alegação de que o IPESP era um instituto de pensões do Estado de São Paulo.

O que significava que o agente, depois que morria, deixava a pensão para seus filhos ou para sua viúva e era só a pensão. Até aquele momento quem se responsabilizava pela aposentadoria do servidor público era o Estado e suas entidades. O que se percebe,

portanto, é que o IPESP recebia as contribuições para as pensões e o Estado se responsabilizava pelas aposentadorias sem ter recebido uma contribuição previdenciária para tal.

Esta pesquisa se pautará especificamente sobre as mudanças ocorridas no sistema previdenciário paulista com a extinção do IPESP e a criação do SPPREV quanto à sustentabilidade de um sistema próprio previdenciário diante do perfil dos agentes públicos efetivos paulistas.

O objetivo principal deste projeto de pesquisa é verificar os fundamentos legais dos sistemas previdenciários após as reformas decorrentes de várias emendas constitucionais da Constituição Federal de 1988.

A principal forma de pesquisa adotada neste projeto será a pesquisa bibliográfica. Entende-se que esta é uma etapa fundamental em todo trabalho científico na medida em que estabelece o fundamento teórico em que se baseará o trabalho. Esta pesquisa consiste em levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações obtidas através de uma bibliografia a ser levantada no decorrer do desenvolvimento do projeto.

Referências

ABREU, Nylson Paim de. **As aposentadorias dos servidores públicos em face da reforma da Previdência Social**. REVISTA INTERESSE PÚBLICO, nº 26, ano 2004.

BARROSO, Luiz Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1996.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2002.

BRASIL, **Constituição (1988), Consolidação das Leis do Trabalho, Legislação Trabalhista e Previdenciária**. Constituição da República Federativa do Brasil, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 11º ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos; MENDONÇA, Maria Lírida Calou de Araújo e. **O processo de reforma previdenciária na América Latina**. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1783, 19 maio 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/11251/o-processo-de-reforma-previdenciaria-na-america-latina>>. Acesso em: 02 dez. 2012.

DIAS, Eduardo Rocha; MACÊDO, José Leandro Monteiro de. **Nova previdência social do servidor público**. 2 ed. São Paulo: Método, 2006.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Técnicas Atuariais e Gestão financeira. Debates**. Brasília: Exemplus Comunicação & Marketing Ltda, 2001. vol.10.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NETO, José Afonso do Nascimento. **O Regime Próprio da Previdência Social**. <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1190>. Publicado em 07 de março de 2009. Acessado em 02 de dezembro de 2012.

NÓBREGA, Marcos. **Regimes Próprios de Previdência Social e as Emendas Constitucionais nº s 41 e 47**: abrangência, equilíbrio financeiro e atuarial e alíquotas de contribuição. REVISTA INTERESSE PÚBLICO, nº 36, ano 2007.

PAES, José Eduardo Saab. **Fundações e Entidades de Interesse Social**. 2ª ed., Brasília: Jurídica, Brasília, 2000.

RABELO, Flávio Marcílio. Estudos. **Regimes Próprios de previdência**: Modelo Organizacional, Legal e de Gestão de Investimentos. Previdência Social. Ministério da Previdência e assistência Social, Vol.11, 2001.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **Princípios constitucionais dos Servidores Públicos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

RUSSOMANO, Mozart Vítor. **Curso de previdência Social**. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

SALOMÃO, Patrícia. **A evolução do Regime de Previdência do Servidor Público desde a EC n.º 20/98**. <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=865>. Publicado em 13/10/2008. Acesso em 02 de dezembro de 2012.

SANTOS, Marisa Ferreira dos & LENZA, Pedro. **Direito Previdenciário** - Col. Esquematizado. 2ª Ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10ª. Ed., São Paulo: Malheiros, 1995.

O PAPEL DO CONSELHO TUTELAR NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA ANÁLISE SOBRE O MUNICÍPIO DE PLATINA – SP

Maria Rosana Terra BERNINI¹, Dra. Elizete Mello da SILVA²

¹Fundação Educacional do Município de Assis – Fema

²Fundação Educacional do Município de Assis – Fema

mariarosanat@yahoo.com.br, dedemelo@femanet.com.br

A proposta desse trabalho foi não só de "julgar" as políticas sociais voltadas para a criança e o adolescente de maneira alienada, mas sim promover uma reflexão sobre o tema a partir da análise do contexto histórico, em uma relação até os dias atuais.

O objetivo principal foi certificar o papel do Conselho Tutelar em relação à aplicabilidade e efetivação dos direitos da criança e do adolescente no Município de Platina – SP.

Tratou-se mais especificamente em relação às Políticas Públicas na defesa da criança e adolescente, com a participação efetiva do Conselho Tutelar, visando evitar a violação de direitos previstos constitucionalmente.

O Trabalho buscou ainda fazer um resgate sobre a doutrina da proteção integral como fonte inspiradora do Estatuto da Criança e do Adolescente, para destacar que, só a partir da sua sanção em 1990, a criança e o adolescente passaram a ser objeto de uma lei diferenciada e "reconhecida" pela sociedade.

Sentimos que a atual situação dos direitos da criança e do adolescente de uma forma geral, entendidos como sujeitos credores de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, como preconiza o artigo 3º do ECA, exigíveis para o pleno exercício de cidadania, mantém-se ainda no modo da promessa, sempre voltada para o futuro e muito distante de ser cumprida.

Nesse sentido, nos leva a crer que as leis voltadas para o atendimento da criança e do adolescente, no que se refere às políticas públicas, representam uma utopia posta em movimento, em direção a um forte compromisso de toda a sociedade brasileira com a produção de homens plenos de humanidade, consistindo em uma promessa jurídica ou mesmo numa ação transformadora, dirigida e virada para o futuro.

Referências

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Editora Jurídica da Editora Manole. São Paulo: Manole, 2003.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Campus, 1992.

LEI FEDERAL nº 8.069/1990, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”.

LEI MUNICIPAL 790/2001, de 8 de fevereiro de 2001, que “dispõe sobre a Política Municipal de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e dá outras providências”.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da Criança e do Adolescente: Uma proposta interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

SÊDA, Edson. **A PROTEÇÃO INTEGRAL**. 3. ed. Campinas – São Paulo: Adês, 1995

TITO, Ronan; AGUIAR, Nelson. Justificativa do Estatuto. In: PEREIRA, Tânia da Silva. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei 8.069/90, Estudos Sócio Jurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

AS RELAÇÕES ENTRE A CRIMINOLOGIA E AS POLÍTICAS CRIMINAIS

Caio Augusto Baptistella MAIA

caiomaia45@yahoo.com.br

A partir de um debate histórico entre as Escolas Clássicas e Positivistas, nasce o conceito que temos hoje de criminologia e o seu objeto de estudo, sendo que, as doutrinas e pesquisas apresentadas por seus respectivos pensadores contribuíram para uma melhor valoração do tema. Pensamentos que, depois de um grande período de discussões, ainda influenciam normas penais e as aplicações das políticas criminais adotadas pelo Estado.

No nosso cotidiano é evidente o aumento da prática de delitos e também a superlotação nos presídios espalhados por todo o Brasil, fatos que estão relacionados com a desigualdade social, visto que o Estado se torna omissor em relação às políticas sociais. Podemos citar como exemplo a falta de investimento na educação, segurança e assistência. São medidas que poderiam auxiliar tanto no aspecto de punição como de advertência, pois reeducariam uma maneira de viver e de pensar da sociedade de modo geral.

Portanto, este estudo tem como objetivo relacionar o crime e a vida social, por meio da criminologia. Demonstrar que tal ciência pode ser usada como alternativa para a prevenção dos delitos. Buscamos, por fim, entender como são construídas as políticas criminais adotadas pelo Estado no combate à criminalidade.

Referências

CRESPO, Ardelan. **Curso de Criminologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2009.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

O DILEMA DA EUTANÁSIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Anna Gabriela de Arruda Felix Cerqueira LEITE¹, Maria Angélica Lacerda Marin DASSI²

¹Assis

²Assis

annagazinha@gmail.com, adoromeusalunos@hotmail.com

Este trabalho tem por objetivo investigar a problematização da eutanásia, bem como, se sua liberação fere os princípios da Dignidade da Pessoa Humana e o Direito à Vida.

No primeiro capítulo, fez-se uma análise dos princípios da dignidade da pessoa humana, do direito à vida e liberdade. Concluiu-se que estes princípios estão interligados entre si. Não há como ter direitos sem que haja vida e para se viver é necessário que se tenha dignidade e liberdade.

No segundo capítulo, há a análise do crime de homicídio, que é a supressão da vida por outro indivíduo, sendo admitido na forma culposa e dolosa. Há o homicídio simples, que é a simples prática de matar alguém, sem motivação especial e tem pena de reclusão de 6 a 20 anos. Há o homicídio culposo, que é causado com imprudência, negligência ou imperícia. O homicídio qualificado, na presença de causas que aumentam a pena, sendo a pena de reclusão de 12 a 30 anos. E o homicídio privilegiado, quando há circunstâncias que diminuem a penalidade. A pena pode ser reduzida de 1/6 a 1/3. Essas reduções têm natureza social ou moral.

No terceiro capítulo, discutiu-se as diferenças entre ortotanásia, distanásia e eutanásia. Com tais práticas, não há o respeito a dignidade do ser humano, pois ao deixar o paciente sofrer mais do que deveria, isso acaba com dignidade dele, visto que não há como expressar seus desejos.

Mesmo sendo um tema polêmico nos tempos de hoje, na antiguidade, a eutanásia era aceita e até mesmo recomendada socialmente, sendo confundida com práticas eugênicas e economicistas, nas quais não se visavam à eliminação da dor, mas sim à eliminação do ser humano, que muitas vezes se tornara um fardo para o grupo, ou para a purificação e até evolução da espécie.

A eutanásia é o ato de provocar a morte de um ser humano, evitando o prolongamento de seu sofrimento. O fim da vida deve ser rápido e sem sofrimento, seja agindo ou não agindo, de tal forma a provocar a morte. Ela age sobre a morte, não se espera o fim natural. Todavia, só é considerado eutanásia, se a morte é em pacientes terminais, com fortes sofrimentos ou doença incurável, ocasionada por sentimento de piedade ou compaixão.

Atualmente, a eutanásia é considerada, no Brasil, como sendo homicídio privilegiado, cometido por relevante valor social ou moral, tendo sua pena diminuída de 1/6 a 1/3. Isso pode evidenciar que o ordenamento jurídico brasileiro é contra essa prática.

Assim, discute-se se a pessoa teria o direito de decidir sobre o fim de sua própria existência, já que a vida deveria ser digna, com qualidade. Por outro lado, se a vida é o bem supremo, o Estado precisaria mantê-la a qualquer custo, mesmo contra a vontade do interessando direto.

Referências

ARAÚJO, Walkiria Benedeti Cardozo. **Termo de Consentimento em Eutanásia**. Tese (Pós-Graduação). Universidade Estadual de Londrina. 2010. Londrina.

DINIZ, Maria Helena. **O Estado Atual do Biodireito**. 2009. 6ª ed. Saraiva. São Paulo.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal – Parte Especial** 2º volume. 2001. 24ª ed. Saraiva. São Paulo.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais**. 2007. 5ª ed. Livraria do Advogado. Porto Alegre

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Direitos Fundamentais uma leitura da jurisprudência do STF**. 2006. Malheiros. São Paulo.

VILLAS-BÔAS, Maria Elisa. **Da Eutanásia Ao Prolongamento Artificial Aspectos Polêmicos Na Disciplina Jurídico-Penal Do Final De Vida**. 2005. 1ª ed. Ed. Forense. Rio de Janeiro.

VIOLÊNCIA, MENOR INFRATOR E POLÍTICA DE RESSOCIALIZAÇÃO

Amanda Cristine de SOUZA¹; Maria Angélica Lacerda Marin DASSI²

¹Assis – SP

²Assis - SP

amandasouza.direito@hotmail.com, adoromeusalunos@hotmail.com

Este trabalho tem como finalidade analisar o grau de eficácia das medidas socioeducativas a partir da experiência e da análise de casos na Fundação Casa de Marília. Parte-se do pressuposto de que tais medidas, inclusive a de internação, estudada mais a fundo neste trabalho, não têm conseguido alcançar as finalidades ressocializadoras e de integração social, por vários motivos. O que de fato se torna preocupante é o fato de que, o menor submetido à uma dessas medidas, é um indivíduo em processo de construção da personalidade e ainda pode ser resgatado para o convívio em sociedade.

No primeiro capítulo do trabalho, inicialmente foi feita uma breve definição de criança e adolescente, pois a idade será fator essencial ao analisar que tipo de medida socioeducativa será cabível a cada caso. Outro ponto importante tratado no primeiro capítulo é o ato infracional. Explica-se que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o menor infrator não pratica crime ou contravenção penal, mas sim ato infracional, expressão usada pelo legislador. É abordado também as Medidas Protetivas, que são aquelas aplicadas sempre que houver violação dos direitos estabelecidos pelo próprio ECA por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, e, quando por algum motivo, não puderem ser aplicadas as medidas socioeducativas. Posteriormente, há uma prévia apresentação das medidas socioeducativas impostas ao menor infrator.

O segundo capítulo expõe a característica ressocializadora de cada medida, explicando sua execução, bem como, sua eficácia e em que caso ela será aplicada.

O terceiro capítulo se aprofunda especificamente em uma dessas medidas, a de internação, considerada a mais gravosa e aplicada somente em último caso, tratando-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa e outras infrações graves. Apresenta características da medida que, além de punitiva, tem principalmente caráter pedagógico e apresenta alguns importantes princípios a serem observados em sua execução. Ao ter mais contato com essa medida, devido às visitas à Fundação Casa, foi possível notar medidas ressocializadoras que fazem parte da estrutura de integração social, como atividades externas, cursos profissionalizantes e dentre outras. Tudo isso com o intuito de devolver o menor à sociedade de forma que tenha novas oportunidades e nova expectativa de vida, e, o mais importante, que não haja reincidência. Neste capítulo são abordados muitos dos direitos do menor interno, bem como deveres do próprio estabelecimento educacional, estabelecidos pelo ECA, em

vários artigos estudados minuciosamente a fim de comparar com a atual situação da Fundação Casa.

O último capítulo, ainda em fase de conclusão, procura fazer o levantamento da atual política de ressocialização a partir dos dados e informações conseguidos na prática, bem como histórias de internos, índices de reincidência, índices de atos infracionais e a lição de um ex-interno que atualmente é coordenador de um projeto que faz visitas à fundação Casa.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei Federal Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em conflito com a lei – Da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SPOSATO. Karyna Batista. **Guia Teórico e Prático de Medidas Socioeducativas**. ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – Brasil, 2004

Regra das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade. Adotadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas na sua resolução 45\, de 14 de Dezembro de 1990.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 5ª Edição. Malheiros Editora, 2002.

ABERASTURY, Aminda e KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal. Um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes médicas, 1981.

O DIREITO PENAL DO INIMIGO E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Isabela Ferreira BARBOSA

Assis

belavanzi@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo identificar a teoria desenvolvida por Gunther Jakobs, Direito Penal do Inimigo, dentro do ordenamento jurídico brasileiro, além de questionar se a determinada propositura é legítima, ou não pelo sistema adotado.

Para tanto, no primeiro momento falaremos sobre o modelo de Direito Penal máximo, o qual é pautado em uma aplicação de pena valorativa, ficando o acusado muitas vezes sobre sanções fundamentadas no substancialismo. Igualmente ocorre em seu modelo instrumental no qual se faz uso de todos meios para justificar uma sentença condenatória.

No segundo momento, ainda elencaremos as tendências do Direito Penal através do Direito Penal mínimo, o qual propõe a menor intervenção punitiva, sendo esta pautada na legalidade e razoabilidade, à qual o nosso ordenamento jurídico mais se aproxima. Além disso, o abolicionismo penal corrente que defende a abolição completa e imediata do sistema penal, sendo empregados outros meios “não penais” para a resolução dos conflitos.

No terceiro momento, será exposta a teoria de Jakobs que diferencia o Direito Penal do inimigo e o Direito Penal para os demais cidadãos. O Direito Penal para o inimigo, o indivíduo que tem como meio de subsistência a vida delituosa sendo ele participante de organizações criminosas, não lhe resguardando direitos e deveres, pois, segundo Jakobs, este não reconhece os preceitos do ordenamento visando sempre destruí-lo. Assim, o que resta ao Estado é combatê-lo e destruí-lo. Diferentemente do Direito Penal dos demais cidadãos que ao violar a ordem jurídica, é resguardado seus direitos e deveres, uma vez que fora apenas uma eventualidade.

No quarto e último momento, traremos a baila os exemplos deste modelo no Direito Penal Brasileiro, através do chamado Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), no Sistema de Segurança Máxima, além de autores de crimes hediondos que tem sua penalização mais asseverada, entre outros.

Referências

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal: parte geral**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal: parte geral**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: Teoria do garantismo penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 2 Ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2001.

GOMES, Luiz Flávio. **Direito Penal: introdução e princípios fundamentais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

QUEIROZ, Paulo. **Funções do Direito Penal**. 2. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

ZAFFARONI, E. Raúl et al. **Direito Penal Brasileiro-I**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

O INQUÉRITO POLICIAL E O JÚRI NO UNIVERSO DA *IDADE DAS TREVAS*: UM ESTUDO FILOSÓFICO, JURÍDICO, HISTÓRICO, LITERÁRIO E MIDIÁTICO, DA OBRA *O NOME DA ROSA*, DE UMBERTO ECO

Regina Lúcia CAMPANA

riacho2@hotmail.com

O presente trabalho tem por objetivo analisar a obra *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco e contextualizar o Santo Inquérito e o Tribunal Eclesiástico com O Inquérito Policial e o Plenário do Júri.

Para tanto, utilizamos uma abordagem histórica, filosófica, jurídica e midiática, visando a alcançar o objetivo do estudo proposto.

O romance *O Nome da Rosa* tem sua história desenvolvida em um mosteiro beneditino na Itália e se passa na Idade Média. Os assassinatos dos monges causam espanto e levam o abade, bem como os demais religiosos a acreditarem que Lúcifer atua no local. Entretanto, Willian de Baskerville não acredita nesta hipótese e afirma que estão ocorrendo assassinatos no mosteiro e não ações místicas.

A partir das investigações e do julgamento da obra, parte a evolução deste trabalho até chegar aos dias de hoje.

Referências

ALEXANDRINO, Marcelo e Vicente Paulo. **Resumo de Direito Constitucional Descomplicado**. 4. ed. São Paulo: Método, 2010.

BARBOSA, Manoel Messias. **Inquérito Policial - Doutrina, Jurisprudência, Modelos, Legislação Anotada**. 8. ed. São Paulo: Método, 2011.

CAMPANHOLO, Adriano; CAMPANHOLO, Hilton Lobo. **Constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CIDADE, Rodrigo Ramos Amaral. **Direito e Inquisição**. 5. tiragem. Curitiba: Juruá, 2009.

CRESCENTI, José Geraldo Caiuby. **Instrução e Julgamento de Processos - Anotações e Prática Processual Canônica**. Rio de Janeiro: LUMEN JURIS, 2005.

ECO, Umberto. **O Nome da Rosa**. Trad. Aurora F. Bernardini e Homero Freitas de Andrade. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. **Apocalípticos e Integrados**. Trad. Pérola Carvalho. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **Interpretação e Superinterpretação**. Trad. Monica Stahel. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. EYMERICO, Nicolau. **Manual da Inquisição**. Trad. Affonso Celso de Godoy. 8. tiragem. Curitiba: JURUÁ, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14º ed. Ed. Edusp. São Paulo, 2012.

FERRATER-MORA, José. **Dicionário de filosofia**. Edições Loyola, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir – nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2010.

GUI, Bernardo. **Liber Sententiarum Inquisitionis. Livro das Sentenças da Inquisição**. Ed. Vaticano, 1223. (tradução nossa). Disponível em: www.einet.net.com Acesso em: 26 de março 2013.

HUTCHEON, Linda. **Metaficção Historiográfica: O passatempo do Tempo Passado**. In: Poética do Pós-Modernismo. História Teoria e Ficção. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

LE GOFF, Jacques. **A Bolsa e a Vida: Economia e Religião na Idade Média** Trad. Rogério Silveira Muio. 2. Ed. São Paulo. Ed. Brasilense, 1989.

LENZENWERGER, Josef. **História da Igreja Católica**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Ed. Vozes. São Paulo, 2008.

_____. **Código de Processo Penal Comentado**. 10. ed. São Paulo: RT, 2011.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal – volume I**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Manual de Direito Penal - Vol. II**. 28 ed. São Paulo, Atlas, 2011.

_____. **Manual de Direito Penal - Vol. III**. 25 ed. São Paulo, Atlas, 2011.

NOVINSKY, Anita Waingort. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Inquisição**: Prisioneiros do Brasil - Séculos XVI a XIX. São Paulo: Brasilense, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 10. ed. São Paulo: RT, 2010.

RANGEL, Paulo. **Tribunal do Júri - Visão Linguística, Histórica, Social e Dogmática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.

SÁNCHEZ, Pedrero Maria Guadalupe. **História da Idade Média**: textos e testemunhas. São Paulo: UNESP, 2000.

SAMPEL, Edson Luiz. **Introdução ao Direito Canônico**. São Paulo: LTR, 2001.

SARAMAGO, José. **Que farei com este livro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TÁVORA, Nestor. **Curso de Processo Penal**. Lumen Juris. Porto Alegre: 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando Costa. **Manual de Processo Penal**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

VADE MECUM RT/ (Equipe RT). 8.ed.rev., ampl. E atual. São Paulo. Editora Revista dos tribunais, 2013.

WALFREDO, Cunha Campos. **O novo júri brasileiro**. São Paulo: Primeira Impressão, 2008.

DROGAS: TEMÁTICA SOCIAL E CRIMINAL

Marcela Monteiro BEVILAQUA¹, Me Maria Angélica Lacerda Marin DASSI²

¹Aluna do Curso de Direito - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA) – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – e Pesquisadora do Programa de Iniciação Científica (PIC) - Assis, SP – Brasil.

²Professora do Instituto Municipal Ensino Superior de Assis (IMESA) – e Orientadora do Projeto de Pesquisa. Assis, SP – Brasil –

marcelabevilaqua@hotmail.com, adoromeualunos@hotmail.com

A droga figura como um dos mais graves problemas sociais que atingem nossa sociedade em tempos atuais. Numa retomada histórica, observamos que algumas drogas eram usadas medicinalmente. Contudo, com o decorrer do tempo, passou a ser utilizada com outros objetivos, o que, conseqüentemente, acarretou reflexos no âmbito penal e social.

Esse mal atinge a humanidade principalmente de quatro formas: primeiro, a pessoa-usuária, que vive amarrada a um sistema de criminalidade para adquirir a droga, substância destruidora de sua própria saúde; segundo, a família da pessoa usuária, que, dia após dia, é corroída pelo sofrimento de acompanhar um ente querido destruir vagarosamente a própria vida, em razão de sua dependência química; terceiro, o Estado, por assistir sua autoridade sendo afrontada pela ação dos traficantes; e de maneira geral, a sociedade, que vive aterrorizada pelas ações criminosas, movidas em torno do tráfico de drogas: furta-se, rouba-se e mata-se em decorrência da droga.

O vício a que a substância entorpecente conduz seu usuário traz graves consequências a sua saúde física, mental e emocional, o que nos leva a refletir se os resultados do uso da droga constituem um problema de saúde pública ou do Direito Penal.

Observa-se que a Lei 11.343/06, seguindo o modelo americano, procura, de forma confusa, diferenciar o usuário e o traficante de drogas. Para o usuário, não há o encarceramento e sim outras medidas como: advertência verbal, prestação de serviço à comunidade, medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo e, em último caso, multa. A prisão, tecnicamente, é prevista somente para os crimes relacionados ao tráfico de drogas. Entretanto, como o usuário, muitas vezes, pratica o tráfico para sustentar o próprio vício, acaba sendo encarcerado.

Observa-se que a população carcerária aumentou, devido a essa indefinição entre o usuário, que é preso como traficante, porque realmente comercializa a droga para sustentar seu vício, e o traficante propriamente dito. De acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, a população carcerária paulista compreende 180.059 presos, dos quais 50.433 estão encarcerados em razão do tráfico. Indaga-se qual a porcentagem que equivale efetivamente a traficantes e não a usuários que praticam o comércio da droga para manter o próprio consumo.

Partimos da hipótese de que a lei e a política antidrogas no Brasil não apresentam eficácia social, tendo em vista os graves problemas sociais que acarreta o uso da droga, sobretudo, a criminalidade que gera em torno de seu uso e tráfico.

Pressupomos que, antes de ser tratado como um problema penal, a droga deve ser analisada como um problema de saúde pública, demandando políticas sociais que viabilizem a contenção do vício, o que geraria reflexos positivos para a nossa sociedade, como a diminuição da criminalidade ligada ao uso e ao tráfico de drogas.

Este trabalho pretende pesquisar opiniões de autoridades judiciárias, profissionais da saúde e de familiares de usuários que passam por uma situação problemática em relação ao vício que a droga traz.

Referências

CARVALHO, Salo. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

GOMES, Luiz Flávio. **Lei de drogas comentada artigo por artigo: Lei 11.343/06**. São Paulo: RT, 2007.

RELEITURA DO ESTADO PÓS-MODERNO: A POSSÍVEL RELATIVIZAÇÃO DA SOBERANIA EM FACE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO INTERNACIONAL

Karoline de Fátima FERREIRA

Assis/SP

Karol_.ferreira@hotmail.com

Com a internacionalização dos direitos humanos, sob os fundamentos da dignidade da pessoa humana e do indivíduo como sujeito de direito internacional, uma das maiores preocupações contemporâneas da área é a efetiva proteção de tais direitos na ordem jurídica do direito interno e externo. Isto porque não se pretende apenas enunciar os direitos, mas sim efetivamente resguardá-los e garanti-los, uma vez que sua proteção é de interesse legítimo de toda a comunidade internacional, de toda a humanidade, já que são esses direitos tidos como universais e indivisíveis no Estado pós-moderno.

Ocorre que encontramos por vezes a dramática realidade da violação dos direitos humanos pelos Estados, inclusive o Estado Brasileiro, objeto de análise desse estudo, sob o argumento de exercício pleno da soberania estatal.

Nesse passo, para fins de vocacionar a proteção efetiva dos direitos humanos no direito nacional, diante da realidade político-social e do injustificado desrespeito aos direitos humanos, verifica-se a necessidade de se impor uma transformação da concepção de soberania.

Portanto, a presente pesquisa pretende analisar a dinâmica relação existente entre o direito internacional e a ordem jurídica brasileira, tendo como o propósito de desvendar a possibilidade de apresentação de uma nova concepção de soberania, relativizando o poder soberano interno à luz do direito internacional de proteção dos direitos humanos em nome do bem comum do indivíduo, cujo fundamento consiste na dignidade da pessoa humana. Tal hipótese apresenta-se como a melhor solução para efetiva proteção desses direitos no âmbito da ordem jurídica brasileira.

Atualmente, em decorrência dos tratados internacionais, já são admitidas intervenções no plano nacional, quando a ordem interna se mostra falha ou omissa na sua missão de promover e garantir os direitos e liberdades fundamentais, em face ao caráter universal desses direitos que devem ser, em regra, amparados e protegidos primeiramente no direito interno, mas na sua omissão pelo direito internacional.

PROSTITUIÇÃO E ABUSO INFANTIL - A RELAÇÃO ENTRE DIREITO E LITERATURA

Amanda Alice Franco de ARRUDA¹, Eliane Ap. Galvão Ribeiro FERREIRA²

¹FEMA/IMESA – ASSIS – SP

²FEMA/IMESA – ASSIS – SP

Este estudo pretende estabelecer uma relação entre Direito e Literatura. Para tanto, busca-se, por meio dele, investigar a existência da prática de prostituição infantil e de adolescentes, bem como compreender os mecanismos de atuação dessa prática e os de controle social desempenhados pelo Ministério Público e pelo Conselho Tutelar. Como exemplo da representação literária da prostituição do menor, tomamos como objetivo de estudo o livro *Sapato de Salto*, escrito por Lygia Bojunga (2006). Seu enredo retrata o sofrimento de uma menina que se vê obrigada, como meio de subsistência, a se prostituir. Com base nesse caso, pretendemos adentrar no mérito do crime que atinge a vida da criança e do adolescente, estendendo-se à violência sexual. Construimos a hipótese de que a prostituição infantil representada em uma obra literária configura-se como um espelho social em que a autora Lygia Bojunga Nunes denuncia tal prática, inclusive revelando-a como violenta e cruel. Assim, buscamos demonstrar que a relação entre Literatura e Direito, quando emancipatória, pode levar a sociedade a refletir sobre seus processos de violência.

Palavras-chave: Prostituição infantil. Direito. Literatura.

A FIGURA DA MULHER NA HISTÓRIA DO DIREITO NO BRASIL, NA EDUCAÇÃO E NA LITERATURA NACIONAL

Cleide Aparecida Vilarinho TAKAASI¹, Eliane Ap. Galvão Ribeiro FERREIRA²

¹FEMA/IMESA – ASSIS – SP

²FEMA/IMESA – ASSIS – SP

Este texto tem por objetivo avaliar as conquistas e a evolução da mulher. Para tanto, apresenta-se uma perspectiva histórica que tem início no século XV e chega até a atualidade. Visa-se, sobretudo, demonstrar as conquistas das mulheres quanto à sua formação educacional e exercício de sua carreira profissional, em especial, no ramo do Direito.

Para a consecução desse objetivo, confere-se ênfase ao surgimento da primeira profissão feminina: o magistério. A partir da contextualização dessa profissão, busca-se, por meio de uma análise, observar como se configura hoje a mulher no mercado de trabalho, tanto como educadora, como operadora do Direito.

No decorrer deste trabalho foi abordada a relação entre Direito e Literatura, bem como as conquistas das mulheres, nos âmbitos profissionais, principalmente, os referentes à carreira da Educação e do Direito. Procuramos compreender os motivos que levaram e ainda levam tantas mulheres a optarem pela profissão docente. Percebemos que, ainda, temos pouca representação feminina no Direito Brasileiro, assim, a docência como atividade profissional ainda está associada ao público feminino.

A mulher está lutando pela conquista do seu espaço, marcado pela presença masculina. Hoje, podemos afirmar que a mulher é mais valorizada e respeitada, tendo alguns dos seus direitos exercidos. Sobretudo, se a compararmos com as mulheres dos séculos anteriores ao nosso, são notáveis os avanços alcançados. Temos a figura da mulher sendo retratada de uma forma evolutiva, mas notamos que, ainda, mais esforços são necessários para que realmente ela faça usos dos seus direitos e das suas garantias.

A proteção quanto à integridade física, psicológica ainda é frágil no tocante a nossa lei brasileira. Existem lacunas no Direito Penal, por isso mulheres sofrem abusos constantes, não inibindo os agressores conforme a punição prevista no Código Penal ou na Lei Maria da Penha. Ao estabelecermos uma relação da mulher retratada nas obras literárias é perceptível a conquista da liberdade feminina na garantia dos seus direitos.

Palavras-chave: Mulher, professora, sociedade, educação, Direito.

A PSIQUIATRIA NO BANCO DOS RÉUS: UM ESTUDO SOBRE A PSICOPATIA E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO PENAL

**Fernando Antônio Soares de SÁ JÚNIOR¹, Kerlly Barbara Mariano dos SANTOS²,
Mariana Carolina Vastag R. de OLIVEIRA³**

¹Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - IMESA

²Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - IMESA

³Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - IMESA

fassj@aasp.org.br, kerlly.santos@outlook.com, marivastag16@yahoo.com.br

Desde muito tempo, estudiosos tentam compreender o comportamento humano, bem como suas anomalias. Dentre essas, podemos falar sobre os transtornos de personalidade, que desafiam o entendimento científico de suas origens e da forma de prevenção e tratamento.

Um destes transtornos é a chamada psicopatia. A psicopatia é uma manifestação de comportamento com predominância da razão, sem interferência emocional. Ou seja, o indivíduo que possui personalidade psicopática acaba não tendo dois dos pilares do convívio em sociedade: a culpa e a pena. O comportamento nestas pessoas é de forma fria e calculista, de modo a sempre agirem em benefício próprio.

O primeiro conceito trazido para a psicopatia foi dado por Schneider, em que afirmava que “a personalidade psicopática é aquela que sofre por sua anormalidade ou faz sofrer a sociedade” (PINEL apud PALOMBA, 2003, p. 517).

Em razão da imprecisão deste conceito, temos nos livros mais a descrição de suas características, como nos traz Molina:

(...) diversas investigações parecem insinuar a incapacidade do psicopata para aprender algo do castigo, de modo que um substrato biológico lhe impede formar uma consciência social. Talvez seu baixo nível de ativação ou certa dificuldade para verbalizar a contingência implícita no condicionamento aversivo (punitivo) determinam o reduzido condicionamento autônomo do mesmo para aprender (para ser condicionado) por um estímulo doloroso ou aversivo (castigo) (MOLINA et GOMES, 2002, p. 236).

Note-se que Molina nos traz a ideia basilar que defende a Teoria Biológica para o Comportamento Psicopático. Nela, corrobora-se a existência de criminosos estimulados por sua composição e formação biológica, como afirma Ensenck: “(...) o funcionamento do sistema nervoso autônomo pode predispor a pessoa a um comportamento anti-social (sic) ou delitivo, pela importância que tem no processo de socialização (ENSENCK apud MOLINA et GOMES, 2002, p. 234)”.

No caso específico da personalidade psicopática, temos a influência direta do agente biológico pois fora constatado que o córtex pré-frontal, área responsável pela razão, predomina em relação ao sistema límbico (região central do cérebro, em que são “processadas” as emoções).

No momento da investigação criminal, há todo um levantamento a ser feito sobre a personalidade do criminoso, dados estes que servirão ao esclarecimento daquele fato e de possíveis outros crimes ainda sem solução. Podemos afirmar que o local do crime é uma fotografia em cores de forma exata do comportamento do criminoso.

O Direito Penal, ao passar à sua aplicação prática, tende a ser manipulado pelos defensores de modo a alegar que o sujeito que tenha personalidade psicopática sofre de insanidade mental, devendo então se aplicar Medida de Segurança, conforme dita o art. 26 do Código Penal:

Art. 26 – É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento” (GRIFO NOSSO).

Vale ressaltar a importância do trecho em grifo acima: o psicopata não sofre de doença mental e não possui desenvolvimento mental incompleto ou retardado. O que ocorre é a impossibilidade de compreensão e absorção de valores e regras morais genéricas.

No entanto, a Criminologia nos traz três elementos à análise da culpabilidade do indivíduo: a sua consciência do ato praticado, o controle de sua vontade em fazê-lo e o conhecimento da ilicitude.

Portanto, conclui-se que a psicopatia não é um fenômeno que esteja, atualmente, sob controle. O que pode e deve ser feito é estudá-lo a fundo, visando a compreender suas origens e desenvolvimento, além de, embasado nestes dados coletados, criar ações que venham a permitir que a sociedade possa ver-se fora de risco e que estes indivíduos consigam ser integrados ou controlados.

Referências

ABDALLA-FILHO, Elias. **Avaliação de Risco de Violência em Psiquiatria Forense**. Revista de Psiquiatria Clínica, 2004, 31(6);279-284.

BALLONE GJ – **Imputabilidade**. PsiqWeb. Disponível em <http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=99>. Acesso em 12/08/2013.

DEL-BEM, Cristina Marta. **Neurobiologia do Transtorno de Personalidade Anti-Social**. Revista de Psiquiatria Clínica, 2005, 32(1);27-36.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

PALOMBA, Guido Arturo. **Tratado de Psiquiatria Forense Civil e Penal**. São Paulo: Atheneu Editora, 2003.

ESTADO E ECONOMIA: UMA ANÁLISE PRINCIPIOLÓGICA CONSTITUCIONAL DA INTERVENÇÃO ESTATAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Nayara Moraes OLIVEIRA¹, Reynaldo CAMPANATTI²

¹Aluna Bolsista. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA

²Professor Dr. orientador. Fundação Educacional do Município de Assis

morais_no@hotmail.com, campanatti@femanet.com.br

O período que antecede a atual constituição foi muito rico de participação popular, principalmente aqueles que amargaram longos anos de ditadura militar. Estes foram ver valer seus direitos dentro daquela que é considerada a constituição cidadã, a Constituição Federal de 1988.

Somente com a instituição da Assembleia Constituinte que isso pode se materializar, sendo aos 5 de outubro de 1988 o dia em que foi promulgada a atual constituição federal brasileira.

Dentre muitas inovações na questão social, destacamos a preocupação do legislador em viabilizar ações interventivas do Estado na questão econômica como meio de proporcionar os objetivos fundamentais da república do Brasil.

No entanto, independente da natureza interventiva aplicada ao caso concreto, o Estado deve agir em qualquer setor, assim como no setor econômico, visando à efetivação dos princípios fundamentais elencados no art. 1º, da Constituição Federal, bem como seus objetivos fundamentais presentes no art. 3º da carta magna.

Ressalta-se também o art. 170, da Constituição Federal, que elenca os princípios gerais da atividade econômica, os quais também deverão ser levados em consideração para a intervenção estatal.

Em atenção aos dispositivos do art. 170, quando o Estado intervém na economia de forma direta, age conforme previsão do art. 173, *caput* e §1º da CF.

O imperativo que se refere à segurança nacional, se resume em tese, à preservação de atividades consideradas pelo Estado como vitais para seu desenvolvimento, como a minérios que são fontes para geração de energia atômica, o setor de telecomunicações, abastecimento de energia elétrica e água potável, bem como a exploração de combustíveis fósseis. Podendo o Estado nessas circunstâncias agir em regime de monopólio e ao lado do particular com as empresas públicas e sociedades de economia mista. Nota-se com isso que as ações embasadas nesse imperativo são de caráter eminentemente político, sofrendo variações conforme o caso concreto.

Em contrapartida, no que tange ao interesse coletivo, é pacífico o entendimento que tal imperativo deve ser invocado sempre que o interesse da coletividade vier a confrontar

com o particular, pois em se tratando de coletivo, sua observância garante a liberdade individual e da sociedade, enfatizando também a segurança jurídica.

Em contrapartida, no que se refere à atuação do Estado de forma indireta, deverão ser observadas as prerrogativas constantes no art. 174, da Constituição, pois a figura estatal só agirá com previsão legal sendo este dispositivo de lei indicador da intervenção na atividade econômica.

Enquadra-se também na função fiscalizadora a prerrogativa de instituir tributos, pois desta forma há a possibilidade de regular atividades sujeitas a incidência deste.

O incentivo se materializa no momento em que o Estado auxilia o particular através de fomento para o desenvolvimento e exploração de determinada atividade pressupondo uma política econômica que assegure o crescimento sustentando da economia.

Embora haja divergências doutrinárias quanto a ser ou não uma espécie interventiva, partimos do entendimento que o planejamento visa fixar metas para objetivos estabelecidos tanto em órbita constitucional como infra-legal.

Por essa razão, podemos extrair em linhas gerais que o mercado, no sentido daquele que recebe a intervenção de cunho econômico, deve ser regulado onde não há autorregulamentação, pois ineficiente foi sua observância quanto à questão da livre-iniciativa e à liberdade de concorrência, tão pouco aos princípios e objetivos elencados nos arts. 1º, 3º e 170 da Constituição Federal.

Não obstante, a necessidade de uma economia equilibrada para a viabilização dos objetivos fundamentais da república, constantes no art. 3º da Constituição, voltamos a afirmar que a atuação do Estado deve se pautar na observância dos princípios fundamentais presentes no art. 1º, e os princípios gerais da atividade econômica constantes no art. 170, ambos da Constituição Federal.

Ante ao exposto, concluímos que no que pese o meio como se dará a medida interventiva que o Estado utilizará, o fim deve sempre alcançar aqueles que legitimam a existência de toda essa estrutura jurídica, econômica e social, os cidadãos brasileiros.

Referências

CONSTITUIÇÃO, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília. DF: Senado, 1988. Disponível

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de Direito Econômico**. 1ª edição. Rio de Janeiro. Editora Forense. 2006.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito Econômico**. 4ª ed.rev. atual.- Rio de Janeiro. Forense, 2002.

MISERÁVEIS, DE VICTOR HUGO, NO CENÁRIO DA CONSTRUÇÃO DA ORDEM JURÍDICA

Daniela Spera GALLI¹, Eliane Aparecida Galvão Ribeiro FERREIRA²

¹Aluna da faculdade de Direito – Fundação Educacional do município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil.

²Doutora em Letras pela UNESP, campus Assis – SP. Professora do Departamento de Direito – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil.

dansg1@hotmail.com, eagrf@femanet.com.br

Este texto tem por objetivo analisar a obra *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, e sua influência no cenário jurídico mundial, especialmente, na formação das Constituições da Europa Ocidental e das da América Latina, principalmente, a brasileira. Esta relação entre Direito e Literatura é possível, pois a prática jurídica se realiza mediante o constante exercício de interpretação, sendo essencial ao operador jurídico basear-se não só em textos legais como também se ater às transformações sociais e às informações transmitidas através de manifestações culturais como a Literatura. Com base nesta obra, identificamos que o Estado de Direito, vivenciado naquela época, exigia o cumprimento da lei e concebia os princípios como mecanismos de balanceamento de direitos que devem integrar a valoração judicial das leis e das decisões. Hoje, há um movimento no Direito de invocar os princípios quando as normas positivadas não abarcam determinado tipo de conduta praticada, necessitando de uma análise mais profunda e detalhada de cada fato. O reflexo disso é que, atualmente, observamos inúmeros acontecimentos ocorridos em todo o mundo que, apesar de apresentarem motivações diversas e ocorrerem em países distintos, e em épocas diferentes, apresentam o traço comum da luta do homem oprimido contra a eliminação dos direitos fundamentais. Isso acarretou em uma mudança radical na concepção do próprio fundamento do Direito que percorreu um longo caminho até o que se tornou hoje, com seus códigos e suas Constituições, além da valorização da dignidade da pessoa humana.

Referências

ARAÚJO, José Osterno Campos de. **Direito Penal na Literatura: de Shakespeare, Machado e outros**. Porto Alegre: Núria Fabris Ed., 2012.

GODOY, A. M. **Direito e Literatura**. Rev. CEJ, Brasília, n.22, p.133-136, jul/set. 2003.

HUGO, Victor. **Os Miseráveis: texto integral**. Tradução: Regina Célia de Oliveira. São Paulo: Martin Claret, vol. I, 2007.

_____. **Os Miseráveis: texto integral**. Tradução: Regina Célia de Oliveira. São Paulo: Martin Claret, vol. II, 2007.

SANTOS, A. C.; SILVA, V. M. T. **Os aspectos penais em Os Miseráveis**. São Paulo: Edusp, 2011.



ENFERMAGEM

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS NO MUNICÍPIO DE ASSIS – SP NO PERÍODO DE 2008 – 2013

Luciana Pereira SILVA¹, Grazieli Casado LANDIOSI²

sraregildo@yahoo.com, grazi.land@hotmail.com

Animais peçonhentos são aqueles que possuem glândulas de veneno que se comunicam com dentes ocos, ou ferrões, ou agulhões, por onde o veneno passa ativamente [1]. Desde o período colonial, acidentes por serpentes venenosas e aranhas são relatados no Brasil [2]. Segundo dados do Ministério da Saúde (MS), ocorrem entre 19.000 a 22.000 acidentes ofídicos por ano no país, com letalidade ao redor de 0,45% [3]

Esse trabalho justifica-se pela diversidade de espécies peçonhentas existentes no Brasil. Só em relação a acidentes por aranhas, o país registrou 108.189 (23,6%) envenenamentos e um total de 458.015 foram provocados por escorpiões e serpentes. Tal fato torna necessária uma investigação a fim de traçar um perfil epidemiológico e estabelecer medidas de prevenção mais eficazes.

Realizaremos um estudo descritivo-retrospectivo dos acidentes sobre animais peçonhentos notificados na Vigilância Epidemiológica do município de Assis-SP, no período de 2008-2013. Os dados foram obtidos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponíveis no Departamento de Vigilância Epidemiológica do município.

Como resultados parciais, foram registrados 42 casos de acidentes causados por animais peçonhentos no referido período, nos quais 17 vítimas eram do sexo feminino e 25 do sexo masculino. A idade variou entre 01 a 79 anos. Acidentes causados por serpentes perfizeram 14,2% do total de acidentes, por aranhas 19%, por escorpião 61,9%, e 2 (4,7%), foram causados por espécie ignorada.

Após o estudo estatístico, realizaremos o georreferenciamento dos dados [4], através da análise do bairro residencial de cada indivíduo acidentado. Será utilizada uma base cartográfica da zona urbana de Assis que irá gerar mapas através de dados coletados durante a pesquisa, permitindo a distribuição espacial dos acidentes.

As variáveis avaliadas em relação aos acidentes serão: zona de ocorrência, circunstância do acidente, tempo decorrido entre a picada e o atendimento, porção anatômica atingida, sazonalidade, gênero da aranha, soroterapia, classificação e evolução do acidente. Na caracterização das vítimas, serão avaliadas as distribuições dos acidentes por sexo, raça, idade, escolaridade, zona e região administrativa da residência dos acidentados, ocorrência dos acidentes e ocupação das vítimas.

Conclui-se pelos dados iniciais que a prevalência de acidentes em Assis (SP) está concentrada em escorpiões, o que pode ser caracterizada pela quantidade de casas de madeiras muito antigas e terrenos baldios por toda a zona urbana.

Referências

- [1] SINITOX – **Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas** [2001]. Disponível em <http://www.saude.rj.gov.br/animaispeconhentos/oquesao.html>. Acesso em 07 set 2008.
- [2] Bochner, R., Struchiner, C. J. Epidemiologia dos acidentes ofídicos nos últimos 100 anos no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19 n. 1, p. 7-16, 2003.
- [3] Pinho, Oliveira, P. P.; Sousa, B. M. Associação entre o comportamento e a ecologia das serpentes peçonhentas na região de Juiz de Fora, estado de MG. Dissertação de Mestrado. **Revista Brasileira de Zootecias**, Juiz de Fora, v.6, n.2, 2004.
- [4] Costa, G. F.; Geoprocessamento: uso e aplicação na saúde pública e na saúde ambiental. In.: RIBEIRO, H.; **Olhares geográficos – meio ambiente e saúde**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

TRIAGEM NEONATAL: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE ASSIS

Caroline Lourenço de ALMEIDA¹, Ana Carolina Antunes FERREIRA PINTO²

¹Docente do Curso de Enfermagem - Fundação Educacional do Município de Assis

²Graduanda do curso de Enfermagem- Fundação Educacional do Município de Assis

caroline_lat@hotmail.com, anacarolinaantunes92@hotmail.com

O teste do pezinho tem por objetivo rastrear e detectar doenças em recém-nascidos, para prevenir sequelas como retardo mental por hipotireoidismo congênito e fenilcetonúria [1].

É necessário que o tratamento seja realizado em sua fase pré-clínica para que a história natural da doença seja alterada. A triagem em recém-nascidos é necessária para o diagnóstico pré-sintomático [2].

A triagem neonatal é realizada no período entre 0 e 28 dias de vida e é empregada para diagnóstico precoce de doenças genéticas e infecciosas, obedecendo a seguinte sequência de avaliação[3]: entre o 3º e 7º dia de vida, é coletado sangue em papel filtro para serem realizados testes (1ª amostra). As alterações são confirmadas através de testes mais específicos em amostras de soro, sangue total ou urina (2ª amostra). Quando confirmados, são encaminhados para tratamento específico ou para mais investigações.

O programa de triagem neonatal é dividido em três fases de implantação com suas respectivas patologias: Fase I - hipotireoidismo congênito e fenilcetonúria; Fase II - hipotireoidismo congênito, fenilcetonúria e hemoglobinopatias; Fase III - hipotireoidismo congênito, fenilcetonúria, hemoglobinopatias e fibrose cística [4].

Para habilitação em cada fase, o Estado ou Distrito Federal deve se comprometer em tentar atingir coberturas de 100%, respeitar rede de coleta, serviço de referência, acompanhamento e tratamento das doenças. Para mudança de fase, é necessário que se atinja cobertura igual ou superior a 70% dos nascidos vivos e ter cumprido as normas da fase anterior [4]. O mesmo estudo constatou que a taxa de cobertura na Bahia, no ano de 2003, foi de 71,52%, não atingindo 100% dos recém-nascidos.

A lei nº8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece a proteção integral à criança e ao adolescente. O inciso III do artigo 10 dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais e demais estabelecimentos de saúde, em atenção à gestante, a realização de exames para diagnóstico e terapia de anormalidades no metabolismo do recém-nascido e também traz orientações aos pais [5].

Referências

- [1] GARCIA MG, FERREIRA EAP, OLIVEIRA FPS. **Análise da compreensão de pais acerca do teste do pezinho.** RevBras Crescimento Desenvolv Hum. 2007; 17(1): 01-12.
- [2] SOUZA CFM, SCHWARTZ IVD, GIUGLIANI R. **Triagem neonatal de distúrbios metabólicos.** Ciência & Saúde Coletiva, 7 (1): 129-137, 2002.
- [3] SCHWARTZ, IVD, et al. **Considerações sobre o momento da colheita da triagem neonatal.** Jornal de Pediatria 76 (6): 474-475, 2000.
- [4] ALMEIDA, AM, et al. **Avaliação do Programa de Triagem Neonatal na Bahia no ano de 2003.** Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, 6 (1): 85-91, jan. / mar., 2006.
- [5] BRASIL. **Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente.**

SAÚDE AMBIENTAL NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS INFECCIOSAS

Luciana Pereira SILVA¹, Ana Paula Carvalho CASSIANO²

¹Doutora em Imunologia e Parasitologia Aplicadas, Professora do Curso de enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

²Bolsista PIC do Curso de enfermagem da FEMA - Assis - SP – Brasil

ana_paulina2008@hotmail.com, sraregildo@yahoo.com.br

A saúde ambiental está relacionada às interações entre a saúde humana e as condições do meio ambiente natural e antrópico que determinam, influenciam, condicionam a qualidade de vida individual e coletiva. As doenças infecciosas são consequências das várias mudanças ambientais, mas possuem associação íntima ao comportamento humano, podendo este atuar como preventivo ou transmissor [1].

A contaminação ambiental por agentes infecciosos constitui um sério problema de saúde pública. Sendo assim, é necessária uma investigação epidemiológica para que possam ser tomadas medidas no sentido de reduzir a contaminação ambiental e melhorar a saúde das pessoas. Estes dados também são importantes para profissionais da área e principalmente para conscientização quanto à importância da higienização correta das mãos [2]. A lavagem das mãos inadequadamente é um dos mais importantes aspectos que elevam os índices de infecção hospitalar [3].

O objetivo do presente estudo é investigar a saúde ambiental para a prevenção de doenças infecciosas na unidade de terapia intensiva (UTI). A pesquisa consistirá na coleta de material biológico em elementos sanitários (maçanetas, válvulas) e biofilmes (filtro de ar condicionado, bebedouros coletivos e reservatórios) através do Método da Fita Adesiva e cultura microbiológica.

As amostras dos ambientes selecionados serão coletadas com swabs esterilizados e secos para a cultura microbiológica que será passada de forma aleatória sobre os locais das áreas escolhidas, já mencionados acima.

As amostras serão colhidas em duplicata antes e depois da sepsia para verificação ambiental, durante quatro meses, uma única vez, em dias sorteados. As amostras serão analisadas na clínica de enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) SP.

A identificação das bactérias multirresistentes será segundo os métodos convencionais de isolamento e identificação bacteriana. Será empregado o método Kirby-Bauer, de Difusão-de-disco, a partir de disco colocado na superfície de Agar para testar *in vitro* a sensibilidade das bactérias isoladas, de acordo com a padronização do NCCLS - *National Committee for Clinical Laboratory Standards*.

Será também colocado duas a quatro vezes em diversas proximidades do mesmo elemento sanitário ou biofilme, a face adesiva de uma tira de fita gomada transparente

(durex), apoiada com a face não gomada em um tubo de ensaio. Após este procedimento, a parte da fita oposta é colada em uma lâmina de microscópio etiquetada. As lâminas não examinadas imediatamente após suas montagens e chegada ao laboratório, serão mantidas a 4°C até suas leituras por até dois dias. Este método será realizado no mesmo local em três diferentes dias.

Todo o procedimento de coleta das amostras, manuseio do material biológico e dos reagentes, bem como a utilização dos equipamentos seguirão em acordo com as normas de segurança definidas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)

Espera-se encontrar resultados negativos ou mínimos de contaminação, pois pressupomos que no local de clínica, deve ser realizada uma assepsia de maneira a prevenir a contaminação ambiental.

Referências

[1] RIBEIRO, H. **Saúde Pública e meio ambiente: evolução do conhecimento e da prática**, alguns aspectos éticos. Saúde e Sociedade, v.13, n.1, p.70-80, 2004.

[2] PATZ, J.A., GRACZYK, T.K., Geller, N.; VITTOR, A.Y. **Effects of environmental change on emerging parasitic diseases**. International Journal of Parasitology, v.30, p.1395-1405, 2000.

[3] NOGUERAS, M; MARARINSALTA, N; ROUSSELL, M; NOTARIO, R. **Importance of hand contamination in health-care workers as possible carriers of nosocomial infections**. Rev. Inst. Med. Trop. S. Paulo. v. 43, n.3, p.149-52, 2001.

Apoio Financeiro: PIC/FEMA

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA CLÍNICA DE ENFERMAGEM ESCOLA: SOFTWARE PARA O PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Luciana Pereira SILVA¹, Isabela Palma TOMILHEIRO²

¹Docente do Curso de Enfermagem - Fundação Educacional do Município de Assis

²Graduanda do curso de Enfermagem- Fundação Educacional do Município de Assis

sraregildo@yahoo.com.br, bela_tomilheiro@hotmail.com

O registro documental da assistência de enfermagem prestado ao paciente é realizado pelo enfermeiro através de anotações manuais que despendem tempo do profissional. Além disso, este procede manualmente o plano de cuidados para cada um dos pacientes internados. Ainda, não se pode deixar de mencionar que as anotações incluem também os cálculos do balanço hidroeletrolítico e a confecção de gráficos de sinais vitais. Tais tarefas de documentação aumentam o tempo dispensado por parte do enfermeiro em assistência indireta ao paciente (Barra et al., 2006; Mendes et al., 2002; Sperandio, 2002).

As informações sobre um paciente são compartilhadas entre os profissionais da enfermagem que se revezam em turnos de trabalho durante as 24 horas e também com a equipe multiprofissional. Sem um sistema adequado de informações, uma porção significativa dos recursos é gasta para criar, armazenar e recuperar as informações dos pacientes. Essas ações, realizadas de forma trabalhosa e redundante, frequentemente exigem muito tempo e esforço para documentar as informações necessárias de modo a possibilitar que outros profissionais as utilizem (Évora, 1998).

Considera-se que um software na clínica de enfermagem, escola da FEMA, propiciará o desenvolvimento do processo de trabalho da enfermagem para armazenamento futuro de estudos de casos e trabalhos científicos, uma vez que contribuirá para o acesso imediato ao prontuário, não ocorrendo à interrupção da assistência de enfermagem para localizar informações do paciente. A padronização da informação, a produção de uma documentação melhorada para propósitos legais e de pesquisa, além de uma redução significativa no tempo despendido pelos enfermeiros em atividades relacionadas à escrituração são alguns dos benefícios supostos.

Recomenda-se que o profissional de enfermagem seja preparado para programar intervenções de enfermagem que promovam a saúde e o bem-estar da população. Quando o enfermeiro elabora a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), são oportunizados subsídios para o planejamento, coordenação e avaliação das suas ações, priorizando o atendimento ao cliente. Dentro dessa perspectiva, a tecnologia computacional facilita a organização e administração de informações, uma vez que, favorece sua disponibilização em tempo real para o gerenciamento e assistência de enfermagem.

Portanto, é extremamente válido a construção de sistemas informatizados como forma de buscar soluções para aperfeiçoar a administração da informação, apoiar o desenvolvimento do processo de prática da enfermagem e, assim, obter resultados adequados para a performance do atendimento centrado no paciente.

Referências

- [1] BARRA, DCC, et al. **Evolução histórica e impacto da tecnologia na área da saúde e da enfermagem**. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 08, n. 03, p. 422 - 430, 2006.
- [2] MENDES IAC, LEITE JL, TREVIZAN MA, TREZZA MCSF, SANTOS RM. A produção tecnológica e a interface com a enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v.55, n.5, p.556-561, 2002.
- [3] SPERANDIO, DJ. **Sistematização da Assistência de Enfermagem**: Proposta de um software – protótipo. [dissertação] Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem da USP., 2002.
- [4] ÉVORA, YDM. **O paradigma da informática em enfermagem**. [tese livre-docência] Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem da USP., 1998.

AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO E CREDENCIAMENTO DO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM NA GENÉTICA CLÍNICA NO BRASIL

Luciana Pereira SILVA¹, Julio Cesar LOPES²

¹Doutora em Imunologia e Parasitologia Aplicadas, Professora do Curso de enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

²Bolsista CNPq do Curso de enfermagem da FEMA - Assis - SP – Brasil

sraregildo@yahoo.com, grazi.land@hotmail.com

A Sociedade Internacional dos Enfermeiros Geneticistas (International Society of Nurses in Genetics, ISONG) abrangem os seis continentes que atuam na academia, em hospitais, em instituições privadas, indústrias, em saúde pública e junto a órgãos governamentais, nas áreas de saúde materno-infantil, genética pré-natal, genética do câncer, neurogenética, genética cardíaca, genética pediátrica, doenças metabólicas e educação em níveis de competência profissional para o enfermeiro atuar na área de genética [1].

O objetivo principal dessa organização é cuidar da saúde genética da população. Dez anos após sua fundação, durante o Congresso da Associação Americana de Enfermagem (American Nursing Association, ANA), foi aprovado o documento “The Scope and Standards of Genetic Clinical Nursing Practice”, preparado pela ISONG, o qual está atualmente em fase de expansão e atualização. Esse importante documento determina as normas e diretrizes norteadoras do exercício de enfermagem na área de genética em todo o mundo.

O COREN-SP (Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo) se posicionou favorável à atuação do enfermeiro como conselheiro genético, mediante parecer da Câmara Técnica Assistencial desse órgão, em 3/10/2001, com bases na Lei 7.498 e seu Decreto 94.406 de 08/06/87. Considerando, ainda, o Parecer da Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiros Obstetras, que essa é uma atividade de educação em saúde, não implicando na emissão de diagnóstico clínico, foi emitido por esse Conselho o Parecer de que o enfermeiro, desde que tenha formação científica específica na área de genética, pode atuar na função de conselheiro genético.

Esta pesquisa avaliou a atuação e se existe um processo de credenciamento em genética na prática da enfermagem no Brasil. Foi investigado por meio eletrônico e telefonia a atuação do profissional da enfermagem na genética clínica e o processo de credenciamento do mesmo na especialidade. No final, foi apresentada uma palestra com todas as informações obtidas junto ao COREN e à pesquisa eletrônica, além de pontuar a importância da genética clínica realizada pelo profissional de enfermagem.

Seguindo o que está determinado pela Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, observa-se que o enfermeiro é o único profissional para atuar como conselheiro devido à sua formação acadêmica com enfoque em ciências humanas e biológicas, que lhe confere embasamento teórico-prático suficiente aplicados à genética.

Entretanto, os enfermeiros devem adquirir conhecimentos básicos para atenderem às novas demandas do cuidado de saúde baseado em genômica. Assim, pode-se concluir que, infelizmente, ainda falta um credenciamento por parte do COREN/COFEN desse profissional que é essencial no processo de prevenção e qualidade de vida de indivíduos portadores de doenças genéticas.

Referências

[1] ISONG International Society of Nurses in Genetics. **Statement on the scope and standards of genetics nursing**. American Nurses Publishing, Washington (DC): American Nurses Association. Disponível em: <<http://www.isong.org/>>. Acesso em 03/08/2012.

[2] Greco, K. **ISONG news**. MEDSURG Nursing, v.11, n.3, p.152, 2002.

Apoio Financeiro: CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –Brasil- PIBIC/CNPq/FEMA

INVESTIGAÇÃO DA COBERTURA VACINAL DE MULHERES IMUNIZADAS COM A TRÍPLICE VIRAL NO PERÍODO FÉRTIL, PRÉ- NATAL E PUERPERAL

Luciana Pereira SILVA¹, Joseane Maria Romancini de OLIVEIRA²

¹Doutora em Imunologia e Parasitologia Aplicadas, Professora do Curso de enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

²Bolsista PIC do Curso de enfermagem da FEMA - Assis - SP – Brasil

sraregildo@yahoo.com, jose_romancini@hotmail.com

A vacina tríplice viral (TV), conhecida na literatura médica de língua inglesa como MMR (Measles, Mumps, Rubella), foi incorporada ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Brasil no ano de 1992, no Estado de São Paulo. Posteriormente, foi introduzida em outros Estados em forma de campanhas [1].

A erradicação da febre amarela urbana, da varíola, da poliomielite e eliminação da circulação autóctone do vírus do sarampo são avanços alcançados no controle das doenças imunopreveníveis, mas muito ainda deve ser feito para se atingir a meta de vacinar com o esquema básico no mínimo 95% das crianças que nascem a cada ano, a fim de garantir a interrupção da circulação dos agentes etiológicos das doenças imunopreveníveis [2]

O presente trabalho tem como objetivo investigar a cobertura vacinal de mulheres em idade fértil, pré-natal, puérperas, no pós-aborto e a importância da imunização com a Tríplice Viral. A análise será descritiva, exploratória, com abordagem quantitativa, a qual envolverá uma coleta sistemática de informações que será realizada na unidade ESF (Estratégia Saúde de Família) no município de Florínea – SP.

O município de Florínea possui uma unidade integrada ESF e UBS que se tornou UBSI (Unidade básica de Saúde Integrada). Segundo IBGE, a cidade possui 3127 habitantes, sendo que, desse total, 1611 são do sexo feminino. Ao redor da cidade, encontra-se três condomínios particulares e um balneário municipal, sendo que nesses locais habitam diversas famílias. Além do mais, também há turistas que são atendidos na unidade.

O estudo das coberturas vacinais segundo condições de vida fornece uma oportunidade para a investigação acerca da concretização de políticas públicas compensatórias, isto é, intervenções programadas e executadas, preferencialmente pelo Estado, buscando diminuir as diferenças entre os grupos sociais, produzidas por diferentes inserções na organização social.

Os sujeitos serão mulheres cadastradas na unidade sobre as coberturas vacinais apresentadas e se referem aos dados coletados diretamente das cadernetas de vacinação ou, quando estas não estiverem disponíveis, do registro de vacinas das unidades de saúde.

A técnica para a coleta de dados será a aplicação de um questionário. O projeto está submetido ao Comitê de Ética, sendo que serão incluídas no estudo apenas indivíduos que autorizarem, conforme leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP – Portaria 196/96, Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde). Será obtido também o aceite da Secretaria Municipal de Saúde do município de Florínea – SP para a realização da coleta de dados.

A significância estatística das diferenças observadas será avaliada utilizando os testes de qui-quadrado para comparação de frequências. A análise multivariada será feita pela regressão logística multinomial, tendo como categoria de referência a vacinação completa e incluiu todos os fatores associados às variáveis dependentes ao nível de $p < 0,50$. A análise será realizada utilizando o programa SYSTAT, versão 7.0.

Atualmente, não se tem uma estratégia específica voltada apenas para a gestante em sua complexidade de sanar as dúvidas quanto a imunização e seus benefícios. Momentaneamente, esses cuidados são realizados somente na sala de vacina. Para que não se perca totalmente o vínculo com a mãe, o recém-nascido e, em um contexto de maior amplitude, a família, são necessárias outras medidas.

Ainda não foi possível obter resultados parciais dado a ausência de parecer do comitê de ética.

Referências

[1] MASSAD E, AZEVEDO NETO RS, BURATTINI MN, ZANETTA DMT; COUTINHO FAB, YANG HM, MORAES JC, PANNUTI CS, SOUZA VAUF, SILVEIRA ASB, STRUCHINER CJ, OSELKA GW, CAMARGO MCC; OMOTO TM, PASSOS SD. Assessing the efficacy of a mixed vaccination strategy against rubella in São Paulo, Brazil. **International Journal of Epidemiology** 24: 842-850, 1995.

[2] PÔRTO, A.; PONTE, C. F. **Vacinas e campanhas**: as imagens de uma história a ser contada. Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.10 n.2 Rio de Janeiro, 2003.

DOENÇA HEMOLÍTICA: A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO ENQUANTO CUIDADOR E ORIENTADOR

Vanessa Ramos da Silva LOPES¹; Luciano Lobo GATTI²

¹Acadêmica do curso de Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA; Bolsista CNPq.

²Doutor em Ciências – Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

vanessaramos9227@gmail.com, lobogatti@yahoo.com.br

A doença hemolítica perinatal ocorre a partir da passagem de eritrócitos fetais para a circulação materna através da placenta, fazendo com que o sistema imune comece a produzir anticorpos da classe IgM. Quando acontece exposição novamente ao antígeno, ocorre a produção de anticorpos IgG, os quais atravessam a placenta e provocam hemólise no feto ou recém-nascido. A hidropsia fetal é a forma mais grave dessa doença, pois a hemólise pode levar à hipóxia fetal, insuficiência cardíaca, derrame pleural, peritoneal, pericárdico, edema generalizado, sofrimento respiratório ou até mesmo à morte. O presente trabalho tem como objetivo adquirir um significativo conteúdo referente à doença hemolítica, tendo em vista que o conhecimento pode influenciar na atuação do enfermeiro enquanto cuidador e orientador. Para a elaboração deste artigo, foi realizada busca a partir das bases de dados Bireme e Scielo, sendo que foram utilizados os descritores: doença hemolítica, pré-natal, segurança transfusional e transfusão intra-uterina. Assim, foi possível concluir que o enfermeiro deve possuir conhecimento significativo sobre essa doença, para que possa atuar de forma efetiva enquanto cuidador e orientador, tendo em vista que para isso, é essencial possuir habilidades técnicas e realizar ações educativas e preventivas.

Referências

- [1] BAIIOCHI, Eduardo; NARDOZZA, Luciano Marcondes Machado. Aloimunização. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 6, June 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032009000600008&lng=en&nrm=iso>. access on 05 July 2013.
- [2] CHAVEZ GF, Mulinare, J. Edmonds LD. Epidemiology of Rh hemolytic disease of the newborn in the United States. **JAMA**. 1991; 265 (24) : 3270-4. Available from <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/1904504>> Access on 17 Aug. 2012.

[3] CIANCIARULLO, Marco Antonio; CECCON, Maria Esther Jurfest; VAZ, Flávio Adolfo Costa. Prevalência de marcadores imuno-hematológicos em recém-nascidos ao nascimento e em suas respectivas mães e incidência de doença hemolítica numa maternidade de São Paulo. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 49, n. 1, Jan. 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302003000100033&lng=en&nrm=iso>. Access on 10 Aug. 2012.



INFORMÁTICA

O USO DA PLATAFORMA *ANDROID* PARA O DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA A ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Marcio Alexandre da SILVA Junior¹, Luiz Ricardo BEGOSSO²

¹Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA, Assis, SP

²Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA, Assis, SP

marciojralex@hotmail.com, begosso@femanet.com.br

1. Introdução

Atualmente, a utilização de dispositivos móveis para comunicação vem sendo amplamente adotada e com uso crescente. Segundo informações da Anatel, no ano de 2012 o número de celulares ativos no Brasil era de 256 milhões de unidades, e o país conta com aproximadamente 196 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE.

Paralelamente ao avanço da microeletrônica e da telefonia celular, a partir de 2010 surgiram os primeiros “tablets”, dispositivos que possuem diversas funcionalidades de um microcomputador e também de um aparelho de telefonia. A popularização dos tablets está crescendo geometricamente no mercado consumidor. Segundo dados da IDC - International Data Corporation -, Instituto que analisa o mercado mundial de tecnologia, o ano de 2012 registrou um aumento nas vendas de tablets, que foram de quase 130 milhões no mundo. Estima-se que este tipo de dispositivo supere as vendas de desktops em 2013, e que, em 2014, supere também a dos computadores portáteis [1], [2].

Dispositivo móvel tem como definição qualquer dispositivo que permita ao usuário ter acesso a seus serviços independentemente de sua localização, tais como serviços de acesso à internet, envio e recebimento de mensagens, realização de ligações telefônicas, acesso a correio eletrônico, entre outros. Isto é, um dispositivo móvel não impede com que o usuário se movimente, como tablets, notebooks, netbooks, ultrabooks, GPS, entre outros.

2. A Plataforma Android

O sistema operacional Android surgiu para o mundo em 2005 quando a empresa Google comprou uma pequena companhia em Palo Alto, no estado da Califórnia. Essa companhia estava desenvolvendo uma plataforma para criação de aplicativos para telefonia móvel, chamada Android Inc.. Após sua incorporação, em 2008, a Google transformou o Android em uma plataforma de código aberto e hoje o Android é controlado pela OHA (Open Handset Alliance), uma associação que envolve mais de 30 empresas parceiras [3].

O Android é um software com base no sistema operacional Linux, focado em celulares e outros dispositivos. Está entre os mais utilizados no mercado de dispositivos móveis e

atualmente encontra-se na versão 4.2. Segundo dados da Google, mais de 400 milhões de dispositivos móveis com Android estavam ativos em 2012 [3].

3. Resultados

O resultado deste projeto é a implementação do módulo de software de domínio público para a área de Assistência Social, que possa ser utilizado nas plataformas de dispositivos móveis. Com esse aplicativo de software, os profissionais da área de Assistência Social dos municípios brasileiros poderão realizar as visitas domiciliares e preencher os dados das famílias durante o processo de visita. Assim, espera-se que haja uma economia de tempo nos processos desses profissionais, evitando o retrabalho e reduzindo a possibilidade de ocorrência de erros durante a entrada das informações.

4. Conclusões

Conclui-se que as linguagens para desenvolvimento de aplicativos de software direcionados para os dispositivos móveis são fundamentais para atender a essa nova necessidade de empresas e profissionais. Para o caso específico deste projeto, foi possível observar os resultados aplicados aos profissionais de Assistência Social dos municípios brasileiros que realizam visitas domiciliares, melhorando significativamente a eficiência e confiabilidade de seus serviços.

Referências

[1]<http://www.tecmundo.com.br/celular/29957-mercado-brasileiro-de-celular-atinge-a-marca-de-27-3-milhoes-de-unidades-vendidas-no-primeiro-semester-deste-ano.htm>, acessado em 27/04/2013.

[2]<http://www.tecmundo.com.br/tablet/38032-venda-de-tablets-cresceu-78-4-no-mundo-todo-em-2012.htm>, acessado em 27/04/2013.

[3] LECHETA, R. Google Android: Aprenda a criar Aplicações para Dispositivos Móveis com o Android SDK. Editora: Novatec, 2010.

[4] Jandl, Peter Junior. Introdução ao Java. Universidade de São Francisco, 1999.

FERRAMENTA PARA AUTOMATIZAR O USO DO *PERSONAL SOFTWARE PROCESS*

Rodolfo Camarotto SANTOS¹, Luiz Ricardo BEGOSSO²

¹Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA, Assis, SP

²Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA, Assis, SP

ro.camarotto@hotmail.com, begosso@femanet.com.br

O processo de engenharia de software de uma organização é altamente influenciado pelas ferramentas adotadas, regras de negócio, estrutura organizacional, métodos de gerenciamento, políticas estruturais, ambientes de trabalho, formas de comunicação, interações sociais e pessoas.

As organizações de desenvolvimento de software possuem uma série de mecanismos para auxiliá-las no gerenciamento e melhoria da qualidade dos seus produtos. Os aspectos relacionados à garantia da qualidade de software têm sido muito ressaltados nos últimos anos, especialmente pelo fato de as empresas estarem preocupadas com a qualidade em todos os seus segmentos.

A falta de adoção de práticas de qualidade pelas pequenas organizações de desenvolvimento de software contribui para a alta taxa de extinção destas, já que parte de seus escassos recursos são desperdiçados por falta de planejamento adequado. Além disso, estima-se que uma quantidade elevada dos serviços realizados pode ser definida como retrabalho, comprometendo os custos e os prazos estabelecidos [1].

Uma das soluções propostas para a melhoria da qualidade do software produzido pelas pequenas empresas ou organizações individuais, relaciona-se com a adoção formal de um processo de desenvolvimento de software. O PSP – Personal Software Process [2] é uma alternativa que tem se mostrado bastante eficiente nesse sentido. Sua adoção incorpora benefícios aos desenvolvedores individuais ou às pequenas equipes de desenvolvimento de software. Os aspectos sobre qualidade de software têm sido altamente valorizados pela indústria de desenvolvimento de software. O número de pequenas empresas de desenvolvimento de software é muito grande e justamente por isso torna-se fundamental o estudo de práticas de qualidade voltadas para este público-alvo. A informatização do processo PSP contribui para as equipes de desenvolvimento de software, facilitando a sua adoção.

Este projeto tem o objetivo de realizar um estudo sobre o Processo Pessoal de Desenvolvimento de Software PSP e, em seguida, analisar uma ferramenta que o automatize, que é o Software Process Dashboard, isto é, é uma iniciativa *open-source* para criar uma ferramenta de suporte ao PSP.

O modelo PSP foi criado por Humphrey [1], como um processo de qualidade para auxiliar no controle, gerenciamento e melhoria da forma pessoal de desenvolvimento de software, possibilitando a apropriação de dados históricos para o atendimento de requisitos e

tornando os elementos de rotina do trabalho mais previsíveis e eficientes. Assim, o PSP pode ser usado nos processos de planejamento, previsão (especialmente de prazos, custos e recursos) e medição da qualidade dos produtos de software

O Software Process Dashboard [3] é uma ferramenta de suporte ao PSP, que começou a ser desenvolvida em 1998 pela Força Aérea dos Estados Unidos e continuou a evoluir sob o modelo de código aberto. A ferramenta dá suporte às fases de levantamento de informações, planejamento, acompanhamento do projeto, análise de dados e exportação de dados para outros ambientes.

A ferramenta Software Process Dashboard engloba uma série de métricas importantes para o processo de desenvolvimento de software. Além disso, um conjunto de características gráficas relacionadas ao cronograma e defeitos encontrados, permite ao desenvolvedor de software um melhor entendimento do andamento do projeto.

Referências

[1] PRESSMAN, Roger S. **Engenharia de Software: Uma Abordagem Profissional**. São Paulo: Editora McGraw-Hill, 2011.

[2] HUMPHREY, Watts. **PSP: A Self-Improvement Process for Software Engineers**. Editora Addison-Wesley, 2005.

[3] <http://www.processdash.com/>, acessado em 12/08/2013.

TECNOLOGIA ADAPTATIVA NA COMPUTAÇÃO

Diego Augusto PASSARELI¹, Diomara Martins Reigato BARROS²

¹Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil.

²Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil.

diepassa@bol.com.br, diomara@femanet.com.br

É comum encontrar no meio comercial, sistemas que não se modificam, em comportamento e estrutura, para solucionar um problema ou em situações inesperadas. Independente de seus estímulos de entrada, seu comportamento é sempre o mesmo - fazer somente o que lhes foi programado.

A Tecnologia Adaptativa (TA) deu origem à ideia de que qualquer dispositivo que possua um conjunto fixo e finito de regras para sua operação, pode variar de acordo com outro nível de regras, denominado ações adaptativas, que agem sobre o conjunto de regras original através das ações de inserção, remoção e consulta das mesmas, podendo assim alterar sua estrutura interna durante seu funcionamento [1].

Mas há dificuldades em realizar a codificação da TA devido às características não adaptativas da maioria das linguagens de programação. No entanto, existem algumas técnicas de programação, como a promissora Reflexão Computacional (que é obtida quando o software interrompe sua execução para fazer análises/computações sobre si mesmo, podendo então decidir se terá ou não que mudar sua execução [2], que podem implementar a TA.

O estudo sobre Tecnologia Adaptativa e Reflexão Computacional abre um grande leque de possibilidades para outros assuntos relacionados, como nas áreas de inteligência artificial, robótica, visão computacional e reconhecimento de padrões a partir de representações sintáticas de entes geométricos [3], contribuindo para a área da pesquisa, que é pouco explorada atualmente pelos alunos de graduação.

O objetivo desse trabalho é desenvolver um estudo de caso empregando os conhecimentos adquiridos com o estudo dessas tecnologias. Para o estudo de caso, está sendo desenvolvido um software com características adaptativas com foco na geração de mensagens na aquisição de um plano de saúde.

Referências

[1] PISTORI, Hemerson. **Tecnologia Adaptativa em Engenharia de Computação: Estado da Arte e Aplicações**. 191p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

[2] PAVAN, Willingthon. **Tolerância a Falhas e Reflexão Computacional num Ambiente Distribuído**. 86p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Informática - Universidade Federação do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

PROGRAMAÇÃO E ARQUITETURAS PARALELAS

Jefferson dos Santos CORREA¹, Douglas Sanches da CUNHA²

¹Instituto Municipal De Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional Municipal de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil

²Instituto Municipal De Ensino Superior de Assis - Fundação Educacional Municipal de Assis (FEMA) – Assis – SP – Brasil

Jedsc_91@hotmail.com, douglas.cunha@femanet.com.br

Com a disseminação da tecnologia e o aumento da dependência humana por processos cada vez mais robustos, como nas áreas de pesquisa e de indústrias, torna-se indispensável o uso de computadores mais potentes. Partindo dessa necessidade, surgiram os supercomputadores com vários processadores físicos e lógicos. Porém tais computadores possuem um alto custo. Como alternativa para eles, surgiu a ideia de agregar vários computadores normais de médio desempenho para que, juntos, somassem suas capacidades computacionais, criando assim o conceito de *cluster*, uma solução mais barata e igualmente potente, se comparada aos supercomputadores. Com o surgimento de supercomputadores e *clusters* com vários processadores, criou-se a problemática de uma programação paralela para fazer pleno uso da capacidade de processamento simultâneo dessas máquinas [1].

A pesquisa sobre programação paralela possibilita um grande aumento no desempenho e tempo de resposta para vários tipos de *softwares*, refletindo assim em uma melhora para várias áreas de estudo, como na meteorologia e telecomunicação, dentre outras. Ainda há a abertura para o desenvolvimento de outros trabalhos correlatos sobre esse tema que está em constante crescimento e é ainda pouco estudado.

O objetivo deste trabalho consiste em realizar um estudo acerca de programação paralela, ambientes computacionais em que se pode fazer uso de tal tecnologia e o desenvolvimento de um *software* para mostrar, apresentar seu desenvolvimento, compilação e execução de sua capacidade computacional.

Referências

[1] SCHEPKE, Claudio. **Ambientes de Programação Paralela**. Pós-Graduação Em Computação - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2009.

PROJETO COMPUTACIONAL PERVASIVO EM *GOOGLE ANDROID* PARA APRENDIZAGEM E COMUNICAÇÃO VISUAL EM LIBRAS

Daniel Herbert HOCH¹, Guilherme de Cleve FARTO¹

¹Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)

²Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/SP (Brasil)

elfantasy@hotmail.com, guilherme_computacao@yahoo.com.br

Com o surgimento de novas tecnologias, novas aplicações estão sendo desenvolvidas, não só para usuários comuns, mas também para pessoas com algum tipo de deficiência, no caso específico da deficiência auditiva, com a finalidade de tornar mais fácil a inclusão dessas pessoas na sociedade.

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

A Língua Brasileira de Sinais, que tem um canal perceptual diferente, é considerada uma língua de modalidade gestual visual e tem sua origem na Língua de Sinais Francesa. A LIBRAS também foi influenciada diretamente pela língua portuguesa na construção léxica, entretanto diversas adaptações foram necessárias por ser uma língua de comunicação visual [1].

Ao contrário do que podemos perceber, a existência desse tipo de linguagem, a LIBRAS não é apenas uma medida paliativa para se estabelecer algum tipo de comunicação com os deficientes auditivos, mas, sim, uma língua natural como qualquer outra, com estruturas sintáticas, semânticas, morfológicas e pragmáticas, todas muito bem definidas. A diferença é que, além dos gestos, também se utilizam expressões para comunicação [2].

Google Android

O *Android* é uma plataforma de código aberto para dispositivos portáteis criado pelo Google em parceria com a *Open Handset Alliance* (OHA). Trata-se de uma aliança para o telefone celular aberto, composta por mais de 30 empresas do mercado de Tecnologia de Informação (TI) que apoiam soluções de código-fonte aberto [3].

Essa plataforma funciona como um sistema operacional Mobile, com a diferença de ser baseado em código aberto. Com isso, qualquer desenvolvedor pode criar aplicativos para a plataforma *Android SDK* (*Software Development Kit*). O kit de desenvolvimento do *Android* provê ferramentas e chamada via API (*Application Program Interface*) para o desenvolvimento de aplicativos baseados na linguagem Java.

O *Android* foi otimizado para executar em dispositivos com poucos recursos de hardware, aproveitando ao máximo. Possui suporte gráfico 3D baseado nas especificações 1.0 da *OpenGL ES*, podendo criar jogos com uma qualidade excelente de resolução [4].

Este trabalho consiste em desenvolver uma aplicação para a plataforma *Google Android*, utilizando o reconhecimento de voz e imagens relacionadas ao alfabeto da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), desenvolvida especificamente para auxiliar portadores de deficiência auditiva, com a finalidade de resolver ou criar um facilitador para diversas dificuldades encontradas durante a aprendizagem destes.

Referências

- [1] ALBRES, Neiva de A. **História da Língua Brasileira de Sinais**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.
- [2] ARAÚJO, A. Ana P. de. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Disponível em: <<http://www.infoescola.com/portugues/lingua-brasileira-de-sinais-libras/>>. Acesso em: 06/05/2013.
- [3] LECHETA, R. R., **Google Android- Aprenda a Criar Aplicações para Dispositivos Móveis com O Android SDK**, Nocatec, 2010.
- [4] PEREIRA, Lúcio Camilo Oliveira; SILVA, Michel Lourenço da. **Android para desenvolvedores**. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

ABORDAGEM TEÓRICA E APLICABILIDADE DE DETECÇÃO FACIAL EM APLICATIVOS MÓVEIS COM *OPENCV* E *GOOGLE ANDROID*

Patrick Francis Gomes ROCHA¹, Guilherme de Cleve FARTO²

¹Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA)

²Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/SP (Brasil)

pfrocha@msn.com, guilherme_computacao@yahoo.com.br

Diante do crescimento acelerado dos sistemas de informação em diversos setores, exige-se um intenso estudo acerca das formas existentes de segurança para tornar os *softwares* mais confiáveis. Vários são os meios que atendem de maneira eficaz e eficiente a tais necessidades. Entretanto, o grande ponto em questão é o investimento necessário para utilização desses métodos e protocolos, vez que, na última década, os estudos passaram a ter um desafio ainda maior: a busca por tecnologias de baixo custo, porém, ao mesmo tempo, com uma taxa de segurança alta.

Com vista em tais necessidades, torna-se necessário o estudo da visão computacional, na qual permite aos sistemas extrair informações de imagens. Diversas informações podem ser extraídas e utilizadas para o reconhecimento de padrões complexos, como texturas, objetos, textos, padrões biométricos entre outros [1]. A capacidade de reconhecer padrões proporciona aos sistemas digitais um sistema de visão artificial, ainda não tão eficiente quanto o humano, mas que já possui algumas características superiores, tais como visão noturna e *zoom*.

A partir da visão computacional, surge uma grande tendência, a biometria, com enfoque em suprir as necessidades de sistemas que exigem protocolos de segurança de alto nível com custos baixos. O estudo é de extenso uso desde o início do século XX e tem sido definido como “a aplicação de teorias matemáticas e estatísticas em mensurações de características humanas” [2].

Mais recentemente, a palavra biometria tem sido utilizada para designar mensurações fisiológicas ou características do comportamento de forma a possibilitar a identificação de uma pessoa a partir de características individuais como veias da palma da mão, impressões digitais, reconhecimento da face, estrutura da retina, estrutura da íris e geometria da mão [3].

A face humana é o principal atributo por meio da qual as pessoas são reconhecidas. Esse fato propicia o desenvolvimento de sistemas automáticos de detecção, rastreamento e reconhecimento facial assim como a promoção de aplicações como mecanismos para a autenticação de usuários, monitoramento de ambientes, controle de acesso e vigilância.

O objetivo deste trabalho é apresentar conceitos acerca dos sistemas biométricos, bem como as ferramentas e arquiteturas para o desenvolvimento de uma aplicação para dispositivos móveis capaz de detectar faces e características humanas, usufruindo de

todos os benefícios de um dispositivo baseado na plataforma móvel *Android*, juntamente com os métodos e algoritmos de visão computacional proporcionadas na biblioteca *OPENCV*, possibilitando realizar um comparativo entre os métodos convencionais de segurança e os métodos biométricos, com a finalidade de demonstrar os pontos positivos e negativos.

Apesar de a tecnologia *Google Android* oferecer uma interface de programação para reconhecimento facial, o trabalho apresenta grande importância, pois se trata de uma integração entre a biblioteca *OpenCV* e a plataforma *Android*, fornecendo assim, uma nova solução computacional para a área de segurança e identificação, aumentando as opções de tratamento de imagens e métodos de detecção e reconhecimento de indivíduos a partir das mesmas, reduzindo a porcentagem de processamento e uso considerável de memória do dispositivo móvel.

Referências

- [1] JAIN, Anil K.; DUIN, Robert P.W.; MAO, Jianchang. **Statistical Pattern Recognition: A Review**. IEEE Transactions on Pattern Analysis and machine Intelligence, vol. 22, nº 1, 2000.
- [2] DANTAS, George Felipe de Lima, **Sistemas Biométricos de Identificação pela Imagem Facial**. Disponível em: <www.logicengenharia.com.br/mcamara/alunos/Biometria.pdf>. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2013.
- [3] ROCHA, Patrick Francis Gomes; NITTO Marisa Atsuko. **Aplicativo para Reconhecimento de Faces Humanas** – V Fórum de Ciência e Tecnologia, FEMA - IMESA, Assis, SP, 2012.

IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO ESTRATÉGICA PARA *STUDENT RELATIONSHIP MANAGEMENT* (SRM) BASEADA EM JAVA EE E *SOCIAL MEDIA*

Priscila Rodrigues da SILVA¹, Guilherme de Cleve FARTO²

¹Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

²Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

priscila.rodrigues@hotmail.com.br, guilherme_computacao@yahoo.com.br

Atualmente, o crescimento exponencial de instituições de ensino privadas no Brasil tem feito com que o ponto de vista em relação ao aluno seja alterado, pois, conseqüentemente, a concorrência é maior e, portanto, torna-se necessária a adoção de conceitos e metodologias, principalmente as de *marketing* já consagradas, utilizadas em diversos outros segmentos de mercado [1].

Existem algumas formas de análise que visam a estudar potenciais alunos com o intuito de trazê-los para a instituição e, entre as possíveis estratégias, pode-se utilizar o *Student Relationship Management* (SRM). Trata-se de uma vertente do *Customer Relationship Management* (CRM), que faz uso de conceitos que buscam minimizar a distância entre a instituição de ensino e o aluno, assim como melhorar e manter saudável a relação existente essas entidades [1].

O sistema SRM é associado a conceitos de *Business Intelligence* e tecnologias utilizadas para obter conhecimento sobre os estudantes e apoiar processos de decisão [2].

O SRM possui diversos objetivos, destacando-se como principais [3]:

- Centralizar informações em bases de dados acadêmicas;
- Melhorar a comunicação entre instituição de ensino e aluno, com a finalidade de contribuir para a boa impressão do centro de estudos para futuros ingressantes;
- Melhorar a formação da imagem de qualidade e de excelência de processos;
- Validar informações.

O presente trabalho tem por objetivo implementar os principais conceitos de SRM, por meio de uma aplicação baseada na tecnologia Java *Enterprise Edition* (JEE), para centralizar dados referentes a alunos, ex-alunos, professores e participantes de eventos, bem como melhorar os mecanismos disponíveis para comunicação entre instituição de ensino, estudantes e possíveis estudantes, assim como a qualidade de processos de ouvidoria com as pessoas relacionadas à organização educacional.

A aplicação a ser desenvolvida fará uso dos conceitos-base para uma aplicação SRM e será implementada, utilizando-se tecnologias da plataforma JEE, como Java *Persistence API* (JPA) e Java *Server Faces* (JSF). Com o objetivo de tornar a aplicação mais dinâmica

e permitir uma comunicação mais rápida entre instituição de ensino e pessoas, serão implementados componentes baseados em *Social Media*, de forma a possibilitar a integração do *software* desenvolvido com redes sociais, tais como *Facebook* e *Twitter*.

Segundo Breakenridge [4], “a ideia de Social Media significa ouvir com atenção e aprender a compartilhar informações valiosas que unem as pessoas e constroem relacionamentos fortes”.

A partir desta concepção, espera-se facilitar a comunicação e atendimento de solicitações entre a instituição de ensino e as pessoas que a constituem, como alunos, ex-alunos, professores e funcionários, além de buscar novas oportunidades em possíveis estudantes.

Referências

[1] L3 CRM. **O conceito de CRM aplicado às instituições de ensino**. Disponível em: <<http://www.l3crm.com.br/universo-crm/ebooks/12/ebook-sobre-srm/>>. Outubro de 2012.

[2] PIEDADE, Maria Beatriz. **Business Intelligence in Higher Education: Enhancing the teaching-learning process with a SRM system**. In: Information Systems and Technologies (CISTI), 2010, Leiria, Portugal.

[3] PIEDADE, Maria Beatriz Guerra. **Business Intelligence no suporte ao conceito e à prática de Student Relationship Management em Instituições de Ensino Superior**. 2011. 267p. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Braga, 2011.

[4] BREAKENRIDGE, Deirdre. **Social Media Definition in a Cloud**. Disponível em: <<http://www.deirdrebreakenridge.com/2010/01/social-media-definition-in-a-cloud/>>. Acesso em: 27/02/2013.

DESENVOLVIMENTO DE UM AMBIENTE COMPUTACIONAL PARA AUXILIAR NA APRENDIZAGEM DE DEFICIENTES AUDITIVOS

Joel Rodrigues Alvares LEAL¹, Marisa Atsuko NITTO²

¹Fundação Educacional do Município de Assis – Assis – SP

²Fundação Educacional do Município de Assis – Assis – SP

joel_19lakers@hotmail.com, mnitto@femanet.com.br

O objetivo deste projeto é desenvolver um ambiente de aprendizagem para auxiliar deficientes auditivos com a finalidade de apresentar um conjunto de técnicas e metodologia para a aprendizagem da língua de sinais. Para se desenvolver o ambiente de aprendizagem, será necessário conhecer as tecnologias que compõem o modelo da arquitetura do problema a ser abordado, com o intuito de que a comunicação e o aprendizado sejam rápidos e eficientes. Muitas são as barreiras que existem no desenvolvimento da interface de ambientes educacionais para Internet. O que se espera, quanto à utilidade desses ambientes, é que sejam simples e não necessitem de muito conhecimento para aprendê-los, satisfazendo as necessidades dos usuários.

A ideia para o desenvolvimento do projeto surgiu pela necessidade de ambientes em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), visando a auxiliar na aprendizagem de sinais por professores. A maioria dos professores não recebe nenhum tipo de especialização para atender a seus alunos surdos e, tendo em vista a inclusão de alunos especiais em salas regulares, urge buscar uma melhor formação e especialização desses professores.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é um sistema gestual-visual, que utiliza como comunicação movimentos gestuais, expressões faciais e corporais, percebidos pela visão, enquanto que a Língua Portuguesa é uma língua oral-auditiva, utilizando sons articulados percebidos pelos ouvidos (SANTANA, 2007). A figura 1 mostra o alfabeto manual brasileiro.

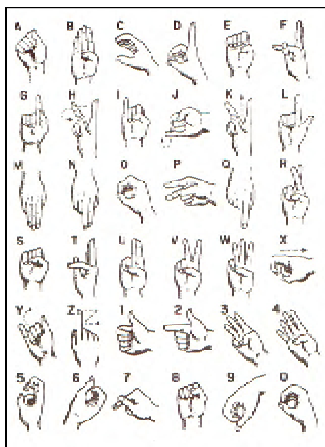


Figura 1: Alfabeto LIBRAS (ESMINGER, 2009)

Em inúmeras áreas profissionais, a informática vem contribuindo com inovações significativas com a substituição na realização de tarefas que necessitam de tempo e esforço, tornando-se a principal ferramenta de trabalho. A evolução da informática acompanha as novas perspectivas de interação entre homem e máquina no processo de comunicação, focalizando a percepção do usuário e projetando o computador como uma forma de comunicação entre pessoas (MACEDO e AMARAL, 2003).

E em relação aos portadores de necessidades especiais, as iniciativas ainda têm sido muito tímidas, mas começam a surgir, seja através do desenvolvimento de sistemas tradutores de LIBRAS, ou de ambientes computacionais com preocupações de acessibilidade. Esses ambientes visam a contribuir para uma maior interação e convívio entre surdos e ouvintes. No entanto, as iniciativas ainda são poucas, fazendo-se necessário o desenvolvimento de mais ambientes dessa natureza.

Os deficientes auditivos podem organizar os fatos e os pensamentos em sua mente, utilizando-se de outros sentidos. Através de imagens, ele forma o mundo ao seu redor, contribuindo para um aprendizado muito maior do que a tentativa da fala, pois trabalha a visão que é um sentido que funciona bem. Pode usar os olhos para entender o que está sendo comunicado; portanto, a utilização de gestos permite que ele realize uma interação com o meio (MARCATO, 2000).

Uma maneira de contribuir com o aprendizado é utilizando conceitos de Interface que se expressa pela presença de uma interligação ou um ponto de controle entre dois dispositivos (*hardware*) ou duas aplicações (*software*) ou mesmo entre usuário e aplicação. Uma interface visual entre usuário e o sistema computacional tem por objetivo simplificar as operações e permitir a interação através de ícones, ou outros indicadores visuais (LÉVY, 2000).

No entanto, para os surdos, uma interface adequada para suas necessidades deve valorizar também alguns itens importantes, tais como:

- textos pequenos e de fácil entendimento;
- imagens;
- cores, animações;
- filmes;
- utilizar a língua de sinais.

Essas novas tecnologias criam novas chances de reformular as relações entre alunos e professores e de rever a relação da escola com o meio social, ao diversificar os espaços de construção do conhecimento, os processos e metodologias de aprendizagem, permitindo à escola um novo diálogo com os indivíduos e com o mundo.

Referências

ESMINGER, J.: **Curso Básico de LIBRAS**, <http://pt.scribd.com/doc/22022667/> livro-de-libras, 2009. Acesso em novembro de 2012.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: editora 34, 2000.

MACEDO, T. R. P. P. e AMARAL, Y. R.: **Aspectos Cognitivos na Interação Homem-Computador**: Uma Análise Comparativa de Softwares Odontológicos. *Revista da Farn*, 2 (2), 2003.

MARCATO, S. A.; Rocha, H. V. Lima; C. M. P. **Auxiliar na aprendizagem da Língua de Sinais**. Anais do X Simpósio Brasileiro de Informática na Educação. 2000. Curitiba, Pr.

SANTANA, A. P.: **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas** / Ana Paula Santana. São Paulo: Plexus, 2007.

DESBRAVANDO O NOVO MUNDO DO *BIG DATA*

José Maria de OLIVEIRA Filho¹, Alex Sandro Romeo de Souza POLETO²

¹Coordenadoria de Informática - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

²Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

zeca_oliveira85@hotmail.com, apoletto@femanet.com.br

O principal objetivo deste trabalho é mostrar o quanto a tecnologia de Big Data poderá ajudar no desenvolvimento das empresas, dos serviços, da indústria, em qualquer área do conhecimento em que se necessite trabalhar com volumes maciços de dados estruturados e, principalmente, não estruturados.

Big Data vem batendo em nossas portas com o massivo número de informações gerado em toda rede, como tweets, facebook, youtube, internet das coisas, sensores, GPS, etc.

Essas informações são capazes de melhorar a vida de todos, quanto mais conhecimento melhor. Hoje as grandes riquezas estão no conhecimento, quanto mais compartilhado mais se aprende e evita certos tipos de problemas, como epidemias, revoluções, etc.

Contudo, para se usufruir dessas informações, é preciso ser capaz de analisar toda essa gama de dados, desse Big Data. Atualmente, a quantidade de dados gira em torno de 1,8 zettabytes e poderá aumentar para 7,9 zettabytes até 2015.

O Big Data é tão poderoso que serve até para espionagem, como por exemplo: o X-KEYSCORE, ferramenta usada pela NSA para espionar a web de todo o mundo. Essa ferramenta captura todo o conteúdo de navegação interceptada, para depois extrair conteúdos desejados.

X-KEYSCORE espiona os mails das pessoas e também redes sociais, chats, enfim, tudo o que faz na web. E também obtém dados técnicos como endereços IP's do computador ou de dispositivos móveis.

De forma geral, Big Data é um termo usado para descrever o crescimento de informações estruturadas e não estruturadas. Para uma melhor definição, usam-se 3 etapas: Volume, Variedade e Velocidade.

Volume: informações armazenadas há muito tempo, redes sociais, aumento de dados coletados por sensores, etc.

Variedade: os dados de hoje possuem vários formatos, estruturados ou não estruturados.

Velocidade: é usada para se tratar os dados de maneira a atender às necessidades da demanda em tempo real.

O valor do conceito de Big Data está na possibilidade de localizar, peneirar e analisar informações úteis a partir de diferentes fontes em tempo real. Empresas estão diante de

uma mina de ouro e começam agora a entender como forjar inteligência de negócio a partir dessa matéria prima.

Referências

A revolução do Big Data. O globo, p,17,2 de abr. 2012.

<http://informationweek.itweb.com.br/voce-informa/volume-velocidade-e-variedade-os-3-vs-do-big-data/> Acesso em: 27/09/2013

<http://informationweek.itweb.com.br/resultado-de-busca/?cx=partner-pub-2083901613916048%3A1822431558&cof=FORID%3A10&ie=UTF-8&q=big+data> Acesso em: 27/09/2013

UM SUPORTE EDUCATIVO PARA O ENSINO DE PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES

Gustavo Lázaro AMÊNDOLA¹; Luiz Carlos BEGOSSO²

¹Fundação Educacional do Município de Assis, Assis, SP

²Fundação Educacional do Município de Assis, Assis, SP

gulazaro94@gmail.com, lbegosso@femanet.com.br

Introdução

A dificuldade no ensino e na aprendizagem dos conteúdos da disciplina de programação tem preocupado os docentes de cursos de graduação da área de informática. Essa disciplina trabalha conteúdos-chave para a formação do profissional de computação e historicamente tem apresentado alto grau de dificuldade para os alunos, levando-os a altos níveis de retenção.

O aluno ingressante em cursos de computação não consegue entender e abstrair a lógica dos problemas e transformá-la numa sequência de passos para posteriormente desenvolver o algoritmo [1]. Uma alternativa para minimizar tal situação, é o emprego de recursos tecnológicos como suporte à atividade docente que tendem a favorecer o aprendizado do aluno.

É importante ressaltar o fato de que as ferramentas e ambientes computacionais foram concebidos para apoiar o ensino das disciplinas de programação, e não existem indicações de uma vasta utilização de tais ferramentas, [2].

Objetivos

Este trabalho tem como objetivo geral desenvolver uma estratégia de ensino, a partir do ambiente computacional ALICE, e aplicar os conceitos da ferramenta a um grupo de estudantes de série inicial de curso da área de computação, para verificar sua eficácia.

ALICE

ALICE é um ambiente de programação 3D, desenvolvido para alunos que terão sua primeira experiência com programação orientada a objetos. O software permite que o aluno aprenda conceitos fundamentais de programação, criando animações e jogos simples. No ALICE, objetos 3D como pessoas, animais, veículos, etc. formam um mundo virtual onde os alunos criam programas para animar tais objetos. ALICE (2009).

Em sua interface interativa, os alunos arrastam e soltam blocos que correspondem a comandos padronizados em linguagem de programação, como Java, C++ e C. Ao usar o ALICE, os alunos podem ver imediatamente seus programas de animação sendo

executados, isso os torna capazes de entender a relação entre os comandos e o comportamento dos objetos em suas animações, [3].

O desenvolvimento do projeto com o ALICE

Como mencionado anteriormente, o ALICE é um ambiente de programação 3D que propicia a criação de jogos interativos e de animações. Estes recursos podem ser utilizados para estimular os estudantes no aprendizado de conceitos iniciais de programação e também de programação orientada a objetos.

A partir das características oferecidas pelo ALICE, desenvolveu-se um curso para ser aplicado a estudantes que estão iniciando na área da programação, com o objetivo de validar a eficiência do software em relação ao ensino básico de lógica de programação e conceitos de Orientação a Objetos. Para o oferecimento do curso foram criadas situações problema com o objetivo de estimular o raciocínio lógico do estudante. O desempenho dos alunos será avaliado antes e após o curso, assim será possível comparar, e tirar conclusões a respeito dos benefícios oferecidos pelo ALICE, quando aplicado a estudantes de série inicial do curso de computação.

Conclusões

O software ALICE é uma incrível ferramenta para desenvolver aplicações simples. Diferente da maioria das linguagens de programação que são projetadas para serem utilizáveis em "código de produção" e, assim, introduzir uma complexidade adicional, ALICE foi concebido unicamente para ensinar a teoria de programação sem os complexos mecanismos de semântica de linguagens de produção, com um ambiente mais receptivo e divertido. Os resultados sobre a eficiência do software em relação ao ensino de lógica de programação serão mais claramente observados após a aplicação do curso.

Referências

[1] RAPKIEWICZ, C. E.; FALKEMBACK, G.; SEIXAS, L.; SANTANA DOS SANTOS, N. ; CUNHA, V. V.; KLEMMANN, M. *Estratégias Pedagógicas no Ensino de Algoritmos e Programação Associadas ao Uso de Jogos Educacionais*. RENOTE. Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 4, n. 2, p. 1, 2006.

[2] PIMENTEL, E. P.; FRANÇA, Vilma Fernandes de; OMAR, Nizam; NORONHA, R. V. *Avaliação Contínua da Aprendizagem, das Competências e Habilidades em Programação de Computadores*. In: IX WIE - Workshop de Informática na Educação da Sociedade Brasileira de Computação, 2003, Campinas / SP. ANAIS DO XXIII CONGRESSO DA SBC, 2003. v. V. p. 108-116.

[3] ALICE, Página do software ALICE. Disponível em: http://alice.org/index.php?page=what_is_alice/what_is_alice. Acesso em: 10 de Dez 2009.

UM ESTUDO INVESTIGATÓRIO SOBRE BANCO DE DADOS *IN-MEMORY*

Roger Pereira dos SANTOS¹, Alex Sandro Romeo de Souza POLETO²

¹Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

²Coordenadoria de Informática - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis –
Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) - Assis - SP – Brasil

rogerpsantos3@gmail.com, apoletto@femanet.com.br

O objetivo deste trabalho consiste em demonstrar o uso dos Bancos de Dados In-Memory. As características e as qualidades do uso desse banco de dados, pontuando o assunto e as descobertas, a relevância e o papel destacado que o profissional pode adquirir, utilizando as diversas fontes para aprender sobre esse novo advento de sistemas de banco de dados, bem como as oportunidades em que pode atuar, tendo em vista o conhecimento sobre o assunto.

O uso da tecnologia “In-Memory” tem sido bastante debatido e testado em grandes empresas. Atualmente é um dos assuntos que estão em alta, levando diversas empresas a estudar formas de incrementar essa tecnologia em seus softwares e trazendo uma solução mais rápida para seus clientes.

Um banco de dados em memória (IMDB - Sistema de Banco de Dados da Memória Principal) é um Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) que basicamente depende da memória principal para o armazenamento dos dados no computador. Ele contrasta com os sistemas de gestão de dados que basicamente utilizam um mecanismo de armazenamento de discos otimizados.

Bases de dados da memória principal são mais rápidas do que no disco otimizado de banco de dados. Os algoritmos de otimização internos são mais simples e levam menos tempo para executar instruções da CPU. Acessando dados em memória, reduz-se a atividade de leitura de I/O ao consultar dados, fornecendo um desempenho mais rápido e mais previsível, quando comparado ao acesso em disco [1].

Em aplicações onde o tempo de resposta é crítico, tais como equipamentos de redes de telecomunicações e redes móveis, bancos de dados da memória principal são frequentemente utilizados.

Já foi afirmado que o uso da tecnologia de “Banco de Dados In-Memory” pode rodar em hardware HP, Dell, Oracle, IBM, Teradata, EMC, ou seja, em muitas tecnologias disponíveis atualmente no mercado.

A tendência desse novo conceito é levar as empresas a acessarem e a manipularem seus dados em tempo real, de maneira diferente, sem a necessidade de amostragem.

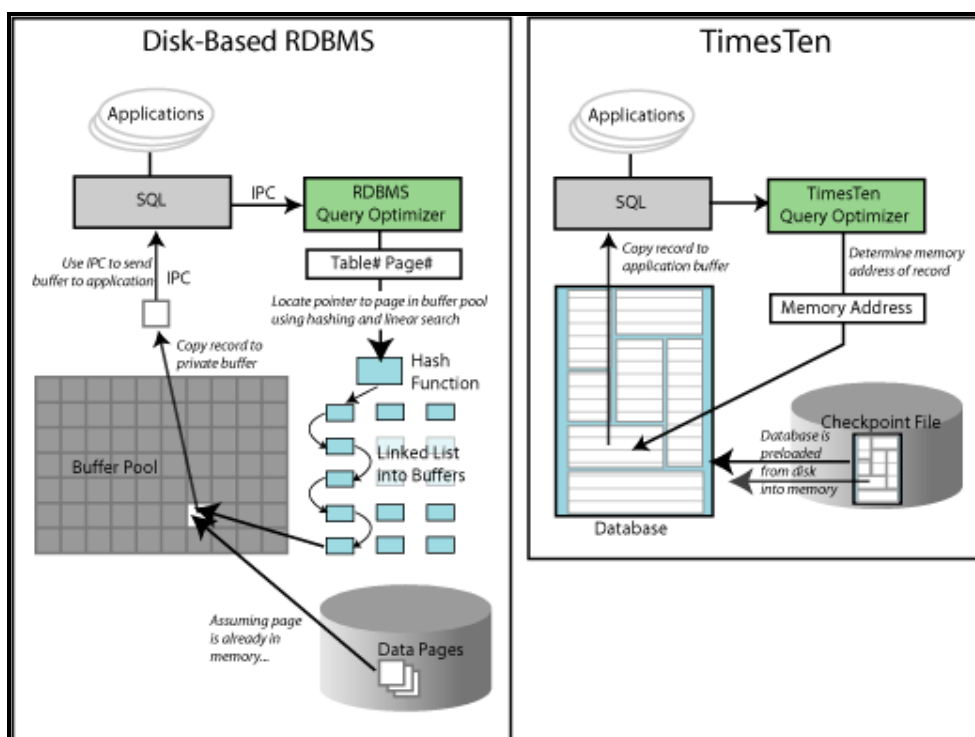


Figura 1. A imagem mostra como é feito o processo baseado na aplicação TimesTen da Oracle [2].

A aplicação TimesTen da Oracle é um banco de dados relacional com memória otimizada, que fornece tempo de resposta muito baixo e *throughput* (rendimento) muito alto a sistemas com desempenho crítico. Ele foi projetado para ser executado na camada de aplicativos, próximo aos aplicativos, e, opcionalmente, no processo com os aplicativos. Um banco de dados TimeTen pode ser usado como um banco de dados de registro e/ou como um armazenamento em cache de um banco de dados Oracle [3].

Referências

[1] REZENDE, Frederico. Tecnologia In Memory para Banco de Dados, 15 janeiro de 2013. <http://itweb.com.br/blogs/tecnologia-in-memory-para-bancos-de-dados/> Acesso em: 20/SET/2013.

[2] In-Memory Database Cache Introduction. http://docs.oracle.com/cd/E13085_01/doc/timesten.1121/e14261/overview.htm Acesso em: 17/SET/2013.

[3] Desempenho extremo através do Oracle TimesTen In-Memory Database. Um artigo da Oracle, julho de 2009. Parte do artigo disponível em:

http://olhardigital.uol.com.br/noticia/um_novo_metodo_para_acelerar_o_banco_de_dados/
16160 Acesso em: 17/SET/2013.

IMPLEMENTAÇÃO DE UM *FRAMEWORK* PARA SIMULAÇÃO DE APLICAÇÕES ADAPTATIVAS

Frederico Manoel Bertoluci REIS¹, Almir Rogerio CAMOLESI²

¹Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA, Assis, SP

²Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA, Assis, SP

fred_bertoluci@hotmail.com, camolesi@femanet.com.br

O trabalho apresentado neste resumo consiste na implementação de parte do gerador de ambientes para a especificação, simulação, verificação e obtenção automática de aplicações modeladas com base em dispositivos adaptativos dirigidos por regras, proposto por Camolesi [1]. O gerador é fundamentado em conceitos de Tecnologia Adaptativa e permite a definição de dispositivos adaptativos dirigidos por regras [2].

O objetivo principal deste trabalho foi a obtenção de um framework para possibilitar simulações de dispositivos não adaptativos, funcionando com uma camada adaptativa adjacente, de forma a ajudar nos estudos e coletas de dados para análise e avaliação dos resultados da simulação realizada. Como base para este trabalho, foi utilizado o Modelo Lógico para representação de dispositivos adaptativos propostos em [1]. Tal modelo tem por objetivo mapear dispositivos dirigidos por regras. Com este modelo, foi possível criar um framework para simulação de Autômatos Finitos Determinísticos Adaptativos (AFD_{Adp}).

Para essa simulação do AFD_{Adp}, faz-se necessário escolher o dispositivo mapeado para a simulação. Após essa etapa, o framework solicitará que se informe a cadeia de entrada e, na sequência, a simulação da aplicação inicia-se. Com os dados obtidos por tal simulação, o especialista pode fazer análises e correções necessárias em seu projeto, além de testá-lo em condições adversas. Por meio dos resultados gerados, o especialista poderá melhorar a sua aplicação ou fazer correções. Além desses pontos, o framework permitirá testar a existência de mais de uma função adaptativa, podendo ser ela anterior à execução das regras do dispositivo ou posterior às mesmas.

Para a criação do framework, foi utilizado o ambiente de desenvolvimento Microsoft Visual Studio (MVS) 2010 [3]. Para o armazenamento dos dados, utilizou-se o Microsoft SQL Server e, para realizar a conexão com a base de dados e persistência dos dados do Modelo Lógico [1], foi utilizado o Microsoft Data Entity Framework. O framework adaptativo foi codificado na linguagem C#, utilizando-se dos conceitos de orientação a objetos.

Como resultado deste trabalho, foi obtido um framework para simulação de AFD, que pode ajudar no desenvolvimento do gerador de ambientes proposto em [1]. Tal ferramenta auxilia as pesquisas futuras nessa área, já que não existem muitas ferramentas para simulação de aplicações desenvolvidas com base em conceitos de tecnologia adaptativa.

Conclui-se que as linguagens para desenvolvimento de aplicativos de software direcionados para os dispositivos adaptativos são fundamentais para atender à necessidade de especialistas, que poderá melhorar ou detectar erros ou falhas nos projetos antes de realmente os colocá-los em prática.

Como trabalhos futuros sugere-se a instanciiação do framework adaptativo, desenvolvido para outros formalismos (Redes de Petri, Gramáticas, etc..) e a construção de uma ferramenta gráfica para dar suporte à modelagem de aplicações adaptativas.

Referências

- [1] CAMOLESI, A.R. **Proposta de um gerador de ambientes para a modelagem de aplicações usando Tecnologia Adaptativa**. Tese de Doutorado, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- [2] NETO, J. J. **Adaptive Rule-Driven Devices - General Formulation and Case Study. Lecture Notes in Computer Science**. Watson, B.W. and Wood, D. (Eds.): **Implementation and Application of Automata 6th International Conference**, CIAA 2001, Springer-Verlag, Vol.2494, pp. 234-250, Pretoria, South Africa, July 23-25, 2001.
- [3] ROBINSON, S., NAGEL, C., GLYNN, J., SKINNER, M., WATSON, K. e EVJEN, B. **Professional C#**, Third Edition. Indianapolis, IN, EUA, 204

MINERAÇÃO DE DADOS NA BASE DO SISTEMA REDECA

Gleice Ebili JUSTE¹, Almir Rogério CAMOLESI²

¹IMESA-FEMA, Assis, SP

²IMESA-FEMA, Assis, SP

glejuste@hotmail.com, camolesi@femanet.com.br

Para se tornarem realidade em todo o Brasil, os princípios e objetivos estabelecidos no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA -, muitos obstáculos ainda precisam ser removidos. Entre os mais importantes, está a ausência de diagnósticos mais completos e detalhados sobre as realidades locais que fundamentem a formulação de políticas consistentes. Para mobilizar forças e a articulação entre o Estado e a Sociedade Civil em busca de melhorias das condições de vida das crianças e dos adolescentes, faz-se necessário um bom diagnóstico que revele como os problemas se manifestam em cada contexto [1].

Este trabalho tem por objetivo realizar um estudo dos conceitos de Mineração de Dados e propor sua aplicação na base de dados do sistema REDECA¹, para auxiliar no diagnóstico da realidade da criança e do adolescente da cidade de Assis/SP. Nesse contexto, os conceitos de Mineração de Dados aplicados na base de dados do REDECA tendem a beneficiar o conselho, instituições envolvidas, associações e empresas que atuam na área e possibilitarão acesso a informações específicas para uma determinada situação. Tais informações podem servir de base para a tomada de decisões e o planejamento estratégico das mesmas, contribuindo, assim, com o crescimento dos envolvidos. Sendo assim, serão aplicadas na base de dados do REDECA, as três principais etapas do processo de mineração: pré-processamento, que tem por objetivo selecionar, tratar e transformar os dados; mineração de dados, onde os dados tratados receberão a aplicação de técnicas de mineração e; pós-processamento, que é a análise dos padrões obtidos após a aplicação da mineração de dados. Para aplicação da mineração de dados, será utilizada a ferramenta Weka (*Waikato Environment for Knowledge Analysis*), pois é uma ferramenta livre que oferece uma série de algoritmos para as tarefas de mineração os quais podem ser aplicados diretamente da ferramenta ou por programas em Java [2].

O REDECA, um sistema Web desenvolvido na linguagem PHP, utiliza o banco de dados MySQL. Tal sistema é livre e tem por objetivo unificar e permitir o acesso dos atores do SGDCA aos registros de atendimentos de crianças e adolescentes realizados no município e, por ser um sistema livre, pode ser adaptado de acordo com a necessidade local.

Em Assis, o REDECA está em funcionamento desde 2010 em, ao menos, 16 instituições, e possui mais de 24 mil pessoas cadastradas, desde crianças, adolescentes e familiares de crianças e adolescentes atendidos no município.

1. <http://www.redeca.org.br/>

Inicialmente, foi realizado o processo de aplicação de descoberta de conhecimento na base de dados do REDECA. Para a etapa de pré-processamento, foi necessário realizar um estudo do Sistema, a fim de conhecer seu funcionamento e sua estrutura de dados. Dessa primeira etapa, as tarefas de seleção e limpeza de dados já foram concluídas. Durante a execução dessa primeira etapa, foram detectados muitos dados com ruídos e dados incompletos, o que dificultou a conclusão desta etapa.

Atualmente, a fase de modelagem dos dados já está concluída. Os dados foram modelados e armazenados para a aplicação da mineração. Para realizar essa modelagem, inicialmente foram identificados, nas diversas áreas do REDECA, quais os campos mais relevantes, por exemplo: escola, serie, se frequenta a escola, se é usuário de drogas, se está com vacinação em dia, condições de moradia entre outros. Foram descartados campos não relevantes para mineração ou campos que não foram preenchidos em nenhum registro, como por exemplo, nome, número de documentos como RG, CPF, data de falecimento, telefone entre outros. Após a identificação dos campos a serem modelados, foi realizado o processo de eliminação de chaves estrangeiras, pois será trabalhado somente com dados qualitativos de texto.

Até o momento, foram abordados os conceitos de descoberta de conhecimento, técnicas de mineração de dados, ferramentas para sua aplicação e estudo na base de dados do REDECA. Com os trabalhos desenvolvidos, já foi possível identificar as principais áreas do sistema REDECA e, dentro destas, os principais campos que foram tratados e modelados. Também foram constatados muitos dados com ruídos e muitos registros incompletos. Por esse motivo, cogitou-se em preservar a base de dados original e trabalhar com dados aleatórios, já que mais de 50% dos dados não foram preenchidos. Ou então, trabalhar com as duas bases de dados, a original e a base de dados gerada aleatoriamente, para comparar e demonstrar para os usuários do Sistema REDECA a importância de se cadastrar e manter atualizadas as informações referentes à criança e ao adolescente.

No momento, está sendo feito, em fase de finalização, um estudo das técnicas de mineração e uma análise, para identificar quais técnicas deverão ser aplicadas. Então, finalmente será realizada a última etapa, isto é, a interpretação dos padrões descobertos com previsão de término no fim deste mês.

Referências

[1]RIBAS JUNIOR, Fábio et al.. **Conhecer para transformar**: Guia para diagnóstico e formulação da política municipal de proteção integral das crianças e adolescentes. São Paulo: Fundação Telefônica, 2011. 332 p.

[2]CAMILO, Cássio Oliveira; SILVA, João Carlos da. **Mineração de Dados**: Conceitos, Tarefas, Métodos e Ferramentas. Goiânia: Ufg, 2009.

[3]XAVIER, Ana Lúcia Pintar et al.. **Rede Ciranda**: Desenhando novos caminhos para o trabalho social com crianças e adolescentes. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. 204 p.

DESENVOLVIMENTO DE *DATA WAREHOUSE* COM APLICAÇÃO GERENCIAL E COMERCIAL

Paulo Roberto Sabino NAGAYE ¹, Marisa Atsuko NITTO ²

¹Fundação Educacional do Município de Assis – Assis – SP

²Fundação Educacional do Município de Assis – Assis – SP

paulo.nagaye@gmail.com, mnitto@femanet.com.br

O objetivo do projeto é desenvolver um Data Warehouse (DW) utilizando tecnologias Java com a finalidade de suprir as necessidades posteriores à informatização de uma empresa de médio e grande porte, tendo em vista que, com o decorrer de seu crescimento e o aumento do volume de vendas ou transações, ela passa a ter a necessidade de obter sistemas de controle empresarial destinados ao seu ramo de atuação no mercado. Com esses novos sistemas que irão abranger a quase todos os departamentos da empresa, ela consegue se consolidar como uma empresa que controla bem seus processos internos e externos e que interage com os clientes, fornecedores e parceiros de negócio. Para ilustração do funcionamento de todo o processo de construção de um DW, será utilizado como estudo de caso o faturamento de uma empresa fictícia com as seguintes definições de projeto:

- Manter o histórico de vendas da empresa;
- Consultar a soma das vendas;
- Consultar a média de vendas em valor total;
- Consultar os produtos mais vendidos em determinado período.

A ascendente competitividade no mercado corporativo está levando as empresas à tomada de decisões mais rápidas, em busca de resultados precisos em um curto espaço de tempo oferecido. A Tecnologia da Informação (TI) é vista com bons olhos nesse quesito e tem operado como uma ferramenta estratégica central e bem mais valiosa nas organizações. Porém, a quantidade de informações disponíveis dentro das organizações chegou a um patamar em que, o uso correto desta informação, depende do real entendimento sobre como se dá o processo de tomada de decisões organizacionais. Uma das principais ferramentas que constituem a nova geração de Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) é o Data Warehouse (DW), um banco de dados específico para propósitos gerenciais e estratégicos (ZIULKOSKI, 2003). A figura 1 mostra a estrutura interna de um *Data Warehouse*.



Figura 1 – Estrutura interna do DW (HOKAMA et al, 2004)

Um Data Warehouse é utilizado para armazenar informações relativas às atividades de uma organização de forma consolidada. O desenho da base de dados favorece os relatórios, a análise de grandes volumes de dados e a obtenção de informações estratégicas, que podem facilitar a tomada de decisão. E de acordo com Kimbal (1996), Data Warehouse é o lugar onde as pessoas podem acessar os seus dados.

No ambiente de Data Warehouse, os dados são inicialmente extraídos de sistemas operacionais e de fontes externas, posteriormente integrados e transformados (limpos, eliminados, combinados, validados, consolidados, agregados e sumarizados), antes de serem carregados no Data Warehouse. Finalmente, os usuários acessam o DW através de ferramentas de *front-end* ou aplicações, submetendo suas consultas de modo a obterem informações que permitam a tomada de decisões.

O modelo do ambiente Data Warehouse utilizado no desenvolvimento do projeto é apresentado na figura 2.



Figura 2 – Ambiente Data Warehouse (HOKAMA et al, 2004)

O desenvolvimento deste projeto tem grande relevância, tendo em vista que o uso da informação é o diferencial competitivo das organizações atualmente e, que os dados do ambiente operacional, até então muito frequentes, estão se tornando demasiados e imprecisos para os responsáveis por tomar as decisões em uma organização.

Referências

HOKAMA, D.D.B.; CAMARGO, D.; FUJITA, F. e FOGLIENE, J.L.V.: **A Modelagem de Dados no Ambiente Data Warehouse**, Trabalho de Graduação, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2004.

KIMBALL, R.: **Data Warehouse Toolkit**. São Paulo: Makron Books, 1996.

ZIULKOSKI, L.C.C. **Coleta de Requisitos e Modelagem de Dados para Data Warehouse; um Estudo de Caso utilizando Técnicas de Aquisição de Conhecimento**, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

COMPUTAÇÃO DE ALTO DESEMPENHO UTILIZANDO *CLUSTER* DE COMPUTADORES

Werner Anobile SCHWARZ¹, Fábio Eder CARDOSO²

¹Laboratório de Rede de Computadores – FEMA

² Laboratório de Rede de Computadores – FEMA

anobile@outlook.com, fabioeder.professor@gmail.com

A crescente demanda por poder de processamento sempre foi um grande desafio na informática. Apesar de, com o passar dos anos, ter sido possível aumentar consideravelmente a velocidade dos processadores, há limitações técnicas que impedem que este aumento siga, indefinidamente, utilizando-se da tecnologia atual.

Uma solução para esse problema é organizar algumas máquinas de forma a fazê-las executar tarefas em conjunto, somando seu poder computacional. Os multicomputadores, também conhecidos como aglomerados de computadores ou *clusters* são computadores completos, cada qual com seu processador, memória e placa de rede, conectados entre si. Por não necessitar de hardwares específicos para sua construção, “diversas instituições científicas possuem *clusters* com um porte e poder computacional razoável, com um número de computadores variando desde dois até milhares de nós” [1].

Existem diversas tecnologias para conectar um computador a outro, formando um *cluster*, dentre elas: *cluster* de alta disponibilidade, *cluster* de alto desempenho e de balanceamento de carga. De acordo com a quantidade de nós a serem utilizados, algumas alternativas tornam-se mais eficientes.

A característica fundamental de um *cluster* é o uso de computadores interconectados em rede onde se aproveita o poder de processamento de cada nó conectado. O sistema operacional utilizado por este modelo apresenta-se como único sistema, onde os nós escravos se conectam a um computador central conhecido como nó mestre. Outro fator extremamente importante está em relação ao custo operacional baixo que esse modelo prevê. Assim, a viabilidade para a sua implementação torna-se um fator positivo.

O padrão de *cluster* de alto desempenho mais utilizado é o *Beowulf*, caracterizado, em sua implementação, pelo uso de ferramentas livres como Unix FreeBSD e algumas versões do Linux [1]. Nesses sistemas operacionais, são instaladas também interfaces de passagens de mensagens, como MPI – *Message-Passing Interface* [2], que servem para que todas as máquinas que formam o *cluster* se comuniquem.

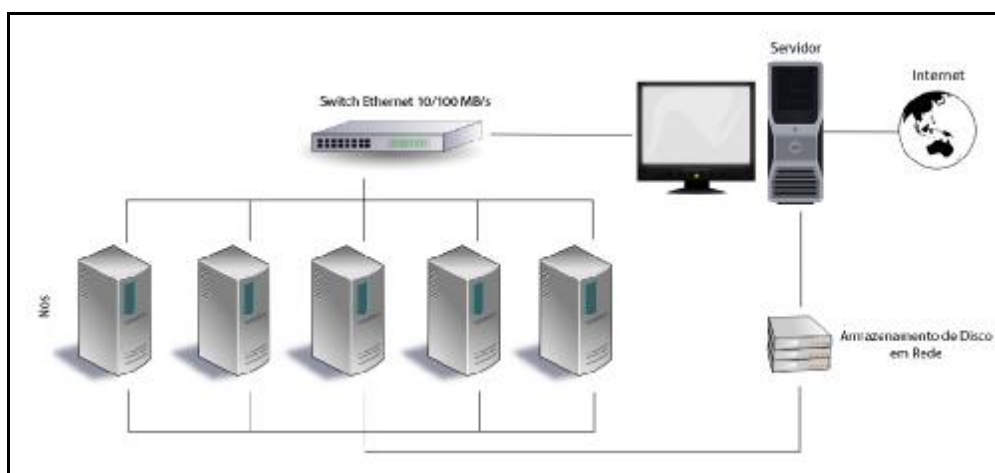


Figura 1 – Modelo de Cluster Beowulf [1]

Este trabalho apresenta um projeto sobre *cluster* de computadores de alto desempenho, utilizando, como sistema operacional, o GNU/Linux Debian juntamente com a extensão openMosix, capaz de, através do balanceamento dinâmico de carga e da migração preemptiva de processos, fazer com que os nós do *cluster* comportem-se como um único supercomputador.

O balanceamento de carga verifica continuamente a carga de processos presentes em todos os nós, redistribuindo-os para que haja equilíbrio, evitando nós sobrecarregados e ociosos. Com a migração preemptiva de processos, o sistema é capaz de detectar qual nó possui recursos disponíveis a serem utilizados e envia os processos para esse nó, aproveitando, da melhor maneira possível, todo o recurso computacional do *cluster* [1].

Com a implementação de um *cluster* no Laboratório de Redes da FEMA, será possível fazer comparativos entre seu poder de processamento e o dos componentes individuais de cada nó, demonstrando, assim, a eficiência do *cluster*.

A construção de um *cluster* de computadores envolve diversas tecnologias de *hardware* e *software* amplamente difundidas em nossos dias. Pesquisar a respeito dessas tecnologias, agregando-as em um projeto voltado ao alto desempenho computacional, abre novos horizontes a todos os interessados, servindo de estímulo ao desenvolvimento de novas tecnologias e maneiras de utilizar as já existentes.

Referências

[1] PITANGA, Marcos. **Construindo Supercomputadores com Linux**. 3 ed.. Rio de Janeiro: Editora Brasport, 2008.

[2] GROPP, Willian; LUSK, Ewing; SKJELLUM, Anthony. **Using MPI Portable Parallel Programming with the Message-Passing Interface**. 2 ed. Massachusetts: MIT, 1999.

SISTEMA PORTAL DO CLIENTE COM JAAS

José Gustavo Costa SCARABELO

Assis-SP

zegustavo@gmail.com

Este trabalho tem o principal objetivo integrar um sistema ERP *desktop* com um portal *web* desenvolvido em Java, utilizando a API Jaas de segurança.

Java Authentication and Authorization Service, ou JAAS, é um conjunto de APIs padrão do Java usado para dar segurança às aplicações. O JAAS é responsável pela:

- Autenticação: validação de usuário/senha, ou seja, login do usuário no sistema.
- Autorização: verificação se existe um usuário autenticado e com as devidas permissões para acessar determinado recurso protegido do sistema, como uma tela, diretório, arquivo, etc.

Com JAAS, os controles de acesso ficam desacoplados do sistema que se está desenvolvendo, ou seja, a responsabilidade da autorização fica a cargo da API. As configurações de acesso e seus perfis são feitas de forma declarativa no descritor da aplicação, no arquivo “web.xml”.

A vantagem de se utilizar JAAS em suas aplicações é que se economiza tempo e dinheiro, pois não é preciso criar mecanismos de segurança do zero para cada sistema desenvolvido. Além disso, ganha-se por estar utilizando uma API padrão de mercado, com baixa curva de aprendizado, conhecido por milhares de programadores, testado e aprovado por especialistas em segurança. O JAAS é nativo da plataforma Java e todos *containers web* o implementam, por isso não é necessário baixar nenhuma biblioteca para usá-lo.[1]

Podemos concluir que, para minimizar a probabilidade de falhas de segurança causadas por erro de programação, os desenvolvedores Java devem aderir às diretrizes recomendadas de codificação e às orientações para segurança do *software*. Assim, utilizando uma API de segurança padrão do Java, o *software* fica seguro

Referências

- [1] ANDRADE, Thiago Faria de. **Desenvolvimento Web com JavaServer Faces**, Uberlândia-MG: Editora: Algoworks Ltda, 2010.

AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADAS AO ENSINO DE INGLÊS TÉCNICO

Gustavo José dos SANTOS¹, Elaine Carneiro Domingues SANT'ANNA²

¹Fema/IMESA – Assis – SP

²Fema/IMESA – Assis – SP

gujosantos@yahoo.com.br, elainesantanna@femanet.com.br

Em 2008, devido ao grande fluxo de telefones móveis e demais objetos eletrônicos usados por alunos nas escolas, criou-se uma Lei, diretamente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, proibindo a utilização dos mesmos em salas de aula.

Em contrapartida, segundo reportagem da revista **Exame**, da Editora Abril (28/08/2013), o Brasil encontra-se em destaque com uma elevação comercial de 110%, no que se refere à venda de smartphones, ganhando assim posição de destaque no setor, em relação mundial.

Esse aumento nas vendas se deve, dentre outros fatores, ao desenvolvimento rápido tanto em questão dos *hardwares* quanto *softwares* desses aparelhos. Tal avanço tornou possível a produção, em grande escala, de uma variedade de aplicativos para as mais diferentes áreas. Esses aplicativos, hoje, podem ser encontrados em lojas virtuais já presentes nos *softwares*.

Essas constatações relativas ao grande número de vendas, do avanço tecnológico incluindo a área dos aplicativos, e da facilidade de se obter esses *softwares* em um simples aparelho *mobile* motivou diversos profissionais, acadêmicos e estudantes a iniciarem pesquisas relacionadas à utilização dessas plataformas *mobile* no ensino/aprendizado das diferentes áreas da Educação.

Frente a essa realidade, esta pesquisa bibliográfica investiga a existência de material que abranja a interface Ensino/Aprendizagem de Língua Inglesa para estrangeiros e Tecnologias Móvel. Mais restritamente, procura refletir sobre um aplicativo específico para auxiliar o ensino/aprendizado de Inglês Técnico a alunos que terminam o Ensino Médio e iniciam um curso superior na área da tecnologia. Seria conveniente e possível o desenvolvimento de um aplicativo mais completo que pudesse cobrir o conteúdo desenvolvido em um ano letivo desses cursos? Um aplicativo como esse contribuiria com a motivação para o ensino/aprendizado da língua estrangeira em questão?

Frente a esses problemas acima apresentados, temos como principal objetivo deste trabalho, a pesquisa referente às várias ferramentas de utilização *mobile* e tecnológicas no ensino/aprendizado em um âmbito geral e, mais especificamente, a busca por ferramentas específicas para o inglês técnico, a investigação da motivação dos alunos e, ainda, a investigação do nível de língua inglesa mais apropriada para ser alvo de um aplicativo a ser desenvolvido.

Com esse objetivo esperamos poder investigar/analisar a bibliografia e ferramentas já existentes e, ainda, pensar e propor uma ferramenta e um conteúdo que poderia ser útil nos estudos do inglês técnico, ferramenta essa mais específica que iria ao encontro daquilo que os alunos que deixam o ensino médio e iniciam uma universidade necessitam para terem mais motivação ao estudo dessa área, atingindo assim os objetivos acadêmicos e profissionais.

Referências

[1] ANTONIO, José Carlos. Uso pedagógico do telefone móvel (Celular), **Professor Digital**, SBO, 13 jan. 2010. Disponível em: <<http://professordigital.wordpress.com/2010/01/13/uso-pedagogico-do-telefone-movel-celular/>>. Acesso em: 27 de Agosto de 2013.

[2] GODOY, Dicléa Teixeira; SUZUKI, Clara Kiyoi **Tecnologia e Ensino da Língua Inglesa: Das Propostas do Estado ao Cotidiano da Sala de Aula do Ensino Fundamental na Escola Pública do Paraná** Professor Digital, SBO, 13 jan. 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1537-8.pdf> Acesso em: 06 de Março de 2013.

[3] MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2007. **Desafios na comunicação pessoal**. 3ª ed. revista. São Paulo: Paulinas, 2007.

[4] SILVA, Adriana da. **EDUCACIONAL WEB BLOGS: THE USE OF NEW TECHNOLOGIES IN TEACHING**, 2007 Disponível em: <http://www.ufpe.br/nehete/hipertexto2007/anais/ANAIS/Art04_%20Silva-Adriana%20da.swf>

[5] UNESCO, **Policy guidelines for mobile learning**, 2007 Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002196/219641e.pdf>>. Acesso em: 28 de Agosto de 2013.

[6] VALENTE, J.A. (1993). **Formação de Profissionais na Área de Informática em Educação**. Em J.A. Valente, (org.) **Computadores e Conhecimento: repensando a educação**. Primeira edição, Campinas: NIED . UNICAMP, pp. 114-134.

[7] VALENTE, J.A. (1999). **O computador na sociedade do conhecimento** (org.) Primeira edição, SP-UNICAMP/NIED-156p.

GERA-JAVA: UMA FERRAMENTA PARA GERAÇÃO AUTOMÁTICA DE CÓDIGO

Luiz Carlos BEGOSSO¹, Lucas Pompeo Pontes SPINELLI²

¹Fundação Educacional do Município Assis

²Fundação Educacional do Município Assis

begosso@gmail.com, lucas_pontes7@hotmail.com

Objetivos

O presente trabalho tem por objetivo geral desenvolver um *framework* para a geração automática de código denominado Gera-Java. Como objetivo específico, o gerador automático de código agilizará o processo de desenvolvimento de *software*, produzindo código-fonte para os módulos CRUD (*Create, Read, Update e Delete*), relatórios, consultas simples, consultas avançadas, menu principal e tabelas no banco de dados.

Em consonância ao que destaca França e Staa (2001), o gerador de código Gera-Java agiliza o processo de desenvolvimento de *software* eliminando o tempo gasto com funções repetidas, códigos desnecessários e falta de padronização.

Métodos/Procedimentos

Para a implementação do Gera-Java, utilizou-se a linguagem de programação Java e o *Java Server Faces* (JSF), para a construção das interfaces de usuário para aplicações Web. O ambiente de desenvolvimento da aplicação foi o *NetBeans*.

Em relação ao mapeamento dos dados objeto-relacional utilizou-se o *framework Hibernate*.

Resultados

O Gera-Java apresenta o seguinte funcionamento: a tela geradora de código é apresentada ao usuário e este deve informar o nome da classe desejada. Após o cadastro da classe, o sistema gera uma *datatable* com um atributo padrão da classe gerada, o código. Novos atributos podem ser cadastrados, alterados e removidos para a classe criada. Em relação ao cadastro de atributos, estes possuem as seguintes características: nome no banco, nome do atributo, tipo, tamanho, obrigatório, etc. Uma vez que a classe foi gerada o usuário será redirecionado para uma página de menu com as classes e atributos já cadastrados para aquele projeto. Em seguida, o usuário poderá cadastrar mais classes e objetos, construir o relacionamento e, assim, gerar a tela JSF.

Conclusões

Esse trabalho apresentou o desenvolvimento do gerador automático de código, o Gera-Java. O gerador tem por objetivo contribuir com o processo de desenvolvimento de sistemas.

Acredita-se que o Gera-Java não sanará todas as dificuldades enfrentadas pela área de desenvolvimento de *software*; espera-se, porém, que este trabalho possa contribuir para a melhoria da qualidade e padronização do código gerado e também para o favorecimento na produtividade do desenvolvedor.

Referências

FRANÇA, L.; STAA, A. **Geradores de Artefatos**: Implementação e Instanciação de frameworks. Simpósio Brasileiro de Engenharia de Software, 15. SBC, 2001, p. 302-315.

PROJETO DOMÓTICO PARA AMBIENTES INTELIGENTES BASEADO NAS TECNOLOGIAS ARDUINO E GOOGLE ANDROID

Pedro Vicente Prata FAZANO Jr¹, Guilherme de Cleve FARTO²

¹Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA) Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/SP (Brasil)

²Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA) Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) – Assis/SP (Brasil)

pedrofazano@yahoo.com.br, guilherme_computacao@yahoo.com.br

O objetivo geral deste trabalho é pesquisar e compreender os conceitos da domótica, fazendo-se uso da plataforma *Arduino* para o gerenciamento dos sensores e atuadores e da tecnologia *Google Android* para a comunicação com o ambiente residencial inteligente, com a finalidade de modelar e construir um protótipo miniaturizado de um projeto domótico de baixo custo, alto poder computacional, fácil interatividade e gerenciado por dispositivos móveis, como *smartphones* e *tablets*.

Arduino é uma plataforma *open-source* de prototipagem eletrônica, que engloba *hardware* e *software*, e possui como características principais os conceitos de flexibilidade, fácil utilização e amplas possibilidades para implementação de dispositivos e componentes eletrônicos [1].

O *Android* é uma plataforma para implementação de aplicações móveis de código-aberto, criadas inicialmente pela Google, porém atualmente mantida pela *Open Handset Alliance* (OHA), grupo este formado por mais de trinta empresas unidas com o objetivo de inovar e acelerar o desenvolvimento de aplicações e serviços para dispositivos móveis, principalmente no contexto de TI e telefonia [2].

Devido à grande necessidade de segurança e conforto das pessoas em suas residências, a domótica estabelece-se como uma ótima opção, fornecendo mecanismos de gestão inteligente de uma residência, escritório e quaisquer ambientes que podem ser automatizados e gerenciados por sensores e atuadores.

Além de possibilitar mais segurança e conforto, a domótica também visa ao auxílio e à execução de tarefas na vida de muitas pessoas, inclusive e principalmente para indivíduos portadores de deficiência física e mental, assim como idosos, objetivando facilitar a interação com ambientes de uma forma mais independente e cômoda, contribuindo diretamente para uma vida mais saudável e tranquila para aqueles que já não dispõem de tanta capacidade motora e mental [3].

Atualmente, a domótica vem crescendo muito no mercado juntamente com as oportunidades nessa área, porém a maioria dos serviços existentes é de alto custo, inviabilizando o acesso a essa tecnologia para pessoas de baixa renda.

A solução desenvolvida é composta em duas partes: a física, que se configura na maquete com o circuito ligado aos sensores e atuadores e gerenciados pelo programa carregado no *Arduino*; e a móvel, que consiste no aplicativo para dispositivos *Android*. A comunicação entre a parte física e a parte móvel é feita por requisições HTTP com JSON por meio de WiFi, conforme ilustrado na Figura 1:

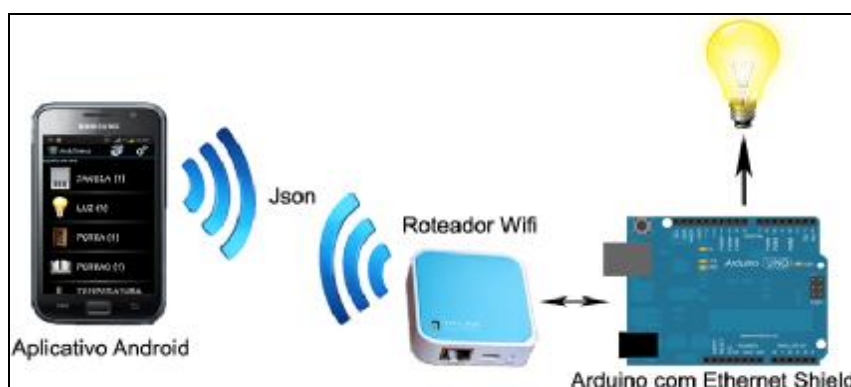


Figura 1 – Arquitetura simplificada das tecnologias utilizadas

O desenvolvimento deste trabalho consiste no fato de a domótica ser um tema que está em constante crescimento e que engloba diversas tecnologias. No entanto, há poucos trabalhos científicos e técnicos abordando o desenvolvimento de projetos eletrônicos residenciais integrados a dispositivos móveis.

Referências

- [1] BANZI, Massimo. **Primeiros passos com o Arduino**. 1. Ed. São Paulo: Novatec, 2012.
- [2] LECHETA, Ricardo R. **Google Android - Aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com o Android SDK**. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2010.
- [3] BOLZANI, Caio Augustus Moraes. **Residências Inteligentes: Domótica; Redes Domésticas; Automação Residencial**. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2004.

DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES *STICKER* PARA TV DIGITAL

Rafael Sebatião BERNINI

Fundação Educacional do Município de Assis. IMESA - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis

rsbernini@gmail.com, rafaelbernini@hotmail.com

Uma das principais finalidades da TV Digital é criar uma ferramenta que seja interativa e intuitiva, de maneira que se possa usufruir de todos seus recursos, levando em conta toda a massa televisiva. Dessa forma, um usuário de TV Digital passa a ter facilidade ao se utilizar de uma aplicação a partir de um simples controle remoto e, através desse dispositivo, terá acesso a imagens e som de excelente qualidade, tendo como foco, receber informações de um modo mais rápido, cômodo e dinâmico, como usuário de TV Digital.

Com a posição atual do Brasil no *ranking* de ensino e aprendizagem, o acesso à informação ainda é bastante restrito e torna essencial criar algo que seja educativo. Objetiva-se que esta aplicação seja educacional e também possa atingir a todas as pessoas conectadas a esse mundo de TV Digital, que é uma evolução da comunicação audiovisual, sendo manipulada em tempo real através de um controle remoto na própria televisão.

Referências

ABRÃO, I.C; BARRÉRE, E. e TEIXEIRA, C.A. **Ambiente para Intercâmbio de Objetos Multimídia: Aspectos Computacionais.**

BARBOSA, S. D. J. e SOARES, L. F. G. **Tutorial: TV Digital Interativa se faz com Ginga:** fundamentos, padrões, autoria declarativa e usabilidade.

CAMOLESI, A.R. **Uma metodologia para o Design de Serviços de TV-Interativa.** Dissertação de Mestrado, PPG-CC, UFSCar, 2000.F

SOARES, L. F. G.; BARBOSA, S. D. J. **Programando em NCL – Desenvolvimento de aplicações para middleware ginga, TV Digital e web.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2009. 360p.



QUÍMICA

VERIFICAÇÃO DE ADULTERAÇÃO, NO LEITE PASTEURIZADO TIPO A, B e C COMERCIALIZADO NA CIDADE DE ASSIS-SP

Gabriel Bedinotte e SILVA

Fundação Educacional do Município de Assis - Assis-SP

gabrielbedinotte@hotmail.com

Define-se leite, como a secreção das glândulas mamárias dos animais mamíferos. Esse produto é utilizado como alimento básico na dieta humana em todas as faixas etárias, principalmente por ser um dos produtos mais completos do ponto de vista nutricional. Possui alta digestibilidade, indiscutível valor biológico e excelente fonte de proteína e cálcio, contendo teores elevados de tiamina, niacina e magnésio [1]. Há uma crescente preocupação dos consumidores com a saúde e com a qualidade dos alimentos, fazendo com que o governo defina uma estratégia de segurança alimentar que estimule os produtores e empresários a implantar sistemas de controle de qualidade que permitam fazer o rastreamento do produto alimentar desde a sua produção até a chegada ao consumidor, isto é, ao longo da cadeia produtiva [2]. Essa informação não é diferente, se relacionada com a produção e venda de leite, nas quais devemos tomar todos os cuidados necessários relacionados à higiene, que está diretamente ligada à saúde dos consumidores.

O objetivo deste trabalho foi verificar se houve adulteração e fraude em amostras de leite pasteurizado integral tipo A, B e C, comercializados na cidade de Assis-SP. Foram analisadas 25 amostras durante 5 meses. Em todas, foram realizados os exames: crioscopia digital, densidade, pH, gordura, acidez em °Dornic e o teste de lacto sedimentação. Os resultados foram comparados aos padrões da legislação vigente no Brasil, Instrução Normativa nº 51 de 18 de setembro de 2002. Dos 25 lotes de leite analisados somente 12% obtiveram todos seus requisitos dentro dos padrões legais vigentes. As determinações de lacto-sedimentação e de crioscopia tiveram mais irregularidades nas análises realizadas. Conclui-se que é necessário melhorar o controle de qualidade da produção do leite pasteurizado consumido na cidade de Assis – SP.

Referências

[1]ROCHA, Luciana Sampaio Valões da. **Avaliação das características físico-químicas e microbiológicas do leite pasteurizado Tipo C, comercializado no Município de Maceió -AL**. 2009. 30 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Higiene e Inspeção de Produtos de Origem Animal – Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA, Pernambuco, Recife, 2009.

[2]SOUZA, Loiane Mayra Jacó de. **Trabalho de Conclusão do Curso Medicina Veterinária**. 2006. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Medicina Veterinária – UPIS Faculdades Integradas, Distrito Federal, Brasília, 2006.

DETERMINAÇÃO DO TEOR DE NITROGÊNIO, FÓSFORO E POTÁSSIO EM AMOSTRAS DE ÁGUA DE RIO SUBMETIDAS À LIXIVIAÇÃO DE FERTILIZANTES DE ÁREAS AGRÍCOLAS

Mayara Cardoso ALVES¹, Ms. Patrícia Cavani Marrtins de MELLO²

¹Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Assis, SP, Brasil

²Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Assis, SP, Brasil

ca_mayara@hotmail.com, patricia_cavani@hotmail.com

A qualidade dos ecossistemas aquáticos tem sido alterada devido à contaminação dos recursos hídricos e está intimamente relacionada às mais diversas atividades do homem. Cada uma dessas atividades gera poluentes característicos com determinada implicação na qualidade do corpo receptor [1]. A vulnerabilidade ou fragilidade ambiental está relacionada com a susceptibilidade de uma área em sofrer danos quando submetida a uma determinada ação, sendo, no caso em estudo, a ação do aporte de nutrientes num corpo d'água [2].

Este trabalho tem o objetivo de monitorar os valores de nitrogênio total (amônia, nitrito, nitrato e nitrogênio Kjeldahl), fósforo e potássio em um trecho do rio Jacu, que abastece cidades como Assis, Cândido Mota e Platina. As coletas foram feitas em três pontos ao longo do rio, durante os meses de agosto e setembro do ano presente. As técnicas de coleta e análise seguiram as normas do *Standard Methods For Water and Wastewater* [3], para os parâmetros fósforo total, nitrogênio total e potássio.

Segundo os dados obtidos até o momento, observou-se que os parâmetros de fósforo total, amônia, nitrito e nitrogênio Kjeldahl total, para as amostras coletadas nas cidades de Platina e Assis, estão dentro dos padrões estabelecidos pela resolução do CONAMA 357/2005 [4], para rios de classe 2. O ponto referente ao trecho do rio que corta a cidade de Cândido Mota apresentou teores de fósforo três vezes acima daqueles encontrados nas outras cidades. Em relação ao nitrogênio, nessa cidade os valores encontrados também ultrapassam os limites estabelecidos pela resolução do CONAMA [4].

Os resultados obtidos até o presente mostram que, em determinados pontos do trecho por onde passa o rio Jacu, é necessário atenção e fiscalização das autoridades municipais no estabelecimento de medidas que visem à segurança do ambiente aquático, à gestão ambiental dos recursos hídricos municipais de maneira mais adequada e ao direcionamento do uso da terra, no sentido de minimizar os possíveis impactos ambientais, de origem difusa, causados pela agricultura e pecuária, que cercam o local.

Referências

[1] PEREIRA, R. S. **Poluição hídrica: causas e consequências**. 2003. Disponível em: <<http://www.vetorial.net/~regissp/pol.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2011.

[2] FIGUEIRÊDO, M.C.B., TEIXEIRA, A.S., ARAÚJO, L.F.P., ROSA, M.F., PAULINO, W.D., MOTA, S., ARAÚJO, J.C. Avaliação da Vulnerabilidade Ambiental de Reservatórios à Eutrofização. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, vol. 12, n. 4, out. – dez, 2007, p. 399-409

[3] AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION (APHA). **Standard methods for the examination of water and wastewater**. 20. ed. Washington: American Public Health Association; AWWA; WPCF, 2005. 1569 p.

[4] **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Resolução nº 357, de 17 de Março de 2005. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 23 set. 2011.

PRODUÇÃO DE BIODIESEL UTILIZANDO ÓLEO DE FRITURA E APLICAÇÃO DO GLICEROL RESIDUAL NA PRODUÇÃO DE BIOFERTILIZANTE PARA CULTURA DA SOJA

Filipe Alves de OLIVEIRA¹, Gilcelene BRUZON²

¹Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA

²Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA

Filipe_alvesoliveira@hotmail.com, gilcebruzon@femanet.com.br

Introdução

O aproveitamento simultâneo de resíduos de diferentes processos pode ser uma alternativa para a preservação do meio ambiente [1]. A partir de óleo residual é possível produzir biodiesel e glicerol. A partir de esterco de frango é gerado um resíduo que pode ser utilizado como fertilizante [2], o qual pode ser enriquecido com a adição de outras fontes de nutrientes, como o glicerol. O biofertilizante, por sua vez, pode ser aplicado em diversas culturas [3], tornando-se interessante testar sua aplicação na cultura da soja, que é amplamente cultivada na região de Assis, sendo a principal matéria-prima para produção do óleo mais utilizado pela população.

Este trabalho tem como objetivo avaliar a influência da aplicação do biofertilizante contendo glicerol, subproduto da produção de biodiesel a partir de óleo residual, na cultura da soja e também a aplicação do biofertilizante (fase líquida) no solo, antes do plantio da soja e posterior aplicação foliar. Busca-se também quantificar os teores de macro e micronutrientes no solo antes e após a aplicação do biofertilizante. E, por fim, procura-se comparar o crescimento das plantas com e sem a adição do biofertilizante.

Materiais e Métodos

As etapas do trabalho foram: a produção do glicerol utilizando óleo residual de fritura (figura 1); preparo da cama de frango, pesagem e posterior fermentação por 30 dias para produção do biofertilizante (figura 2). Foi coletado solo da cidade de Cândido Mota e distribuído em recipientes plásticos (figura 3). Fez-se uma amostra testemunha. As sementes de soja foram semeadas no solo preparado com a adição do biofertilizante.



Figura 1 : Produção de glicerol a partir de óleo residual de fritura



Figura 2: Fermentação da cama de frango para produção de glicerol



Figura 3: Solo tratado distribuído em recipientes plásticos

Resultados

O trabalho está em fase de conclusão: diversas sementes germinaram; já é possível verificar que o solo tratado com biofertilizante apresentou germinação antes do solo sem o mesmo tratamento.

Referências

- [1] MEDEIROS, M. B.; LOPES, J. S, Biofertilizantes Líquidos e Sustentabilidade Agrícola. **Revista Bahia Agrícola**, v. 07, n.3, Novembro, 2006, p.24-26.
- [2] Alves, G. S.; Santos, D.; Silva, J. A.; Nascimento, J. A. M. N.; Cavalcante, L. F.; Dantas, T. A. G. Estado nutricional do pimentão cultivado em solo tratado com diferentes tipos de biofertilizantes. **Acta Scientiarum Agronomy**, v.31, 2009,p.661-

[3] WEINGARTNER, Marimônio Alberto; ALDRIGHI, César Fernando; PERERA, Apes Falcão, **Cartilha de práticas agroecológicas** – caldas e biofertilizantes, Pelotas RS, 2006, p. 09-22.

EFEITO DO HERBICIDA *METSULFUROM METHIL* EM CULTIVARES DE FEIJÃO DO GRUPO COMERCIAL PRETO E COR

Aleicho Agnaldo SACHETE¹, Cássio Egidio Cavenaghi PRETE²

¹Químico, Mestrando em Agronomia, Depto. de Agronomia, Centro de Ciências Agrárias (CCA), Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: aleicho@femanet.com.br

² Eng. Agr. Professor Dr. da Universidade Estadual de Londrina

aleicho@femanet.com.br, cassio@uel.br

O plantio do feijão é uma opção para suceder a cultura de trigo no sistema de rotação de cultura [1]. O *metsulfuron methyl* [2] é utilizado extensivamente no controle de invasoras de folha larga, tornando necessário o estudo que possa demonstrar o efeito desse herbicida em culturas de feijão [3].

Avaliar a reação de diferentes cultivares de feijão ao herbicida *metsulfuron methyl*, utilizando o teste padrão de germinação foi o objetivo deste trabalho.

Os ensaios foram conduzidos no laboratório em estufa *mangelsdorf*, utilizando-se papel toalha embebido com soluções de 0, 50 e 100 ppm do herbicida, em volume equivalente a três vezes o peso do papel, com quatro repetições de 50 sementes, que permaneceram no germinador a 25° C por cinco dias, na presença de luz durante o dia. Após esse período, foram avaliados, em todos os tratamentos, o comprimento do hipocótilo, o comprimento da raiz e o peso total das plântulas. Foi utilizado delineamento experimental inteiramente casualizado, e os dados foram avaliados por análise de variância, usando-se o teste de Tukey a 5% de probabilidade para comparação das médias. Nos 16 tratamentos com a solução de *metsulfuron methyl*, ocorreu uma redução acentuada no comprimento do hipocótilo e raízes, sendo esse efeito menos drástico nos cultivares IPR SIRIRI e IPR GRAÚNA.

O experimento permite concluir que o teste padrão de germinação pode servir como indicativo para a seleção de materiais tolerantes a este herbicida.

Referências

[1] BORÉM, A. **Feijão: aspectos gerais e cultura no Estado de Minas Gerais**. Viçosa: Editora UFV, 1998. p.13-17.

[2]FLABURIARI, A.; KRISTEN, U. **The influence of chlorsulfuron and metsulfuron methyl on root growth and ultrastructure of root tips of germinating maize seeds.** Plant and Soil, v. 180, n. 1, p. 19-28, 1996.

[3]SANTOS, J. B.; FERREIRA, E. A.; FERREIRA, E. M.; SILVA, A. A.; FERREIRA L. R. **Efeito da dessecação de plantas de feijão sobre a qualidade de sementes armazenadas.** Planta Daninha, Viçosa, v. 23, n. 4, p. 645-651, 2005.

EXTRAÇÃO APOLAR DA *BIDENS PILOSA* L. USADA EM DERMOCOSMÉTICOS

Rafaela Campos NEGRELI¹, Idécio Nogueira da SILVA²

¹Fundação Educacional do Município de Assis – Assis-SP

²Fundação Educacional do Município de Assis – Assis-SP

rafaelacalli@hotmail.com, insilva@femanet.com.br

O envelhecimento é um processo biológico complexo, que se caracteriza por alterações celulares e moleculares, com diminuição progressiva da capacidade de homeostase do organismo [1]. Sabe-se que o retinol foi uma das primeiras vitaminas com benefícios cutâneos. Seus derivados sintéticos, conhecidos como retinoides, são capazes de diminuir e reverter os sinais de envelhecimento [2].

A *Bidens Pilosa* L. é uma espécie de planta da família COMPOSITAE, conhecida popularmente como picão-preto. Sua espécie é encontrada em todas as regiões tropicais e subtropicais, comumente invasora de cultivos. Suas folhas e flores são usadas em diversos tratamentos, incluindo indicação de uso externo como cicatrizante [3].

A análise fitoquímica do extrato da planta revelou a presença de fitol e ácidos graxos, sinalizadores de possíveis ações antiinflamatórias e antioxidantes, resultando em um ativo cosmético que funciona de forma semelhante ao retinol, sem os seus efeitos adversos, como irritação cutânea, descamação e ardência [3]. Esses retinoides atuam no rejuvenescimento da pele, promovendo renovação celular bem rápida e eficiente, com diminuição de rugas, de manchas e aumento da elasticidade. [4].

O objetivo do presente trabalho é extrair, purificar e quantificar o extrato apolar da *Bidens pilosa* usado em dermocosméticos. Para a extração, foram utilizadas folhas da *Bidens pilosa* e diclorometano por filtração simples e a purificação foi feita em uma coluna cromatográfica empacotada com tolueno e sílica gel, originando a clorofila. Esta, posteriormente, passou por uma hidrólise, para a separação do fitol, e foi novamente purificada em coluna cromatográfica e empacotada com acetato de etila e benzeno, dando origem a um óleo, o fitol.

A confirmação do fitol se deu pela descoloração do permanganato de potássio adicionada na placa de cromatografia, pelo fator de retenção (Rf), apresentando uma média de 0,375 [5] e pela absorbância apresentada no espectro UV-vis de 220nm [6].

Referências

- [1] BAGATIN, Ediléia. Mecanismo do envelhecimento cutâneo e o papel dos cosmeceuticos. **Boletim Dermatológico UNIFESP**. Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Dermatologia da Universidade Federal de São Paulo. Nº V. São Paulo, 2008, 12 p.
- [2] BORELLI, Shirlei S. **Até 120 anos... rejuvenescimento e cosmiatria**. São Paulo: Editora SENAC, 2008.
- [3] ALICE, Cecília B.; SIQUEIRA, Norma C. S.; MENTZ, Lillian A.; SILVA, Gilberto A. A. B.; JOSÉ, Karla F. D. **Plantas medicinais de uso popular: atlas farmacognóstico**. Canoas: Editora Ulbra, 1995.
- [4] ERENO, Dinorah. Beleza retocada: Extratos feitos a partir de plantas e ativos nanoencapsulados são tendência entre pequenas empresas brasileiras. **Revista Pesquisa FAPESP**, ed. 190, dezembro, 2011. p. 73-74.
- [5] SHIMIZU, Seki; FUKUSHIMA, Harui; TAMAKI, Einosuke. Metabolism of Chlorophyll in Higher Plants – I, A Thin Layer Chromatography for the Quantitative Determination of Phytol. **Phytochemistry**, v. 3, 1964, p. 641-645.
- [6] ARYADELE, J.O'Neil. **The Merck Index**. 13 ed. Estados Unidos: Editora USA, 1997.

UTILIZAÇÃO DO BAGAÇO DE CANA-DE-AÇÚCAR PARA TRATAMENTO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS

Camila Maschio Nunes da SILVA¹, Ms. Patrícia Cavani Marrtins de MELLO²

¹Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Assis, SP, Brasil

²Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Assis, SP, Brasil

milah.maschio@hotmail.com, patricia_cavani@hotmail.com

O crescimento populacional e o desenvolvimento industrial em todo o mundo, nas últimas décadas, levaram à ocupação desordenada de áreas e ao uso inadequado dos recursos naturais. Isto tem gerado a degradação e a poluição ambiental. Por necessitar de grande volume de água para o seu funcionamento e por produzir uma alta quantidade de resíduos tóxicos, difíceis de serem degradados no meio ambiente, as indústrias vêm contaminando os recursos hídricos. Os resíduos se acumulam nos reservatórios naturais, podendo causar, a médio e longo prazo, riscos à saúde de organismos vivos e danos ambientais [1]. O Brasil tem uma grande atividade na agricultura, gerando, assim, grandes quantidades de resíduos denominados biomassa que, atualmente, é muito utilizada para diminuir ou evitar a poluição ambiental, através de processos de adsorção [2]. Pelo fato de tratamentos convencionais nem sempre serem eficientes e possuírem um custo elevado, se comparados ao uso da biomassa, a utilização deste método alternativo de tratamento é de grande valia para as indústrias que geram grandes quantidades de efluentes contaminados por metais [3]. A região de Assis possui muitas indústrias sucroalcooleiras, de maneira que o bagaço da cana-de-açúcar é uma matéria-prima abundante, tornando-se interessante seu uso para a adsorção e remoção de metais tóxicos em efluentes. Este trabalho tem como objetivo verificar a capacidade do bagaço de cana-de-açúcar (biomassa) de adsorver o metal cobre (Cu) em soluções com esse íon.

Amostras do bagaço de cana-de-açúcar foram coletadas em uma destilaria localizada na cidade de Platina – SP. No laboratório, o bagaço foi lavado e enxaguado com água destilada abundantemente para a remoção de impurezas. Após isso, secou-se o bagaço em de ar forçado com temperatura de 65°C, por aproximadamente 24h. Na sequência, as amostras foram peneiradas até granulometria inferior a 2 mm. Uma solução de 10ppm de sulfato de cobre foi preparada para os experimentos de adsorção pelo método *batch*, segundo Boniolo [4]. Uma massa de bagaço de cana-de-açúcar foi colocada em contato com a solução de sulfato de cobre. Porções foram coletadas periodicamente, a partir do tempo zero. Estas porções foram levadas à digestão nitroperclórica e enviadas para medição do teor de cobre, por espectrometria de absorção atômica em um aparelho Varian modelo AA -1275.

A porcentagem de adsorção do cobre será determinada relacionando-se as concentrações iniciais e finais do metal na solução. Os resultados do teor de cobre estão sendo aguardados.

Referências

- [1] ALBERTINI, Silvana; CARMO, Leandro; PRADO FILHO, Luiz. **Utilização de serragem e bagaço de cana-de-açúcar para adsorção de cádmio**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cta/v27n1/19.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2012.
- [2] SANTOS, Vanessa; FERRAREZI, José; DRAGUNSKI, Douglas. **Modificação química do bagaço de cana-de-açúcar para adsorção de chumbo e cromo**. 2012. Disponível em: <<http://sec.sbq.org.br/cdrom/31ra/resumos/T1122-2.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2012.
- [3] MONTANHER, Silvana; ROLLEMBERG, Maria C. **Utilização da biomassa de bagaço de laranja no tratamento de efluentes industriais**. 2011. Disponível em: <<http://www.sbera.org.br/2sigera/obras/t138.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2012.
- [4] BONIOLO R. Milena; YAMAURA Mitiko. **Viabilidade do uso da casca de banana como adsorvente de íons de urânio**; 2005.

ESTUDO DA EFETIVIDADE NO CONTROLE DE FUNGOS DO GÊNERO *ASPERGILLUS SP* EM CAMAS DE FRANGO UTILIZADAS EM GRANJAS NO VALE DO PARANAPANEMA – REGIÃO DE CÂNDIDO MOTA/SP

Aleicho Agnaldo SACHETE¹, Sergio Augusto Moreira CORTEZ²

¹Fundação Educacional do Município de Assis – Assis-SP

²Fundação Educacional do Município de Assis – Assis-SP

aleicho@femanet.com.br

No Brasil, a avicultura evoluiu consideravelmente nos últimos anos. Porém, o desconhecimento dos materiais mais apropriados para serem utilizados como cama de frango[1], assim como as suas respectivas propriedades, mostram a necessidade de trabalhos como o proposto aqui, a fim de se obter mais precisas informações que possam agregar benefícios a essa atividade.

Denomina-se cama de frango o material que, permanecendo no piso de uma granja, irá receber excreções, restos de ração e penas. O contínuo contato da ave com a cama exige que o material utilizado apresente qualidades adequadas para modificar as características do meio, proporcionando conforto às aves, de forma a evitar oscilações de temperatura no interior da instalação e o contato direto das aves com as fezes e com o piso.

Assim, objetivou-se, no presente estudo, avaliar a ação antifúngica de quatro compostos recomendados para tratamento de cama de frango. Para isso, foram utilizadas duas amostras de bagaço de cana-de-açúcar, provenientes de unidades de produção de açúcar e álcool da região do Vale Paranapanema, sendo uma delas já utilizada no processo como cama de frango, contendo até mesmo dejetos, e a outra, sem utilização prévia, isenta de qualquer tipo de dejetos[2]. As amostras foram avaliadas, quanto ao número de colônias fúngicas, antes e após a aplicação dos compostos antifúngicos, através de análises microbiológicas. Os antifúngicos [3] utilizados no estudo foram soluções de óxido de cálcio, sulfato de cobre, formaldeído e cloreto de dodecil dimetil amônio, todos numa concentração a 5,0% (m/v).

Ao final das análises microbiológicas, constatou-se uma maior efetividade no controle fúngico na amostra sem dejetos. Notou-se uma maior eficiência com o composto fúngico, cloreto de dodecil dimetil amônio. Já na amostra com dejetos de frango, constatou-se uma maior eficiência de nebulização com óxido de cálcio.

Referências

[1]Paganini FJ (2004) Manejo da cama. In: Mendes AA, Naas IA, Macari M. (Eds) **Produção de frangos de corte**. Campinas, FACTA. p.107-116.

[2]LANCINI, J.B. Aspectos gerais sobre a intoxicação e contaminação através da cama aviária. **Avicultura Industrial**, v.76,n.923, p.32-34,1986.

[3]Santúrio JM (1995). Antifúngicos e adsorventes de aflatoxinas em grãos: Quando usá-los? In: **Simpósio Internacional sobre Micotoxinas e Micotoxicoses em Aves**, Curitiba. Anais, FACTA. p.97-108.